



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
Departamento de Letras e Artes
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS
DOUTORADO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS



DAIANNA QUELLE DA SILVA SANTOS DA SILVA

**DOIS DOCUMENTOS, DUAS HISTÓRIAS E A MESMA DOR:
EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO COGNITIVO DO ESTUPRO E DO
CORPO FEMININO VIOLENTADO EM DOIS CRIMES DE ESTUPRO (1936
e 1941-1942)**

Feira de Santana
2023

DAIANNA QUELLE DA SILVA SANTOS DA SILVA

**DOIS DOCUMENTOS, DUAS HISTÓRIAS E A MESMA DOR:
EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO COGNITIVO DO ESTUPRO E O
CORPO FEMININO VIOLENTADO EM DOIS CRIMES DE ESTUPRO (1936
e 1941-1942)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutora em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
Co-orientadora: Aurelina Ariadne Domingues Almeida

Feira de Santana
2023

Ficha catalográfica - Biblioteca Central Julieta Carteado - UEFS

Silva, Daianna Quelle da Silva Santos
S579d Dois documentos, duas histórias e a mesma dor: edição filológica e estudo cognitivo do estupro e do corpo feminino violentado em dois crimes de estupro (1936 e 1941-1942)/ Daianna Quelle da Silva Santos Silva. - 2023.
214f.: il.

Orientadora: Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz
Coorientadora: Aurelina Ariadne Domingues Almeida

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Feira de Santana.
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, 2023.

1. Filologia. 2. Linguística cognitiva . 3. Semântica cognitiva. 4. Processos de estupro. 5. Corpos femininos violentados. I. Queiroz, Rita de Cássia Ribeiro de, orient. II. Almeida, Aurelina Ariadne Domingues, coorient. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. IV. Título.

CDU: 801.3:343.541

DAIANNA QUELLE DA SILVA SANTOS DA SILVA

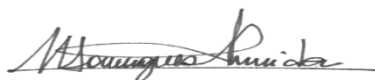
**DOIS DOCUMENTOS, DUAS HISTÓRIAS E A MESMA DOR:
EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO COGNITIVO DO ESTUPRO E DO
CORPO FEMININO VIOLENTADO EM DOIS CRIMES DE ESTUPRO (1936
e 1941-1942)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos linguísticos da Universidade Estadual de Feira de Santana, na linha intitulada *Variação e mudança linguística no português*, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutora em Estudos Linguísticos.

BANCA EXAMINADORA



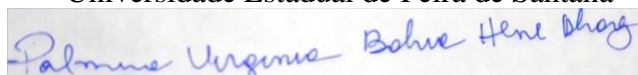
Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz - Orientadora
Universidade Estadual de Feira de Santana



Profa. Dra. Aurelina Ariadne Domingues Almeida - Co-orientadora
Universidade Federal da Bahia



Profa. Dra. Huda da Silva Santiago – Examinadora Interna
Universidade Estadual de Feira de Santana



Profa. Dra Palmira Virginia Bahia Heine Alvarez – Examinadora Interna
Universidade Estadual de Feira de Santana



Prof. Dr. Arivaldo Sacramento de Souza – Examinador Externo
Universidade Federal da Bahia



Prof^a. Dr^a. Neila Maria Oliveira Santana – Examinadora Externa
Universidade do Estado da Bahia

Para painho e mainha, pela educação dada;

Para a minha família em construção: Júlio, meu bem, meu amor e
melhor amigo, e Arthur Lucas, meu filho, pedaço de mim.

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi escrita com oração, lágrimas, muita música, acolhimento, leitura e gratidão. Eu poderia ser mais objetiva, ou simplesmente colocar nome ao monte de “pedra no caminho”¹ que tive que ajuntar, mas preciso marcar que um acidente de carro, no processo seletivo do doutorado, quase me valeu a vida e deu perda total do meu veículo. Este fato delinea o início dessa *jornada*², mas antes...

Sou filha de Marinaldo e Neuza, que me criaram com suor, dureza e certeza de que o conhecimento é a arte de se fazer na vida. Eu vi meu pai trabalhar construindo casas, mainha ter jornada tripla e a mensalidade da minha escola permanecer paga.

Neste trabalho, eu tive apoio de Júlio – como um marido que fazia vitamina enquanto eu escrevia, que fazia silêncio para que eu me mantivesse concentrada e orava de joelhos comigo, quando eu conseguia fechar as seções desta tese. Como a gente sempre diz: - Casei certo!

Na casa de meus pais, eu tive minha irmã Karinne e meu cunhado Jeanderson que me incentivam, riam comigo, faziam graça para descontrair o dia que eu estava estressada com minha cobrança interna. A mesa da casa dos meus pais foi o palco para os choros, o riso e o escape do desespero que me deu ao fazer um doutorado em meio à pandemia.

Mas, ainda em pandemia, eu gerei Arthur Lucas – um presente de Deus, um amor que foi crescendo em mim enquanto eu ia dedilhando o teclado no meu *notebook*, lendo as observações das orientadoras, procurando as referências e me colocando no lugar de eterna aprendiz dessa vida.

Eu quero escrever que amo tanto vocês sete (marido, filho, pais, irmã e cunhado) que meu coração chega dói. Hoje eu sei que vocês são o meu maior presente nesse mundo.

Agradeço aos meus tios e primos por entenderem minhas ausências; às minhas sogras (Marilene e Dona Vilma), que me incentivam, e a seu Paulo, tio de Júlio, que acompanhava minhas *lives* acadêmicas e não acadêmicas.

E tudo isso, eu sei, já estava delineado por meu Jesus... Ele é o primeiro, o *alfa* e o *ômega*! Ah meu Deus, eu sei que o Senhor me apresentou Rita Queiroz – minha orientadrasta Ritinha – que me acolheu desde os meus 17 anos, me deu abrigo em sua casa para eu dormir, após os eventos científicos (desde quando era sua orientanda de IC), me incentivou a escrever

¹ Pedindo licença a Drummond

² Lumena autorizou! (confinada no reality show de 2021)

sempre e me deu um super abraço quando eu tive minha primeira oportunidade de ensinar Filologia no ensino básico.

Eu sei também que Ele me permitiu construir relações acima do olhar acadêmico com Valéria e Nilce (amigas-irmãs desde o mestrado); Liviane (que conversava as madrugadas e cuidou do resumo em francês); Isabel - ô amiga³, você é um presente, uma troca e me ajudou muito no inglês; Edna Marques e Illa – pelas trocas ao telefone, pelas palavras de muito acolhimento; Damares e Elias (pausa para as participações nas bancas de TCCs cheias de emoção e, também, para as sopas tomadas com Elias carregadas de troca e colaboração para a escrita deste trabalho).

Agradeço à minha coorientadora, Ariadne Almeida, a mestra da Linguística Cognitiva, por ter me recebido verdíssima na área, aberto às portas para ser sua aluna especial em (2015) e me permitido retomar em 2019 para ouvir sua voz doce e receber as indagações e preciosas orientações. Tudo isso no meio da pandemia, preservando muito respeito para comigo, inclusive com dicas para a gestação. Você e Ritinha foram as orientadoras que eu pedi a Deus, de verdade.

À minha família não-nuclear (tios, tias, primos, primas, comadre, compadre e afilhado – Guh) – meu muito obrigada por compreenderem minhas ausências e presenças.

Eu agradeço a Ele por ter colocado em minha vida, Bárbara, Analídia, Dayane Lemos, Débora Quelli (mana), Dinho, Vinha, Dai, Eli, Uzi - pessoas que nunca sairão do meu coração., além da galera do NEMa (aquele pedaço de casa que meu corpo reconhece).

Deus também me deu um grupo de trabalho maravilhoso: Najara, Aliane, Gilmar e Luciel (o quinteto fantástico) – a área de Linguagens que abraçou a Filologia logo no Ensino Médio do Colégio Adventista da Bahia na gestão (2016-2020). Eles são amigos que, mesmo de longe, vão estar no meu coração sempre.

Tive amigas e coordenadoras maravilhosas que oraram por mim: Cláudia Alves e Elaine, vocês são incríveis. Tenho colegas-amigos-irmãos magníficos: Fábio, Bel, Sarinha, Adna, Kelly, Linda, Esmeraldo e Naiti que continuam a orar por mim e me incentivar.

E talvez alguém possa questionar o motivo de tanta gente e tanta fé no meio de um trabalho acadêmico, é porque eu realmente acredito que 27 de novembro de 2018, eu renasci naquele acidente e, na manhã seguinte estava eu na cadeira para fazer a prova de proficiência em Língua Espanhola, sem sequer ter passado por uma avaliação médica. Essa fé só é reverberada, contextualizada porque Anderson Pereira dormiu comigo em um posto policial – o abrigo que tive com bons policiais (na madrugada do acidente), da ida ao médico, de maneira

³ Pedindo licença para a nossa diva Aliane.

arrastada por Najara, após a prova de espanhol, para constatar que não havia nenhum problema e, com a leitura da bíblia exercitada por mim e Dalva (uma tia do coração) meses antes de acontecer o acidente. Sempre em nossas conversas (eu e Dalvinha), via ligação *whatsapp*, lembrávamos que a batalha não era em vão.

Agradeço a Israel Jr, que me deu abrigo, comida e riso em Feira de Santana muuuitas vezes que eu precisava.

Agradeço aos meus pastores durante o caminho, Pr. Jônatas, Pr. Antonio, Pr. Robson e Pr. Givaldo; à Sandrinha – amiga dos choros, risos e reflexões; à Mag – socorro bem presente nas angústias; aos irmãos da Igreja Batista Peniel; e, especialmente, ao pastor Bruno e sua esposa Juli por palavras, amizade e orientações espirituais muito necessárias. Registro, também, a gratidão eterna à diaconisa Natividade e toda a sua família – Felipe, Renata e Théo – foram muitas mensagens, orações e apoio.

Não poderia deixar de agradecer ao atendimento psicológico que tive com Emili (eu nem ia dizer, mas não dá, acho que todo/a acadêmico/a deveria ter atendimento psicológico). Agradeço demais, à psico é incrível que você é. Ahh, quero continuar a terapia, porque ela ressignificou minha jornada⁴

A CAPES, eu agradeço por financiar este trabalho; e ao PPGEL, professores e colegas de lá. A UEFS, de um modo geral, eu choro quando lembro a pessoa que fui e que estou saindo agora deste lugar, afinal, são quinze anos de muito aprendizado (quase debutei).

Às escolas que passei (como aluna e professora), deixo meu amor grandioso, especialmente, a todos do Centro Educacional Batista e do Colégio Adventista da Bahia.

Agradeço ao apoio dos meus conterrâneos. Muritiba diz que tem mais uma doutora na cidade e me inclui nas programações vinculadas ao meio acadêmico.

Aos meus professores que até hoje são meus amigos e inspirações: Dineide, João Neto (te amo, meu professor da vida toda), Carine Araújo, Evany Pereira.

Por último e, não menos importante, o que falar da banca? Ari Sacramento – sua leitura filológica e sua forma de ensinar me encantam muito, isso é um dom; Palmira Heine – toda a sua fala rica em conhecimento, cheia de pontos contundentes e sua maneira tão apaixonada de discursar e fazer pesquisa me auxiliaram muito para amarrar os pontos históricos e discursivos dessa tese; Neila Santana – obrigada por me tranquilizar dentro de uma seara que senti tanto medo e por me dizer na qualificação o como melhorar o trabalho; Huda Santiago – assertiva e doce ao nos orientar os caminhos.

⁴ Fala de Lumena (2021)

Às revisoras da tese – Andrielle Antonia – essa preta linda; e Livia Magalhães – atenciosa, preocupada e admirada por mim.

Aos meus alunos e ex-alunos, pela torcida e palavras de carinho.

Enfim, o texto é emotivo, literário e cheio de tendências, mas é o mais sincero possível, pois esta tese foi feita com dedicação, seriedade e toda a identidade que carrego na pele.

Ser “perfeito” e “à prova de bala” são conceitos bastante sedutores, mas que não existem na realidade humana. Devemos respirar fundo e entrar na arena, qualquer que seja ela: um novo relacionamento, um encontro importante, uma conversa difícil em família ou uma contribuição criativa. Em vez de nos sentarmos à beira do caminho e vivermos de julgamentos e críticas, nós devemos ousar aparecer e deixar que nos vejam. Isso é vulnerabilidade. Isso é a coragem de ser imperfeito. Isso é **viver com ousadia**. (BROWN, Brené. 2013, *online*, grifos da autora)⁵

⁵ BROWN, Brené. *A coragem de ser imperfeito*. Tradução de Joel Macedo. Edição eletrônica. Rio de Janeiro: Sextante, 2013.

RESUMO

Sabemos que os documentos manuscritos nos revelam aspectos da língua, cultura, história e memória. Sendo assim, a partir do momento em que o/a filólogo/a tem acesso a tais documentos, é possível tirar do ostracismo histórias que delineiam/representam um povo e/ou um grupo de povos. Na presente tese, tivemos por objetivos editar filologicamente dois crimes de estupro, a saber: um Sumário de estupro, lavrado em 1936, de Santa Bárbara-BA, e um Inquérito Policial de estupro, lavrado em 1941-1942, de Feira de Santana – BA, e a partir dos estudos semântico-cognitivos, buscamos compreender como o estupro e o corpo feminino violentado eram conceptualizados no corpus. É preciso destacar que o desenho metodológico desta tese foi pautado em uma metodologia qualitativa, de cunho descritivo, explicativo e documental. Assim, com vistas a preservar os documentos, cuidadosamente transcrever as histórias respeitando os aspectos intrínsecos e extrínsecos dos documentos, optamos, dentro do campo filológico, realizar a edição semidiplomática no *corpus* – tomando por base os critérios estabelecidos no NEMa – Núcleo de Estudo do Manuscrito e Queiroz (2007). Ao editar o *corpus*, foi imprescindível estabelecer diálogos com contextos históricos, com alguns textos literários que tratam de crimes de estupro, como três histórias, a de Diná, da Concubina e Tamar, contidas na *Bíblia* (2014), e o conto *Quantos filhos Natalina tem?* de Evaristo (2019), e dados dos nossos dias atuais - o caso de estupro de Mariana Ferrer. Essas aproximações foram possíveis por, principalmente, adotarmos a concepção de texto trazida por McKenzie (2005) - texto como marcado pela história, pelo autor e, também, aberto, interdisciplinar. Desse modo, as vítimas encontradas no *corpus* eram vistas como pessoas sem prestígio social (eram pobres, a julgar pelas declarações contidas no *corpus*) e a situação delas se agravava após o crime, pois eram consideradas sem honra, ou seja, eram revitimizadas pela sociedade. Assim, através das discussões trazidas por Lose *et al* (2018), Souza (2014), Sacramento; Santos (2017), Warren (2003) e Ximenes (2020), foi possível compreender que este estudo filológico é ato político, visionário, empoderador e, que também, tem por objetivo diminuir as vulnerabilidades da mulher. Nesse caminhar, os aspectos históricos, sociais e culturais, presentes nos crimes de estupro, foram tecidos por meio da leitura de alguns historiadores, tais como, Del Priore (2011), Vigarello (1998), Perrot (2003, 2018) só para citar alguns. O corpo feminino a todo tempo é pontuado como objeto, posse, o que representa, nesse contexto, o caráter opressor e hegemônico do poder masculino nas relações sociais; a subalternidade feminina com base na hierarquia de gênero e a invisibilização das violências contra a mulher. Para tratar das conceptualizações compreendidas para o estupro e o corpo feminino violentado foi preciso tratar da Teoria da Metáfora e Metonímia, bem como a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, a Teoria dos Esquemas de Imagem, Semântica de Frames. Em seguida, catalogamos e analisamos as expressões metafóricas e metonímicas com o objetivo de elucidar as conceptualizações sobre o corpo feminino violentado. Para o aporte teórico no campo da Linguística Cognitiva, utilizamos os postulados de Lakoff e Johnson (1980; 1999), além de Feltes (2007), Ferrari (2011), Fillmore (1982), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016). E para análise do *corpus* adotamos os modelos, com adaptações, de Araújo (2021), Moreira (2015) e Santana (2019), com adaptações. Deste modo, estruturamos primeiramente as conceptualizações dos crimes sexuais, que estavam correlacionadas a oito domínios, foram eles: domínio JUSTIÇA, domínio MORALIDADE, domínio VIOLÊNCIA, domínio POSSE, domínio FLORA, domínio SEXO, domínio GUERRA e domínio PUREZA. Dentro dos domínios, procuramos explicitar a estruturação conceptual, através dos esquemas imagéticos, trazendo os contextos extraídos do *corpus* e as análises que foram realizadas sobre as metáforas e metonímias identificadas. Em seguida, organizamos uma seção sobre os corpos femininos na violência sexual, na qual duas metáforas foram salutares para as análises, são elas: O CORPO DA VÍTIMA É RECIPIENTE e O CORPO DA VÍTIMA É OBJETO.

Palavras-chave: Filologia. Edição Semidiplomática. Linguística Cognitiva. Semântica Cognitiva. Conceptualização. Processos de Estupro. Corpos Femininos Violentados.

ABSTRACT

We know that handwritten documents reveal aspects of language, culture, history and memory. Thus, from the moment the philologist has access to such documents, it is possible to remove from ostracism stories that delineate/represent a people and/or a group of peoples. In this thesis, we intend to study two crimes of rape, namely: a Rape Summary, drawn up in 1936, from Santa Bárbara-BA, and a Police Inquiry of rape, drawn up in 1941-1942, from Feira de Santana - BA, to from Philology and Cognitive Linguistics. Thus, aiming to preserve the documents, carefully transcribing the stories respecting the intrinsic and extrinsic aspects of the documents, we opted, within the philological field, to carry out semi-diplomatic editing in the corpus \neg based on the criteria established in NEMa –Núcleo de Estudos do Manuscrito and Queiroz (2007). When editing the corpus, it was essential to establish dialogues with historical contexts, with some literary texts that deal with rape crimes, such as three stories, Diná, Concubine and Tamar, contained in the Bible (2014), and the short story How many sons Does Natalina have? by Evaristo (2019), and data from our days - the rape case of Mariana Ferrer. These approximations were possible mainly because we adopted the concept of text brought by McKenzie (2005) - text as marked by history, by the author and, also, open, interdisciplinary. Thus, the victims found in the corpus were seen as people without social prestige (they were poor, judging by the statements contained in the corpus) and their situation worsened after the crime, as they were considered without honor, that is, they were revictimized by society. Thus, through the discussions brought by Lose et al (2018), Souza (2014), Sacramento; Santos (2017), Warren (2003) and Ximenes (2020), it was possible to understand that this philological study is a political, visionary, empowering act and also aims to reduce women's vulnerabilities. On this path, the historical, social and cultural aspects, present in the crimes of rape, were woven through the reading of some historians, such as Del Priore (2011), Vigarello (1998), Perrot (2003, 2018) just to mention some. Thus, the female body is punctuated at all times as an object, possession, which represents, in this context, the oppressive and hegemonic character of male power in social relations; female subalternity based on gender hierarchy and the invisibility of violence against women. Based on semantic-cognitive studies, we sought to understand how the violated female body was conceptualized in the corpus. For this endeavor, it was necessary to deal with the Theory of Metaphor and Metonymy, as well as the Theory of Idealized Cognitive Models, the Theory of Image Schemas, Semantics of Frames. Then, we cataloged and analyzed the metaphorical and metonymic expressions in order to elucidate the conceptualizations about the violated female body. Thus, we first structured the conceptualizations of sexual crimes, which were correlated to eight domains, namely: JUSTICE domain, MORALITY domain, VIOLENCE domain, POSSESSION domain, FLORA domain, SEX domain, WAR domain and PURITY domain. Within the domains, we tried to explain the conceptual structure, through the image schemes, bringing the contexts extracted from the corpus and the analyzes that were carried out on the identified metaphors and metonymies. Then, we organized a section on female bodies in sexual violence, in which two metaphors were salutary for the analyses, they are: THE VICTIM'S BODY IS A RECIPIENT and THE VICTIM'S BODY IS THE OBJECT. For the theoretical contribution in the field of Cognitive Linguistics, we used the postulates of Lakoff and Johnson (1980; 1999), in addition to Feltes (2007), Ferrari (2011), Fillmore (1982), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016) . And to mirror the analysis of the corpus, we adopted the models of Araújo (2021), Moreira (2015) and Santana (2019), with adaptations.

Keywords: Philology. Semidiplomatic Edition. Cognitive Linguistics. Cognitive Semantics. Conceptualization. Rape Crimes. Violent Female Bodies.

RÉSUMÉ

Nous savons que les documents manuscrits nous révèlent des aspects de la langue, de la culture, de l'histoire et de la mémoire. Ainsi, à partir du moment où le philologue a l'accès à de tels documents, il est possible de retirer de l'ostracisme les récits qui délimitent/représentent un peuple et/ou un groupe de peuples. Dans cette thèse, nous avons l'intention d'étudier deux crimes de viol, à savoir: un Résumé de viol, rédigé en 1936, de Santa Bárbara – BA, et une Enquête Policière de viol, rédigée en 1941-1942, de Feira de Santana – Ba, selon la Philologie et la Linguistique Cognitive. Ainsi, en pensant à la conservation des documents, en transcrivant soigneusement les histoires en respectant les aspects intrinsèques et extrinsèques des documents, nous avons opté, dans le domaine philologique, pour réaliser une édition semi-diplomatique du *corpus* – sur la base des critères établis dans le NEMa – Núcleo de Estudos do Manuscrito et Queiroz (2007). Lors de l'édition du *corpus*, il était essentiel d'établir des dialogues avec des contextes historiques, avec certains textes littéraires qui abordent des crimes de viol, comme trois histoires, Diná, Concubine et Tamar, contenues dans la Bible (2014), et le conte *Combien d'enfants Natalina a?* d'Evaristo (2019), et des données de nos jours – l'affaire du viol de Mariana Ferrer. Ces rapprochements ont été possibles principalement parce que nous avons adopté le concept de texte apporté par McKenzie (2005) – texte comme marqué par l'histoire, par l'auteur et, aussi, ouvert, interdisciplinaire. De cette forme, les victimes trouvées dans le *corpus* étaient vues comme des personnes sans prestige social (elles étaient pauvres, à en juger par les déclarations contenues dans le *corpus*) et leur situation s'est aggravée après le crime, car elles étaient considérées comme sans honneur, c'est-à-dire qu'elles étaient revictimisées par la société. Ainsi, à travers les discussions apportées par Lose et al (2018), Souza (2014), Sacramento; Santos (2017), Warren (2003) et Ximenes (2020), il a été possible de comprendre que cette étude philologique est un acte politique, visionnaire, *empoderador* et vise également à réduire les vulnérabilités des femmes. Dans ce parcours, les aspects historiques, sociaux et culturels, présents dans les crimes de viol, ont été compris à travers la lecture de certains historiens, comme Del Priore (2011), Vigarello (1998), Perrot (2003, 2018), pour ne citer qu'eux quelques. De cette façon, le corps féminin est ponctué à tout moment comme un objet, une possession, ce qui représente, dans ce contexte, le caractère oppressif et hégémonique du pouvoir masculin dans les relations sociales; la subalternité féminine fondée sur la hiérarchie de genre et l'invisibilité des violences contre la femme. Sur la base des études sémantico-cognitives, nous avons cherché à comprendre comment le corps féminin violé était conceptualisé dans le *corpus*. Pour cela, il a fallu aborder la Théorie de la Métaphore et de la Métonymie, ainsi que la Théorie de Modèles Cognitifs Idéalisés, la Théorie des Schémas d'Image, la Sémantique de cadres. Ensuite, nous avons catalogué et analysé les expressions métaphoriques et métonymiques afin d'élucider les conceptualisations sur le corps féminin violé. De cette manière, d'abord, nous avons structuré les conceptualisations des crimes sexuels, qui ont été corrélées à huit domaines, à savoir: le domaine JUSTICE, le domaine MORALITÉ, le domaine VIOLENCE, le domaine POSSESSION, le domaine FLORE, le domaine SEXE, le domaine GUERRE et le domaine PURETÉ. Au sein des domaines, nous avons essayé d'explicitier la structure conceptuelle, à travers les schémas d'images, en apportant les contextes extraits du *corpus* et les analyses qui ont été faites sur les métaphores et les métonymies identifiées. Ensuite, nous avons organisé une section sur les corps féminins dans la violence sexuelle, dans laquelle deux métaphores ont été importantes pour les analyses, ce sont: LE CORPS DE LA VICTIME EST UN RÉCIPIENT et LE CORPS DE LA VICTIME EST UN

OBJET. Pour l'apport théorique dans le domaine de la Linguistique Cognitive, nous avons utilisé les postulats de Lakoff et Johnson (1980 ; 1999), en plus de Feltes (2007), Ferrari (2011), Fillmore (1982), Almeida (2021, 2020, 2018, 2016). Et pour une référence d'analyse du *corpus*, nous avons adopté les modèles d'Araújo (2021), Moreira (2015) et Santana (2019), avec des adaptations.

Mots-clés : Philologie. Édition Semi-diplomatique. Linguistique Cognitive. Sémantique Cognitive. Conceptualisation. Crimes de viol. Corps féminins violés.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Assédio sexual no Episódio 1 da série <i>Bridgerton</i>	21
Figura 2:	Avenida Getúlio Vargas em Feira de Santana, BA - [19--]	25
Figura 3:	Vista parcial da cidade de Santa Bárbara, BA - [19--]	26
Figura 4:	Reportagem sobre estupro em Feira de Santana (parte 1)	29
Figura 5:	Reportagem sobre estupro em Feira de Santana (parte 2)	30
Figura 6:	Fac-símile e edição do fólio 22v do CrSE de L(a). R de A..	37
Figura 7:	Acervo CEDOC / UEFS	47
Figura 8:	<i>Facebook</i> do CEDOC / UEFS	48
Figura 9:	Site para consulta do acervo CEDOC / UEFS	48
Figura 10:	Catálogo do acervo CEDOC / UEFS	49
Figura 11:	Manchete acerca do sexo para a mulher do século XXI	141
Figura 12:	Mulher avaliada na cena do episódio <i>Silent All These Years</i> ⁶ da 15ª de 150 <i>Grey's Anatomy</i>	
Figura 13:	Detalhes do corpo de L(a) R. A. na visão dos peritos	152
Figura 14:	Detalhes do exame de corpo de delito de E. S. dos S	157

⁶ Em silêncio todos esses anos.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Perfil das vítimas de estupro constante no <i>corpus</i>	55
Quadro 2:	Atestado de pobreza de E.C dos S.	56
Quadro 3:	Atestado de pobreza de L(a). R. de A.	57
Quadro 4:	Algumas abreviaturas no <i>corpus</i>	59
Quadro 5:	Síntese das Conceptualizações dos crimes sexuais	165
Quadro 6:	Síntese do domínio JUSTIÇA	170
Quadro 7:	Síntese do domínio MORALIDADE	174
Quadro 8:	Síntese do domínio VIOLÊNCIA	179
Quadro 9:	Síntese do domínio POSSE	184
Quadro 10:	Síntese do domínio FLORA	186
Quadro 11:	Síntese do domínio SEXO	189
Quadro 12:	Síntese do domínio GUERRA	193
Quadro 13:	Síntese do domínio PUREZA	197

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

- Gráfico 1:** Crimes Sexuais na Comarca de Feira de Santana-BA disponíveis no acervo do CEDOC – UEFS 50
- Gráfico 2:** Processos crimes de estupro na Comarca de Feira de Santana-BA disponíveis no acervo do CEDOC – UEFS 51
- Gráfico 3:** Processos crimes de estupro em Feira de Santana-BA e Santa Bárbara-BA disponíveis no acervo do CEDOC – UEFS 53
- Tabela 1:** Períodos em que os crimes de estupro ocorreram nas cidades de Feira de Santana e Santa Bárbara – BA 53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEDOC: Centro de Documentação e Pesquisa

Dr.: Doutor

Dra.: Doutora

f.: Fólio

NEMa Núcleo de Estudos do Manuscrito

p.: Página

Prof.: Professor

Profa.: Professora

TMC Teoria da Metáfora Cognitiva

TMCI Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados

r Recto

V Verso

UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana

UFBA Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

PRIMEIRA PARTE REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

1 PALAVRAS DE INÍCIO	21
2 CORPOS FEMININOS E VIOLÊNCIA SEXUAL: O ONTEM E O HOJE	25
2.1 BREVE APRESENTAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	27
2.1.1 O crime de estupro de E.C.....	27
2.1.2 O crime de estupro de L(a).R.	28
2.2 SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO: ALGUNS OUTROS CASOS	28
3 DA LEITURA FILOLÓGICA	42
3.1 NOTAS BREVES SOBRE AS NOVAS PRÁTICAS CULTURAIS DE ESCRITA E LEITURA	45
3.1.1 O exercício da leitura filológica no <i>corpus</i>	54
3.1.2 Sobre a edição: escolha, critérios de transcrição e apresentação.....	61
3.1.2.1 Edição semidiplomática do Sumário de Estupro de E.C.	62
3.1.2.2 Edição semidiplomática do Inquérito Policial de L(a) R.	97

SEGUNDA PARTE SOBRE A LINGUÍSTICA COGNITIVA

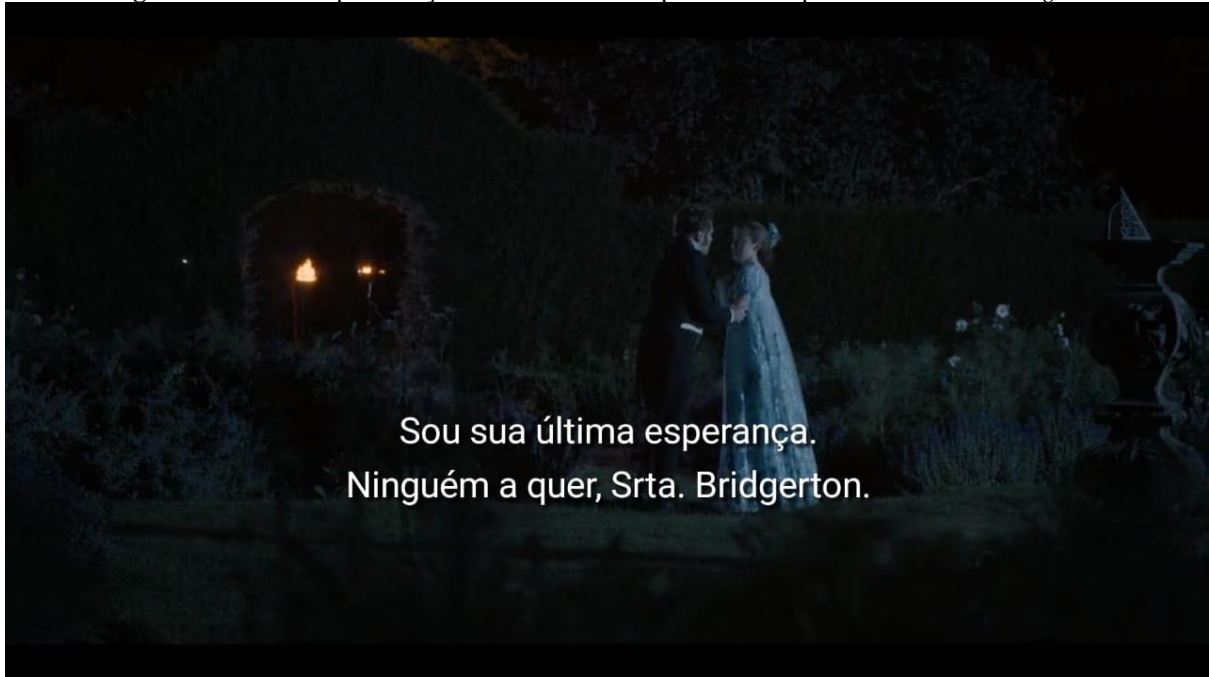
4 A LINGUÍSTICA COGNITIVA: INCURSÕES NECESSÁRIAS	134
4.1 SOBRE A CONCEPTUALIZAÇÃO.....	135
4.1.1 Metáforas: mecanismo de conceptualização	143
4.1.1.1 Sobre a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC)	144
5 O CORPO FEMININO VIOLENTADO: ALGUNS PONTOS	149
5.1 PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO E TRATAMENTO DO CORPUS	161
6 CONCEPTUALIZAÇÕES NO <i>CORPUS</i>	164
6.1 CONCEPTUALIZAÇÕES DE CRIMES SEXUAIS	164
6.2 CONCEPTUALIZAÇÕES DO CORPO FEMININO VIOLENTADO NO CORPUS.....	168
6.2.1 Domínio JUSTIÇA.....	168
6.2.2 Domínio MORALIDADE.....	173
6.2.3 Domínio VIOLÊNCIA.....	178
6.2.4 Domínio POSSE.....	183
6.2.5 Domínio FLORA.....	185
6.2.6 Domínio SEXO.....	188
6.2.7 Domínio GUERRA.....	191
6.2.8 Domínio PUREZA.....	196
6.3 OS CORPOS FEMININOS NA VIOLÊNCIA SEXUAL.....	198
6.3.1 Metáfora Conceptual O CORPO DA VÍTIMA É RECIPIENTE e O CORPO DA VÍTIMA É OBJETO	199
7 QUANDO O CORPO ESTÁ (IN)COMPLETO: ALINHAVOS FINAIS DA PESQUISA	201

REFERÊNCIAS.....	207
-------------------------	------------

PRIMEIRA PARTE
REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

1 PALAVRAS DE INÍCIO

Figura 1: Cena de representação de assédio sexual presente no episódio 1 da série *Bridgerton*



Fonte: Seriado *Bridgerton*, Netflix, 2020

Começamos com a descrição da cena: uma moça que saiu do baile para tomar um ar e, de repente, um homem a agarra se dizendo ser a última esperança dela enquanto mulher.

O ano era 2020 e a Netflix lançou um seriado intitulado – *Bridgerton*, uma – adaptação da série literária *Os Bridgertons*, de Julia Quinn, inspirada, especialmente, no livro *O Duque e Eu*. A série é ambientada na Inglaterra e retrata o contexto sociocultural do início dos anos 1800. A cena em destaque (**Figura 1**), retirada do primeiro episódio, intitulado *Diamante Raro*¹, traz a metáfora de que a protagonista – , Daphne Bridgerton, – figurando como um objeto de desejo, cobiçado para casamento entre os homens solteiros da sociedade da época.

O cenário escurecido pelo luar, sempre proibido para moças solteiras sem companhia, não esconde elementos dos contextos histórico, social e cultural da aristocracia inglesa da época.

A série narra a história de uma família de posição social importante e, nela, é possível mergulhar visual e esteticamente nos costumes, nas roupas da época e romances daquele contexto. É possível notar, em todos os episódios da primeira temporada da série, a figura de uma mulher branca que era cortejada, afinal estava na idade considerada adequada para o casamento, porém Nigel Berbrooke, personagem que representava o pretendente dela, ao vê-la

¹ No original: *Diamond and the First Water*

sozinha nos bosques de um baile, a desrespeita e tenta agarrá-la. *Bridgerton*, desse modo, aborda discussões contundentes sobre casamento, honra e olhares sobre a mulher, principalmente daquela época.

Destacamos, aqui, dentre muitos assuntos abordados na trama, dois pontos: a personagem Daphne Bridgerton que, ao debutar, estava empenhada em conseguir um bom casamento; e seu irmão Anthony Bridgerton, que, como homem e irmão mais velho, seria o inclinado a tornar-se o *homem da casa*, restabelecer um patriarcado com o arranjo de casamento para Daphne e suas irmãs, pois até o momento, a família Bridgerton estava sob o domínio da matriarca – a viúva Lady Violet Bridgerton.

Na série há, também, a aparição de outra personagem: Marina Thompson, que, diferente do contexto dos livros, é apresentada como uma mulher negra e, portanto, mais sujeita aos silenciamentos e imposições quanto à figura da mulher, cenário constituído em função da compreensão que a sociedade ocidental condiciona a esse grupo. Marina contrapõe-se a Daphne, pois, apesar de as duas serem objetificadas para as promessas de casamento, Marina ficou grávida antes mesmo de pensar em casar-se, não encontrando apoio da família.

Sem privilégios, respeito e sem ter quem a defenda, Marina sente culpa, solidão e sofre violências verbais e físicas, inclusive, de outras mulheres. Voltando à cena da **Figura 1**, ressaltamos que Daphne reage ao assédio de Nigel, mas foi o resgate de um homem – o Duque de Hastings – que, viu a moça em apuros, quem a tira da situação e tal ação culmina no plano de ambos voltarem ao baile juntos, o Duque fingindo ser pretendente da moça, almejou que a honra à moral de Daphne fosse preservada. Em contrapartida, a companhia de Daphne minimizaria os assédios das moças para candidatas à esposa do Duque.

Certamente, tanto a literatura quanto o seriado nos possibilitam compreender pontos da história de um povo, além das relações étnico-raciais, de gênero, dentre outros aspectos. É um privilégio do espectador dos dias de hoje mergulhar nos costumes, valores e modos de vida de uma dada época e comparar as mudanças e permanências ao longo dos anos. Assim, o contato com *Bridgerton* dialoga com o estudo realizado nesta tese, pois, por exemplo, os conceitos de *corpo feminino* e de *violência*, em muitos contextos, se apresentam emparelhados.

O *corpus* desta tese se constitui de dois documentos referentes a crimes de estupro, eles se encontram no acervo do Centro de Documentação e Pesquisa – de agora em diante CEDOC – sediado na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Desta forma os objetivos desta tese foram: editar filologicamente dois crimes de estupro, a saber: um Sumário de estupro, lavrado em 1936, de Santa Bárbara-BA, e um Inquérito Policial de estupro, lavrado em 1941-

1942, de Feira de Santana – BA, e a partir dos estudos semântico-cognitivos, buscamos compreender como o estupro e o corpo feminino violentado eram conceptualizados no *corpus*.

É preciso destacar que, no Programa de Pós-graduação de Estudos Linguísticos (PPGEL) da referida instituição, esse estudo se vincula a linha intitulada – *Variação e mudança linguística no português*, pois fazemos, aqui uma edição filológica no *corpus*, levando em consideração o viés da história cultural e práticas de escrita além de aspectos sócio-históricos no recorte temporal das décadas de 1930-1940. Ressaltamos, também, a presença de um estudo conceptual do estupro e do corpo feminino violentado, seguindo a linha da Semântica Cognitiva.

Sobre usos de teoria no fazer científico, Souza (2014), em sua tese, nos chama a atenção que é preciso ter em mente que as perspectivas teóricas e científicas se constituem através da historicidade de uma tradição cultural e que são criações científico-sociais em que sujeitos-pesquisadores se formam e são formadores de uma episteme. Diante disso, a episteme, muitas vezes, delimitada e atravessada pelas construções sociais, culturais, políticas, colocam a mulher como objeto de desejo, de violação e, mesmo depois de sofrer violência sexual, ainda a coloca como objeto de análise para corresponder a dogmas de uma sociedade falocêntrica. Mas,

[e]sse atravessamento desconstrutor implica – em todas as seções – a releitura daquilo que foi recalçado na narrativa de mundo produzida na metafísica ocidental, isto é, visa trazer à baila o que foi ocultado em nome de uma interpretação de mundo que insiste em se enunciar como neutra, natural, universal, sem as marcas das subjetividades responsáveis por esse engendramento (SOUZA, 2014, p. 17).

O contato com o *corpus*, então, nos põe diante da não-neutralidade da escrita das marcas de subjetividade constantes no documento. O *corpus* também suscitou alguns questionamentos, são eles: como conservar este documento da ação do tempo e do manuseio indevido? Quais as conceptualizações sobre o estupro e corpo feminino violentado foram dispostas no *corpus*? A Filologia nos ajuda a lidar com a primeira questão e a semântica cognitiva se mostra como base para a construção do segundo questionamento.

A fim de melhor organizar este estudo, dividimos esta tese em cinco partes: a primeira intitulada **Reflexões sobre a violência sexual**, trazemos as **Palavras de início** e seções que abordam a violência sexual na bíblia, como literatura universal, situações da atualidade e, apresentamos o *corpus* da pesquisa; Além disso, pontuamos a filologia como aporte teórico basilar para o desenvolvimento do trabalho, bem como as análises feitas a partir dela; **Sob a linguística cognitiva** é a segunda seção desta tese e nela há o demarcar da semântica cognitiva

e o estudo das conceptualizações do estupro e corpo feminino violentado; e, por fim trazemos as considerações finais do trabalho com o título **Quando o corpo está (in)completo: alinhavos finais** e as referências utilizadas.

2 CORPOS FEMININOS, LUGARES E VIOLÊNCIA SEXUAL: O ONTEM E O HOJE

O lugar faz nascer e morrer. O lugar é marca, terra fértil do viver. No fim, eu sou de onde eu vim, o que sofri e o que fiz de mim. (Daianna Quelle, junho de 2021)

Feira de Santana (**Figura 2**), cidade conhecida como *Princesa do Sertão* ou *Cidade Olhos D'água*, surgiu porque, em meados do século XVIII, os donos da Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão, construíram uma Capela dedicada a Nossa Senhora Sant'Anna (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021).

Figura 2: Avenida Getúlio Vargas em Feira de Santana, BA – [19--]



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/feira-de-santana/historico>

Conhecida pela localização privilegiada, Feira de Santana passou a ser ponto de referência para aqueles que trafegavam naquela região, como um verdadeiro entroncamento. O comércio, ao fim do século XVIII, se desenvolvia muito, especialmente do gado, assim surgiu uma feira, que com o tempo se tornou um centro de negócios (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021).

O número de feirantes aumentava e o povoado precisou progredir. Era o início do trânsito, com ruas abertas, com lojas surgindo. Em 1832, foram criados o município e a vila, com o território desmembrado de Cachoeira e constituído por algumas freguesias.

Santa Bárbara era o povoado de Feira de Santana e tinha por nome Freguesia de Santa Bárbara (1833) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021). O

governo de Vargas, em 1943, estabeleceu um decreto para eliminar várias cidades e vilas homônimas no Brasil e, como o nome Santa Bárbara era comum em várias regiões brasileiras, a localidade passou a ser denominada “Pacatu”. No entanto, a comunidade, insatisfeita com o nome, insistiu em utilizar a antiga denominação e, a sua emancipação aconteceu através do Decreto Estadual nº 1576/61, estabelecido em dezembro, quando, enfim, a vila foi desmembrada de Feira de Santana (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021).

Figura 3: Vista parcial da cidade de Santa Bárbara, BA – [19--]



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS, 2021.

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/santa-barbara/historico>

Mas a história destes lugares, apesar dos avanços, revela dores. Feira de Santana e Santa Bárbara - locais em que ocorreram os crimes sexuais aqui analisados.

Ano de 1936, mês de setembro, E. C. dos S., com quatorze anos, foi é estuprada no caminho da casa de sua madrinha. 20 de novembro de 1941, outro estupro aconteceu. A vítima, desta vez, L(a). R. de A., tinha treze anos e foi estuprada em casa, pelo próprio cunhado. Os documentos fazem parte do acervo do CEDOC, sendo o primeiro salvaguardado em um sumário de estupro lavrado em 1936 na localidade de Santa Bárbara, com 22 fólios; e o segundo em um Inquérito Policial de estupro, lavrado em 1941-1942, com 25 fólios, de Feira de Santana.

Histórias como estas marcam a dimensão da cidade. Benjamim (2019) pontua sobre a cidade ser cenário que acelera e integra vidas, mas, ao mesmo tempo, desumaniza. A

modernidade chegou trazendo em seu bojo revoluções, poder, força, mas também violência. São narrativas que dominam, são discursos que se sobrepõem a outros (portados por corpos vivos), que podem ser abafados, esquecidos, sujeitados (BENJAMIM, 2019).

Mas onde consultar estas histórias? Como ter acesso a essas memórias? Em que estas vítimas impactam na nossa sociedade atual? As histórias e a vítimas anteriormente mencionadas se constituem como o *corpus* desta tese. Nesta seção, apresentamos o objeto da pesquisa e, em seguida, discutimos sobre a permanência da violência sexual com crimes sexuais ocorridos ao longo do tempo.

2.1 BREVE APRESENTAÇÃO DO *CORPUS*

Para explicar o *corpus*, sem expor a identidade das vítimas e envolvidos nos crimes, seguimos o critério de catalogação: **CrE** para indicar que é um **crime de estupro**, sendo que **Cr** – crime e **E** – estupro, seguido das iniciais dos nomes da vítima.

Por conta do recorte temporal do *corpus* buscamos a definição de estupro, no Código Penal de 1890, no art. 269:

Chama-se estupro o acto pelo qual o homem abusa com violência de uma mulher, seja virgem ou não. Por violência entende-se não só o emprego da força phychica, como o de meios que privarem a mulher de suas faculdades psychicas, e assim da possibilidade de resistir e defender-se como sejam o hypnotismo, o chloroformio, o ether, e, em geral, os anestheticos e narcóticos (Código Penal de 1890, Artigo 269 *apud* MORELLI, 2013, p.8).

2.1.1 O crime de estupro de E. C.

Cerca de vinte horas do mês de setembro de 1936, aconteceu um estupro. A vítima – E.C.dos S., o acusado de estupro – C.T. O crime ocorreu em Santa Bárbara, mais especificamente no *Salto do Bode*. A leitura do *corpus* nos põe diante da vítima, com apenas quatorze anos e que, no momento do ato sexual, foi ameaçada de morte com uma faca. Tais afirmações podem ser constatadas em: “[...] o Senhor C. S., o qual usando / de uma faca para amedronta-la, forçou-a / deflorando-a, e em seguida dizendo-lhe que / se ella dissesse a alguém

que a matava / conforme a referida menor já declarou [...]”² (f.3r, linhas 14-17, CrE de E.C. dos S.)

2.1.2 O crime de estupro de L(a). R.

Aos vinte dias do mez de Novembro de mil novecentos e um, / nesta Cidade de Feira de Santana, na Delegacia, onde se acha- / [...] compareceu / L(o). R. A., com cinquenta anos de idade, natural e re- / sidente na Fazenda Calindé, na Vila de Santa Bárbara, neste município, viuvo, lavrador, analfabeto, o qual declarou que vinha a esta Delegacia / queixar-se de seu genro H. F, por ter o mesmo, na ausência / dele respondente, estuproado sua filha de treze L(a).R de A., a qual apesar de lutar e gritar muito com H. / dele não pode livrar-se pois não há um só visinho alí perto [...]”³ (f 4r, linhas 5-6 e linhas 8-15, CrE de L(a). R.)

É a escrita das páginas iniciais do Inquérito Policial de Estupro de L(a) R. de A., documento lavrado entre os anos 1941-1942, em que a vítima do estupro tinha treze anos e o acusado era o cunhado dela, identificado como H.F.. O pai de L(a). R. de A., designado como L(o). R., só teve conhecimento do crime após sua outra filha, M.R., esposa de H.F., relatar ciúmes do marido ao vê-lo com interesses na irmã dela.

Na constituição histórica desses documentos, é preciso salientar o ponto em comum que, infelizmente, atravessa o tempo: a violência sexual sofrida pela mulher. São os corpos femininos violados na rua, na própria casa pelo homem agressor. Os crimes sexuais, portanto, ecoam na formação da nossa sociedade, desta forma, na seção seguinte nos encorajamos em apresentar crimes sexuais dessa natureza situados na bíblia, bem como casos ocorridos recentemente na sociedade brasileira para, de posse dessas informações, atrelar a discussão com o *corpus* nesta tese.

2.2 SOBRE OS CRIMES DE ESTUPRO: ALGUNS OUTROS CASOS

Sobre o que se deve buscar? Busca tua voz, moça. Pensa em teu corpo, tuas curvas e covas. Abre teu riso. Ouça a si mesma, porque assim outras vozes ecoam no mundo e, dizem o melhor de ti com empatia e verdade. (Daianna Quelle, junho de 2022)

² “[...] o Senhor C. S., o qual usando de uma faca para amedrontá-la, forçou-a deflorando-a, em seguida dizendo-lhe que se ela dissesse a alguém que a matava conforme a referida menor já declarou [...]” (Edição Modernizada)

³ Aos vinte dias do mês de Novembro de mil novecentos e um, nesta Cidade de Feira de Santana, na Delegacia, onde se acha[va] [...] compareceu L(o). R. A., com cinquenta anos de idade, natural e residente na Fazenda Calindé, na Vila de Santa Bárbara, neste município, viúvo, lavrador, analfabeto, o qual declarou que vinha a esta Delegacia queixar-se de seu genro H. F, por ter o mesmo, na ausência dele respondente, estuproado sua filha de treze L(a).R de A., a qual apesar de lutar e gritar muito com H. dele não pode livrar-se pois não há um só vizinho ali perto. (Edição modernizada)

Na seção anterior, apresentamos Feira de Santana como uma cidade em desenvolvimento, porém, como cenário de uma das mazelas que ocorrem na sociedade: o estupro. Pontuamos dois crimes de estupro do meado do século XX como *corpus* desta pesquisa, no entanto a urgência desse tema é persistente.

Em 26 de abril de 2021, por exemplo, a TV Subaé⁴ exibiu uma reportagem em que moradores do bairro denominado Asa Branca estavam denunciando ações de criminosos realizadas em um grande terreno, por ser um local utilizado para esconderijo, estupros, assaltos e furtos, como podemos ver na **Figura 4**.



Fonte: TV SUBAÉ, 2021

Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/26/moradores-denunciam-terreno-usado-por-bandidos-como-esconderijo-para-assaltos-furtos-e-estupros-em-feira-de-santana.ghtml>

Neste local, “[...] mulheres são arrastadas para serem estupradas dentro do terreno.” (TV SUBAÉ, 2021, *online*). Deste modo, uma agente comunitária, residente no local, revelou a frequência dos crimes e, quanto ao crime de estupro frisou que:

[r]ecentemente, uma adolescente foi estuprada, mas não é só ela. Eu moro aqui há 40 anos e durante esse período, que é extenso, nós temos esses mesmo(*sic*) problemas, nessa mesma região. O que nós queremos é um cuidado maior, porque nós, agentes de saúde, cuidamos de pessoas e o índice de violência na localização é muito grande de assaltos e estupros.

Diante do caso, foi explanada a falta de ocorrência oficial quanto aos crimes, ou seja, o silenciamento sistemático diante da criminalidade, pois muitas vítimas preferem não fazer registro policial e, conseqüentemente, se silenciar mesmo com toda violência sofrida. (**Figura 5**).

⁴ Emissora de Televisão da Bahia, com sede em Feira de Santana, que tem seu sinal transmitido para cinquenta e um municípios. (<https://www.redebahia.com.br/empresas/tv-subae/>)

Figura 5: Reportagem sobre estupro em Feira de Santana (parte 2)



Fonte: TV SUBAÉ, 2021

Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/04/26/moradores-denunciam-terreno-usado-por-bandidos-como-esconderijo-para-assaltos-furtos-e-estupros-em-feira-de-santana.ghtml>

Tomando por base o estupro contra mulheres, pensemos que ao longo do tempo, o corpo feminino foi e é construído para ser dominado, violentado, dissecado, invadido. Mas como sabermos disso? Historicamente as mulheres foram silenciadas, sem direito a ter voz na história, pois ao corpo feminino cabia a impessoalidade da reprodução acima de tudo (PERROT, 2003). O corpo feminino, em certa medida, existe/existiu é/foi marcado pelo silêncio, é um corpo histórico que perpassa várias esferas, pois conforme Perrot (2003, p. 13) é “onipresente”, estando

[...] no discurso dos poetas, dos médicos ou dos políticos; em imagens de toda natureza – quadros, esculturas, cartazes – que povoam as nossas cidades. Mas esse corpo exposto, encenado, continua opaco. Objeto do olhar e do desejo, fala-se dele. Mas ele se cala. As mulheres não falam, não devem falar dele. O pudor que encobre seus membros ou lhes cerra os lábios é a própria marca da feminilidade.

Na Bíblia, por exemplo, literatura universal, podemos lembrar de pelos menos três casos de estupro: o caso de Diná, o da concubina e o de Tamar, todos relatados no Antigo Testamento, todos os casos causam grande comoção social.

O estupro de Diná, registrado logo em Gênesis 34⁵, acontece quando a moça, única filha de Jacó entre doze, foi caminhar em uma nova cidade e acabou sendo violada por Siquém. Tal fato pode ser constatado em: “[...] Diná, filha que Lia dera à luz a Jacó, saiu para ver as filhas

⁵ A autoria do livro de Gênesis é atribuída a Moisés. No enredo é contada a história da humanidade desde a sua criação até a morte de José e se passa aproximadamente entre 1.950 – 1.550 antes de Cristo (BÍBLIA DA MULHER, 2014)

da terra. Viu-a Siquém, filho do heveu Hamor, que era príncipe daquela terra, e, tomando-a, a possuiu e assim a humilhou.” (A BÍBLIA DA MULHER⁶, 2014, p.59).

A bíblia já condenava a prática sexual fora do casamento, no capítulo 22 de Deuteronômio – intitulado *Acerca do que se perdeu*, há algumas leis sobre a mulher, a castidade e o casamento, para caso ocorresse o sexo fora do casamento, era considerado que:

[s]e houver moça virgem, desposada, e um homem a achar na cidade e se deitar com ela, então, trarei ambos à porta daquela cidade e os apedrejareis até que morram; a moça, porque não gritou na cidade, e o homem, porque humilhou a mulher do seu próximo; e assim, eliminarás o mal do meio de tí⁷ (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 279).

No caso de Diná, se aplicava diretamente a regra de que

[...] se um **homem no campo achar moça desposada, e a forçar, e se deitar com ela**, então morrerá só o homem que se deitou com ela; à moça não farás nada; ela não tem culpa de morte, porque, como o homem que se levanta contra seu próximo e lhe tira a vida, assim também é este caso. Pois **a achou no campo; a moça desposada gritou, e não houve quem a livrasse.**⁸ (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p.279, grifos nossos).

A *humilhação* sofrida por Diná nos põe diante das seguintes questões: a mulher não pode passear sozinha e o corpo feminino é de dominação masculina, sendo a humilhação moral fruto de uma violência sexual.

Diná, quando possuída por Siquém, sem o consentimento e aprovação dos familiares, é humilhada e deixada sem possibilidades de casamento, nem de respeito social. O crime tem uma consequência, a vingança realizada pelos irmãos de Diná, que está circunscrita em: “[a]o terceiro dia, quando os homens sentiram mais forte a dor, dois filhos de Jacó, Simeão e Levi, irmãos de Diná, tomaram cada um a sua espada, entraram inesperadamente na cidade e mataram os homens todos.” (A BÍBLIA DA MULHER, 2014, p.59).

Trouxemos Diná como a representação, aqui, por assim dizer, do olhar trazido às vítimas E.C. dos S e, L(a). R. de A., quando violentadas e, portanto, sem a marca da virgindade, tão importante antes do casamento, ficam sem a honra social, não importando se foi de maneira violenta. O que refletiu tanto na Bíblia como no caso do *corpus* o fato das mulheres viverem

⁶ A escolha pela Bíblia da Mulher se dá pelo fato de conter notas sobre áreas consideradas pelo contexto social cristão de interesse da mulher e, listar a história das mulheres contidas na bíblia (contexto e região que viviam, graus de parentesco, função desempenhada na sociedade, entre outros) trazendo, deste modo, Diná e Tamar como mulheres de destaque.

⁷ Deuteronômio 22:23-24

⁸ Deuteronômio 22:25-27

sem liberdade de ir e vir (pois os crimes ocorreram quando elas estavam na rua caminhando) e, com a responsabilidade de se guardar do sexo. Além disso, a regra de que a vítima precisaria gritar, nos tempos da bíblia, se aplica à vítima L(a). R. A, pois “[...] apesar de **lutar e gritar muito** com H. / dele não pode livrar-se pois não há um só vizinho ali perto.” (edição modernizada, fólio 4r, linhas 14-15, CrE de L(a). R, grifos nossos)

Há o caso da concubina, narrado também na bíblia, em Juízes 19, com o título de *O levita e sua concubina*, que traz à tona, a posse, a violação do corpo feminino, seguido de feminicídio, como é possível ler a seguir:

“Naquela época, não havia rei em Israel, houve um homem levita, que, peregrinando nos longes das regiões montanhosas de Efraim, tomou para si uma concubina de Belém de Judá. / Porém ela, aborrecendo-se dele, o deixou [...]”⁹ (BÍBLIA SAGRADA, 2014, p.367). O levita (líder religioso), então, foi atrás da concubina¹⁰ na casa do pai dela em Belém, lá passaram dias. O levita e a concubina caminharam em direção a Gibeá, porém, ninguém quis dar hospedagem aos dois. O pai da concubina, já idoso, se deparou com a situação e mais uma vez pediu para acolhê-los em sua casa, porque não queria que ambos pernoitassem na praça. Enquanto os três jantavam, homens violentos decidiram estuprar o levita, mas o sogro e o levita decidiram sacrificar a concubina, como é perceptível nos trechos:

[e]nquanto eles se alegravam, eis que os homens daquela cidade, filhos de Belial, cercaram a casa, batendo a porta; e falaram ao velho senhor da casa, dizendo: Traze para fora o homem que entrou em tua casa, para que abusemos dele. / O senhor da casa saiu a ter com eles e lhes disse: Não, irmãos meus, não façais semelhante mal; já que o homem está em minha casa, não façais tal loucura / Minha filha virgem e a concubina dele trarei para fora; humilhai-as e fazei delas o que melhor vos agrade; porém a este homem não façais semelhante loucura / Porém aqueles homens não o quiseram ouvir; então ele pegou da concubina do levita e entregou a eles fora, e eles a forçaram e abusaram dela toda a noite até pela manhã; e, subindo a alva, a deixaram / Ao romper da manhã, vindo a mulher, caiu à porta da casa do homem, onde estava o seu senhor, e ali ficou até que se fez dia claro (BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 368-369)¹¹

Essa narrativa ultrajante demonstra a brutalidade do próprio pai, pois ofereceu uma filha virgem e sua outra filha – a concubina do levita – para que fossem humilhadas e usadas por homens. Para além disso, o pai proferiu aos homens que era permitido que fosse feito “delas o que melhor vos agrade”, o que denota a total objetificação dos corpos femininos. Continuam os agravos à concubina com as atitudes do levita – conhecido por ter uma posição de sacerdote na

⁹ Juízes 19:1-2

¹⁰ No contexto da época, a palavra concubina era utilizada para designar uma jovem, geralmente pobre, comprada por um homem de posses ou mercantilizada como pagamento de dívidas, ou ainda, escrava de guerra.

¹¹ Juízes 19:22-26.

igreja da época e, portanto, um líder espiritual – que foi totalmente conivente com toda a violência, uma vez que decidiu com o sogro o destino da concubina.

Não bastassem toda violência sexual sofrida pela concubina, a mesma foi deixada morta na porta da casa em que fora entregue, depois de ter sido abusada e forçada ao sexo a noite inteira, pois o levita a esquartejou. O feminicídio realizado pelo levita é atestado no trecho “[...] o homem a pôs sobre o jumento, dispôs-se e foi para casa. / Chegando à casa, tomou de um cutelo e, pegando a concubina, a despedaçou por seus ossos em doze partes; e as enviou por todos os limites de Israel.¹²” (BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 369)

Vale destacar que Juízes¹³ tem a autoria atribuída a Samuel, cujo contexto histórico denotava a decadência dos impérios egípcios e os conflitos que o povo israelita viveu com outros povos no percurso de sua trajetória de fé e, após o feminicídio e esquartejamento da concubina, uma guerra civil é iniciada em Israel.

A concubina foi, portanto, objeto, escrava sexual, vítima de estupro seguido de assassinato. Assim, ao tratar do texto *O levita e a concubina*, fazendo um paralelo com o estupro culturalmente perpetuado, Capelli (*online*, 2017, p. 13) diz que:

[s]omos exatamente como esse levita. Entregamos nossas mulheres para serem violentadas e mortas todos os dias. Afinal, cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos no Brasil; o parceiro (marido ou namorado) é o responsável por mais 80% dos casos de violência reportados pelas mulheres; uma em cada cinco mulheres já foi espancada pelo marido, namorado ou ex(*sic*); o número real de estupros que acontecem por ano no país é de pelo menos em torno de 530 mil.

Deste modo, no discurso religioso e não bíblico cabe a noção de culpa, repressão e conivência com a violência. Há momentos em que é possível ver os discursos de ódio, machistas e dotados da justificativa de cuidar dos valores e princípios morais; em outros há os *não-ditos*, tão discutidos por Orlandi (1992), os quais também falam, pois foram os muitos silêncios e omissões que potencializaram as violências contra a mulher, afinal, quando nas relações estabelecidas entre os indivíduos “[...] há uma dimensão do silêncio que remete ao caráter de incompletude da linguagem: todo dizer é uma relação fundamental com o não dizer”. (ORLANDI, 1992, p. 12).

O último caso bíblico trazido aqui, é caracterizado pelo incesto brutal narrado no livro 2 Samuel, capítulo 13, em que a vítima, Tamar, filha do rei Davi, é estuprada pelo seu meio irmão – Amnon. No início da história, é possível observar o interesse do rapaz, quando lemos:

¹² Juízes 19: 28-29.

¹³ Escrito por volta de 1.050 antes de Cristo (BÍBLIA DA MULHER, 2014).

“Amnon, filho de Davi, se enamorou dela. Angustiou-se [...] por Tamar, sua irmã, a ponto de adoecer, pois, sendo ela virgem, parecia-lhe impossível fazer-lhe coisa alguma.¹⁴” (BÍBLIA DA MULHER, 2014, p.450). Amnon, aconselhado pelo primo, Jonadabe, planejou se relacionar sexualmente com a irmã, assim, o mesmo solicitou que Tamar fizesse bolos e cuidasse dele nos aposentos que estava. Tamar, conforme está escrito em do versículo 11 ao17, tentou convencer ao irmão de não cometer o ato. Mas:

[q]uando [Tamar oferecia a Amnon, bolos] para que comesse, pegou-a e disse-lhe: Vem, deita-te comigo, minha irmã. Porém ela lhe disse: Não, meu irmão, não me forces, porque não se faz assim em Israel; não faças tal loucura. Porque, aonde iria eu com a minha vergonha? E tu serias como um dos loucos de Israel. Agora, pois, peço-te que fales ao rei, porque não me negará a ti. Porém ele não quis dar ouvidos ao que ela dizia; antes, sendo mais forte do que ela, forçou-a e se deitou com ela. Depois, Amnon sentiu por ela grande aversão, e maior era a aversão que sentiu por ela que o amor que ele lhe voltara. Disse-lhe Amnon: Levanta-te, vai-te embora. Então, ela lhe disse: Não, meu irmão, porque maior é esta injúria, lançando-me fora, do que a outra que me fizeste. Porém ele não quis ouvir (BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 451-452).

Notadamente, Tamar nos traz muitas informações a partir de sua fala: primeiramente em Israel não era permitido o incesto e ela sabia disso, tanto que tentou convencer o irmão de que o ato era *loucura* e estava contra a lei também descrita em Deuteronômio 22; segundo, que o ato sexual, naquele contexto, seria considerado uma vergonha, uma humilhação social, tal como o caso de Diná. Depois da violência sexual, do desrespeito, Tamar poderia ser salva perante a continuidade da lei em Deuteronômio 22, conforme registrado nos versículos 28-29, pois ela seria assegurada de que:

[s]e um homem achar moça virgem, que não está despojada, e a pegar e se deitar com ela, e forem apanhados, então o homem que se deitou com ela dará ao pai da moça cinquenta siclos de prata; e, uma vez que a humilhou, lhe será por mulher; não poderá mandá-la embora durante a sua vida. (BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 279).

Tamar demonstrava estar munida das leis e tentou, ao questionar a loucura de Amnon, convencê-lo de que não deveria estuprá-la, mas também, depois do ocorrido, tentou “reparar o mal” falando ao meio-irmão que o mesmo a pedisse em casamento para o rei, porém Tamar foi posta para fora do local em que fora violada, foi abatida pela injúria e pelo desprezo. o caso de uma vítima que está disposta a se casar com o próprio agressor, pois, consciente ou inconscientemente, absorveu que a honra estaria acima da felicidade e das liberdades femininas. A visão, portanto, de casamento nesta época era como Perrot (2008, p. 46) define, o ápice “do estado da mulher”, o seu local de normalidade, de ser uma mulher reconhecida por isso.

¹⁴ 2 Samuel 13:2

Levando-se em consideração tudo o que fora mencionado anteriormente, compreendemos tamanha vergonha de Diná e Tamar, pois estavam submetidas às Leis Civis e Religiosas da época situadas em Êxodo 22, versículos 16-17, que diziam que “[...] se alguém seduzir qualquer virgem que não estava desposada e se deitar com ela, pagará seu dote e a tomará por mulher. Se o pai dela definitivamente recusar dar-lha, pagará ele em dinheiro conforme o dote das virgens.” (BÍBLIA DA MULHER, 2014, p. 118).

Em um panorama dessas histórias bíblicas, a concubina foi brutalmente assassinada, mas antes, foi escravizada e colocada na condição de ser posse de várias “mãos” masculinas. Sobre as que restaram vivas, Diná e Tamar, cabe fazer as perguntas: como Diná ficaria,? Questiona-se isso pois, apesar do pai de Siquém falar com Jacó sobre a reparação da vida de Diná, os irmãos não aceitaram e assassinaram os homens residentes da cidade de Siquém. E Tamar? Que mesmo tendo um conhecimento diferenciado, argumentando com a sensatez e dentro das leis da época, foi silenciada pela rejeição do seu abusador. Além disso, há de se considerar os sentimentos ruins e traumas provenientes dos respectivos crimes sexuais.

Atualmente, os pensamentos violentos contra a mulher parecem permanecer aos olhos da lei, e falamos isso relembando a violência sexual sofrida por Mariana Ferrer? A seguir, registramos trechos de uma audiência ocorrida em 3 de novembro de 2020¹⁵, por conta do crime sexual em que fora vítima em 2018.

[...] Em seu depoimento à polícia, Mariana afirmou que teve um lapso de memória entre o momento em que uma amiga a puxou pelo braço e a levou para um dos camarotes do Café em que o empresário Aranha estava e a hora em que “desce uma escada escura”. Ela acredita ter sido dopada. A única bebida alcoólica anotada na comanda do bar em seu nome foi uma dose de gim. Mariana era virgem até então, o que foi constatado pelo exame pericial. // Tanto a virgindade dela quanto a sua manifestação nas redes sociais foram usadas pelo advogado do empresário, que alega que ela manipulou os fatos. “Tu vive disso? Esse é teu criadouro, né, Mariana, a verdade é essa, né? É teu ganha pão a desgraça dos outros? Manipular essa história de virgem?”, disse Cláudio Gastão durante a audiência de instrução e julgamento. (ALVES, 2020)¹⁶

Anunciamos o nome da vítima, pois o caso ganhou repercussão nas redes sociais através da hashtag #justiçapormariferrer, construída para questionar o fato do acusado do estupro ter sido considerado inocente. Assim,

[segundo o promotor responsável pelo caso, não havia como o empresário [acusado de estupro] saber, durante o ato sexual, que a jovem não estava em condições de

¹⁵ Veja a íntegra da audiência de Mariana Ferrer em julgamento sobre estupro - <https://www.youtube.com/watch?v=P0s9cEAPysY>

¹⁶ Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 19 nov. 2020

consentir a relação, não existindo, portanto, intenção de estuprar – ou seja, uma espécie de ‘estupro culposo’. O juiz aceitou a argumentação.¹⁷]ALVES, 2020)

Todo esse caso lastimável remonta a processos referentes não só aos crimes sexuais trazidos nesta seção, como também os crimes que estão dispostos em arquivos vários na Bahia. Deste modo, infelizmente, Mariana Ferrer não é a primeira vítima a ser revitimizada por conta da roupa, do “proceder” da moça, do horário em que estava na rua, justificativas comumente utilizadas para inocentar culpados e, por conseguinte, culpar a vítima.

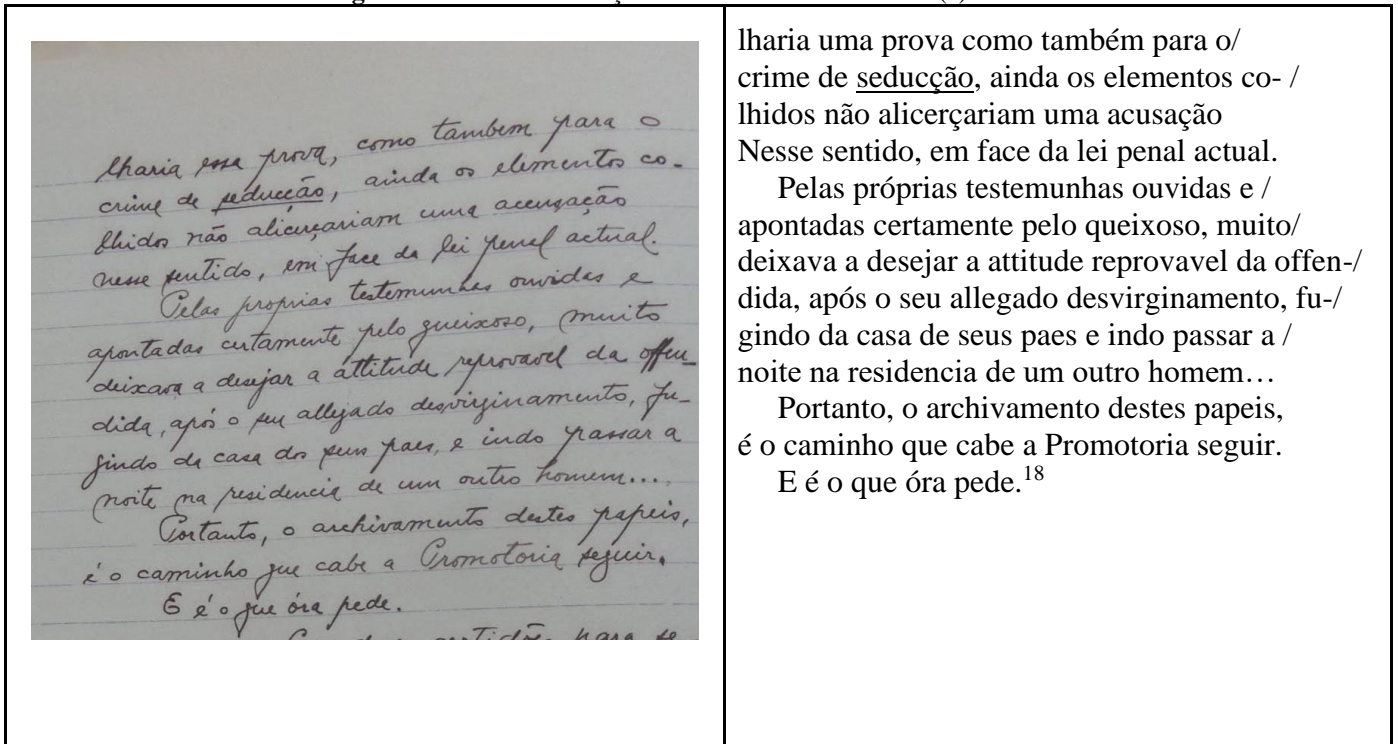
Sobre o comportamento adotado contra Mariana Ferrer e outras vítimas de estupro, podemos compreender também que:

[n]o passado, media-se a inocência da vítima nos casos de estupro, pela sua idade, condição social e se era virgem ou não. Atualmente, a vitimização passou a ser medida pelas roupas que a mulher usa, pelo seu recato, e pela forma com que administra sua sexualidade. Uma mulher vista como aquela que sai a noite e não tem um parceiro fixo, muitas vezes, se torna uma vítima que “pede para ser estuprada”, justificando assim o delito. Já o estupro de uma mulher recatada, em contraponto, seria visto com mais indignação (DIOTTO; SOUTO, 2016, *online*).

Assistirmos parte do julgamento de Mariana Ferrer, pelo vídeo transmitido em jornais da televisão brasileira e isso nos permite fazer um comparativo com situações narradas nos documentos que compõem o *corpus*.

Destacamos, aqui, que o caso de Mariana Ferrer se assemelha a um dos documentos que compõe o *corpus*, pois apesar de tempos distintos, há similitudes no fato de que o crime sexual ocorrido contra L(a). R. de A. tem por desfecho: o arquivamento do inquérito, sob a alegação de a vítima ter fugido da casa dos pais após o estupro e ter ido dormir na casa de outro homem, como é possível ver no fólio 22v do inquérito, que segue adiante.

¹⁷ Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/03/influencer-mariana-ferrer-estupro-culposo/>. Acesso em: 19 nov. 2020

Figura 6: Fac-símile e edição do fólio 22v do CrSE de L(a). R de A..

Fonte: CrE de L(a).R. de A, 1941-1942
Disponível no acervo do CEDOC

Pensamentos, valores, crenças, objetivos, sentimentos são delineados no contexto com os crimes sexuais tratados. Assim, no trecho em que se diz que L(a). R. de A. “[...] deixava a desejar”, que tinha uma “attitude reprovavel” porque foi dormir na casa de um homem, mesmo depois de ser violada, traz a lume o pensamento heteronormativo que direciona a “moral e bons costumes” esperados de qualquer mulher considerada digna. E ainda precisamos lembrar da afirmação de Vigarello (1998), em *História da Violação*, sobre a profunda resistência em “desculpar” a vítima, porque a imagem dela:

[...] se mistura a imagem de mulher. Todo o preconceito ou dúvida prévia quanto à queixosa, toda dúvida a priori, por ínfima que seja, torna incompreensível seu possível terror, ou seu desprezo, a sua sujeição descontrolada, as atitudes mentais cujo esquecimento ou negligência por parte do observador poderiam levar a crer que ela cedeu voluntariamente. Qualquer suposta fraqueza ou inferioridade da sua parte tornam o seu testemunho suspeito. É exatamente porque essa dúvida varia com o tempo que se pode fazer uma história da violação: as mudanças são aqui paralelas com as dos sistemas de opressão exercidos sobre a mulher, com a sua permanência, refinamento, mutações (VIGARELLO, 1998, p. 13).

¹⁸ lharia uma prova como também para o crime de sedução, ainda os elementos co- / lhidos não alicerçariam uma acusação / Nesse sentido, em face da lei penal actual. // Pelas próprias testemunhas ouvidas e / apontadas certamente pelo queixoso, muito / deixava a desejar a attitude reprovável da ofen- / dida, após o seu alegado desvirginamento, fu- / gindo da casa de seus paes e indo passar a / noite na residência de um outro homem... // Portanto, o arquivamento destes papeis, / é o caminho que cabe a Promotoria seguir. // E é o que ora pede.# (Edição Modernizada)

Nos crimes sexuais estudados, pensamentos são destacados, tais como: a mulher que é corpo, que é ameaçada por se negar a fazer sexo, violentada, ou seja, um construto da mulher objeto trazida nos casos extraídos da bíblia, bem como nos relatos de 1936, 1941 e 2020. Nesse sentido, a discriminação contra a mulher-vítima acontece pela utilização de estereótipos referentes à sua conduta na esfera sexual por parte dos agentes jurídicos. O sistema jurídico reflete a situação de desvalorização da mulher na sociedade como um todo, sendo aquele feito por homens e através de sua ótica: “[e]stereótipos, preconceitos e discriminações de gênero estão presentes em nossa cultura e profundamente inculcados nas (in)consciências; são, portanto, absorvidos também pelos operadores do Direito e refletidos em sua práxis jurídica (PIMENTEL e outros, 1998, p. 203).”

E. C. dos S. e L(a). R de A. são vítimas e ficaram vulneráveis ao fazer os exames de corpo de delito, pois eram menores de idade e passaram pelo constrangimento de ter testemunhas para atestar a sua “boa conduta” - pensamento dominante em meados do século XX. Quase um século depois, percebemos, com tristeza, que tais pensamentos são presentes nos dias atuais e, mais uma vez, retomamos ao caso de Mariana Ferrer.

Os discursos manifestados nos crimes de estupro revelam um embate entre os agentes jurídicos e aqueles que recorrem ao sistema judiciário a fim de serem ressarcidos do dano da perda da virgindade. Mas será possível ressarcir tal violência? Confrontar lados, histórias e falas é o lugar para o nascimento dos discursos considerados verdadeiros e os considerados falsos. Nas práticas sociais, há discursos cristalizados, normativos e, portanto, tomados como verdadeiros para as épocas retratadas no *corpus*. Para Foucault (2000, p. 35): “[é] sempre possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem; mas não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma ‘polícia’ discursiva que devemos reativar em cada um de nossos discursos.” A cultura da virgindade preservada, do corpo feminino não ser autêntico, próprio, mas pertencente aos familiares, à justiça, ao homem, à igreja e não à própria mulher.

Para mulher dita perdida, citada como a de má conduta, cabiam o desprezo, o desgosto, o descaso e a desonra. Estas são categorizações instituídas para a vida de mulheres que foram marcadas pela retirada do hímen antes do casamento, sendo que, muitas vezes, essa retirada é ocasionada pela violência, mas, mesmo assim, essas mulheres são responsabilizadas por terem sido violadas.

Mas é preciso pontuar que frente as repetições deste caso de estupros, a própria sociedade começou a dar tratamento diferente. Existe hoje, por exemplo, a possibilidade de denúncia nas redes sociais, um espaço que aparece para, de certa forma, assegurar o lugar de

fala da mulher que antes era ferozmente silenciado. Queremos, com isso, dizer que casos como de Mariana Ferrer, encontram uma parte da população que se solidariza, que protesta, que traz robustez ao discurso de respeito à mulher, ao corpo dela, aos desejos, constituindo uma luta contra a impunidade de quem viola.

E deste modo, ao se observar, dentro da história, as categorias gênero, sexualidade e poder seguem em um tensionamento quando se obriga a mulher a *ceder* o corpo, a ser *posse* do outro, responsabilizada por tal violação.

Citando superficialmente alguns estudos de Beauvoir (1949¹⁹) e, também de Butler (2010²⁰) não é possível separar corpo e mente, muito embora a filosofia ocidental preze por isso, uma vez que o corpo é construído através de experiências, modelos de comportamentos, ou seja, os instrumentos sociais de poder moldam a mulher desde sua forma de vestir-se, comportar-se, pensar.

O termo “ofendida”, que aparece no *corpus*, vai se referir à vítima do crime de estupro, pois fora desvirginada e a falta do hímen configura uma ofensa à honra, à moral, ao respeito atribuído à vítima e, por conseguinte, à família da mesma. Djamila Ribeiro (2019) já nos chama atenção que questões de raça, de gênero e de classe se interrelacionam e, dentro da sociedade, auxiliam na manutenção de opressões em que discursos sociais são produzidos e proferidos ao longo do tempo para violentar, oprimir e normatizar a vida das mulheres.

Lendo os crimes de estupro que são o *corpus* desta tese, vemos duas vítimas pobres, não-brancas e engendradas em uma cultura de clausura às mulheres, mas esse pensamento se torna tão consistente quando temos, hoje, a oportunidade de estudar e verbalizar em nossos trabalhos acadêmicos. É preciso dizer, com isso que:

[a] violência contra as mulheres é consequência da estrutura patriarcal e racista, fruto de uma organização em sociedade fundamentada em desigualdades socioeconômicas entre homens, mulheres, brancos e negros. No Brasil, a visão convencional (senso comum) sobre o tema trata a violência contra as mulheres como consequência de um mau comportamento por parte das mulheres, que fere algumas regras sociais e familiares em relação aos papéis de gênero impostos em uma sociedade estruturada pelo patriarcado (COSTA; PAZ; OLIVEIRA, 2021, p. 548).

As desigualdades vêm de longe, desde o processo de escravização à sua abolição, cheias de rastros escravagistas e discriminatórios, quando temos, por exemplo, dentro da medicina um professor de medicina legal, Raimundo Nina Rodrigues, que defendia que as raças não-brancas eram inferiores, o que acarretava mais violência contra a mulher negra (COSTA; PAZ;

¹⁹ BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Trad. Sérgio Milliet. Vol 2. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.

²⁰ BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

OLIVEIRA, 2021) Ademais, em um Brasil mergulhado nas ideias de dominação, força e pecado, o domicílio – local em que se vai pós-casamento – era onde o controle e a reafirmação do poder dos homens sobre as mulheres existia (COSTA; PAZ; OLIVEIRA, 2021). Assim:

[...] a violência contra as mulheres é uma violência de gênero, familiar e/ou domiciliar. E se manifesta em (sic) física, sexual, psicológica e patrimonial. No que se refere à transversalidade da violência contra as mulheres [...] ignora as fronteiras de classe social e de raça/etnia. Contudo, a vivência da violência e as possibilidades de ações e acesso aos recursos para seu enfrentamento são diferentes quando consideramos mulheres brancas ricas e de classe média, em relação às mulheres pobres e trabalhadoras, brancas e negras (COSTA; PAZ; OLIVEIRA, 2021, p. 550).

Trazemos o conto *Quantos filhos Natalina tem?*, de Conceição Evaristo, para exemplificar a premissa acima mencionada sobre violência contra a mulher negra. Uma vez que no conto relata a quarta gravidez de Natalina, resultado de um estupro. Alguns homens invadiram sua casa e a levaram de olhos vendados para os matos. Sendo assim

Natalina, entre o ódio e o pavor, obedecia a tudo. Na hora, quase na hora do gozo, o homem arrancou a venda dos olhos dela. Ela tremia, seu corpo, sua cabeça estavam como se fossem arrebentar de dor. A noite escura não permitia que divisasse o rosto do homem. (EVARISTO, 2016, p. 56)

Pontuamos aqui, além da violência sexual, uma maternidade forçada, não desejada, fruto de um crime, o que nos conecta às tentativas constantes das teorias feministas, ao longo das décadas, de trazer o prazer feminino ao centro das discussões, e, portanto, a criminalização do sexo não consentido, como violência, além da desconstrução do estereótipo da maternidade como plenitude feminina.

Por meio da literatura de Evaristo (2016), a leitura do *corpus*, os estudos de Ribeiro (2019), entre outros teóricos nos permitem problematizar a vida, a sexualidade e o corpo femininos, porque expõem realidades, desvelam situações de violência, exploração, marginalização que se arrastam ao longo dos anos. Porém, mais que delatar aquilo que é visivelmente estruturado, que é a vitimização das mulheres negras, trazer, seja por meio da ficção ou por dados da realidade, as mazelas, injustiças sociais impostas à mulher, Evaristo (2016) e Ribeiro (2019) auxiliam na desestruturação dos discursos tão consolidados de que racismo não existe. Sobre racismo

Munanga (2004, p.89) já nos adverte que:

[o] mito de democracia baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e

grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade

Mas além do racismo, a escrita das autoras mencionadas anteriormente traz as posições ocupadas pela mulher e os mecanismos de subalternização delas. Desvelar os crimes de estupro, trazer a escrita de mulheres negras cheias de suas escrevivências²¹ instalam novas formas de observar a realidade machista, discriminatória, sexista, misógina, racista que nos cerca.

Sobre isso, Sueli Carneiro (2003, p. 119) ressalta que:

[a]o politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher neste e naquele caso.

Diante do exposto, acreditamos que estudar documentos históricos que tratam sobre a temática da violência permitem uma viagem capaz de transparecer os pensamentos e as posições delimitados em épocas remotas para que, de posse deles, consigamos construir um registro significativo sobre a situação das mulheres no Brasil. É importante pontuar que a significância será alcançada através da mediação científica que a Filologia traz no processo de lida com o texto. Nos aprofundaremos neste assunto na seção seguinte.

²¹ Termo utilizado por Conceição Evaristo.

3 DA LEITURA FILOLÓGICA

Comecei logo a recolher os materiais necessários, jornais, debates, documentos públicos, e a tomar notas de toda a parte e de tudo. No meado de fevereiro, disseram-me que, em certa casa da cidade, acharia, além de livros, que poderia consultar, muitos papéis manuscritos, alguns reservados, naturalmente importantes, porque o dono da casa, falecido desde muitos anos, havia sido ministro de Estado. Compreende-se que esta notícia me aguçasse a curiosidade (ASSIS, Machado. Casa Velha, online).

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000168.pdf>

Fonte: ASSIS, Machado de. Casa Velha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986 (Literatura e Teoria Literária, 57)

CAPÍTULO PRIMEIRO ANTES E DEPOIS DA MISSA .

A leitura do trecho acima, retirado da obra *Casa Velha*, de Machado de Assis, nos põe diante dos primeiros momentos da história de um padre que queria escrever uma obra acerca da formação do Primeiro Reinado aqui no Brasil, para tanto, conforme descrito no trecho, o padre se direciona à casa antiga em que morou uma família nobre, cujo patriarca foi um político importante.

Ao chegar na casa descrita, sabendo que precisava se instalar lá e das informações sobre o local, ele recorre aos documentos desse político, um ex-ministro de Estado. Destacamos, por ora, no trecho, o como a documentação é frisada como importante, pois “além de livros” é salutar, para o padre, a busca dos “[...] muitos papeis manuscritos, alguns reservados, naturalmente importantes [...]” (ASSIS, 1986) referentes à vida do ex-ministro de Estado.

Frente ao que fora anteriormente escrito, pensemos na importância da filologia e o seu labor, como mestra em desvelar histórias, memórias através dos escritos e, também, como uma propulsora para auxiliar na compreensão da cultura de um povo e/ou grupo de povos, as sociedades e seus comportamentos ao longo do tempo.

Pelos poucos ou muitos papeis, é possível ter acesso aos “[...] vestígios do passado [que], muitas vezes, ficam latentes em artefatos que se configuram como lugares de memória, capazes de evocar as lembranças, vencer o esquecimento e contribuir para a formação das identidades.” (BARREIROS, 2013, p.27).

O padre dentro da casa velha, poderá, portanto, fazer a investigação do arquivo, uma leitura mais apurada dos textos escritos pelo político para se munir de informações sobre a sua identidade, suas atividades, seus passos e produzir sua trama. Sabemos que o trecho é retirado de uma obra literária, com personagens fictícios, no entanto, não podemos negar que há aspectos da atividade filológica na atitude do padre, posto que ele faz a investigação, através dos textos, numa tentativa de compreender histórias através dos fatos transcritos em vários suportes, tal qual como as bases do fazer filológico.

Embora muito se tenha falado sobre a filologia e sua principal função: editar textos, – é imprescindível dizer que a atividade filológica não pode ser traduzida de maneira estática e presa somente ao texto, como alguns manuais defendem. A Filologia foi a estrutura dominante da profissão do estudo textual e linguístico na época em que Machado de Assis escrevia.

Borges (2015) nos alerta que a Filologia, ao longo do tempo, tem se construído como interdisciplinar, humanística e crítica em relação a seu objeto de estudo, o texto. Tal texto tem sido redefinido nos dias atuais, através de práticas que o enxerguem como dialógico, como histórico, como testemunho, um verdadeiro documento (BORGES, 2015).

Fazer filologia é um ato político, ideológico quando se faz escolhas pelo texto para se editar, quando se escolhe o tipo de edição, quando se observa os movimentos do texto, pois nos apetece uma pós-filologia²² que se recusa a resgatar as origens do texto; que rompe com ideia de hierarquizar os ditos originais como mais preciosos que as edições; e que busca relações entre textos, abdicando das possibilidades de interpretá-los (WARREN, 2003)²³.

Diante do exposto, a filologia, aos fins de 1500, já se pautou no estudo das civilizações e sociedades antigas por meio dos documentos produzidos por elas, priorizando a literatura e língua escrita como forma de estudo (MÜLLER, 2010). No século XIX, ela passou a ser mais rigorosa com documentos escritos antigos, com vistas a compreender os processos de transmissão daqueles, a fim de estabelecer, interpretar e editar tais textos (MÜLLER, 2010). Já no século XX, houve a preocupação de estabelecer o estudo científico para o desenvolvimento de uma língua ou família delas, utilizando, especialmente, dados de pesquisa histórica, morfológica, fonológica e comparativa dos documentos escritos nas línguas latina, românicas, germânicas, entre outras (MÜLLER, 2010); o estudo mais científico dos textos antigos ou não, com base no texto autêntico, genuíno que se dá na comparação de manuscritos e edições, um trabalho feito através do auxílio de algumas disciplinas (paleografia, numismática, história, literatura, sociologia, entre outras).

Os estudos filológicos que são contínuos e cheios de desdobramentos, com base em alguns autores, estabelecem um diálogo mais próximo com o campo das humanidades. Desta forma, a circulação social do texto (o que pode ser percebido por meio do suporte em que o texto está escrito por exemplo, do mais ao menos oneroso), os selos e carimbos se forem documentos (a depender de onde são, o órgão que representa o carimbo e as autoridades que o reconheciam), ou seja, os processos sociais, técnicos que vão além do texto ali. Deste modo, Ximenes (2020) pontua que

²² Termo e discussão trazidos por Warren, 2003.

²³ Tradução de Santos (2015)

[...] a prática filológica [...] [é como um] estudo do texto em dimensões mais amplas e interdisciplinares em que são consideradas interpretações que corroboram para uma leitura integral do texto e das suas realidades externas que complementam os sentidos que possam ser transmitidos. (XIMENES, 2020, p.23)

Spaggiari e Perugi (2004), Pasquali (1934) nos permitem aproximar a crítica textual com História Cultural quando nos alertam que:

[...] é preciso, de fato, estudar as vicissitudes do texto ao longo dos séculos, e examinar as modalidades da sua transmissão, porque **o texto vive e opera no meio cultural no qual é lido, copiado, difundido; e cada manuscrito é um testemunho precioso da história da tradição** (SPAGGIARI; PERUGI, 2004, p.41, grifos nossos).

Assim, o texto é revelador de uma comunidade linguística, seu viés histórico e caráter social, além das “pistas” que ele pode nos dar pelas suas rasuras, pelo seu conteúdo, pelas dobraduras e outros pontos que nos induzem a outros textos demarcados num período e pensamentos histórico-culturais e sociais.

Nos vinculamos ao paradigma *da Nova Filologia*, por intentarmos olhar o texto sob múltiplos olhares, pois a atividade filológica nos proporciona o estudo do texto desde o processo de produção, transmissão, circulação e recepção, trazendo a lume a ideia de que o mesmo é um objeto cultural, histórico, social, ou seja, é a perspectiva teórica que leva ao fazer Filologia, conforme os ideais de McGann (1983), para o âmbito das práticas multidisciplinares (CORREIA, 2011).

Deste modo, é preciso concordar com Souza (2014, p.23) que, a cada dia

[...] a posição que oferece melhor ângulo para o entendimento da Filologia é a leitura de sua constituição sócio-histórica. Por isso, não podemos definir a Filologia de maneira tão simples como se só bastasse consultar um verbete num dicionário de língua vernácula ou mesmo outra obra lexicográfica mais específica em busca de um conceito rigoroso. Discutir Filologia é sempre, antes de tudo, lidar com certa memória senil, cujas feições são percebidas pelas fissuras das produções de edições e atividades críticas legadas, principalmente, por intelectuais humanistas e/ou os que, direta ou indiretamente, são herdeiros desse sistema de pensamento (SOUZA, 2014, p.23).

Nesse sentido, o tratamento filológico dado ao texto precisa perpassar uma ética de leitura em que estão imbricadas a escolha do texto a ser estudado, a maneira em que será tratado/editado e a postura ética do(a) filólogo(a). Deste modo,

[a] leitura filológica é, portanto, uma ética, um modo de participação ativa e deliberada na esfera mundana textual, política, cultural, que situa necessariamente o crítico em relação às circunstâncias de produção de suas intervenções e o coloca em um campo aberto em que não há estabilidade previamente constituída para o empreendimento interpretativo. (SACRAMENTO; SANTOS, 2017, p.135)

Nas linhas seguintes, delineamos como o *corpus* está situado nos tempos histórico, geográfico, cultural e sociológico, além de analisá-lo pelo prisma das práticas culturais de escrita e leitura.

3.1 NOTAS BREVES SOBRE AS NOVAS PRÁTICAS CULTURAIS DE ESCRITA E LEITURA

Olhar filologicamente o *corpus* nos leva a mergulhar nas histórias de vida e no tempo em que elas estão situadas. Há uma tentativa de captar, para além da letra e dos códigos alfanuméricos, os pensamentos da época, os traçados dos textos, as estruturas linguísticas, as cores das tintas, a condição socioeconômica (usando, por exemplo, dos papéis e testemunhos).

A História Cultural nos propicia discorrer sobre a história da leitura e escrita e, para esta tese, é o lugar adequado para a análise filológica, cultural e histórica em completo diálogo, por se situar

[...] na historiografia como uma expressão que valoriza todas as dimensões da cultura, ou seja, aborda toda a diversidade cultural existente nas sociedades, tanto as do passado quanto as do presente. A historiografia tem mostrado que a especificidade da História cultural ainda é muito complexa quando pensada nos esquemas tradicionais, pois a cultura perpassa todas as dimensões de vivências, o que torna difícil isolá-la em um determinado campo do conhecimento (CANABARRO, 2010, p.30).

Roger Chartier, importante historiador francês ligado à quarta geração da Escola dos Annales, aparece como um nome para o campo da história cultural, inclusive é reconhecido por seus trabalhos sobre a história do livro, da edição e da leitura. Em face disso, escreveu a obra *Os desafios da escrita* que

[...] trata das questões de “mediação editorial”, isto é, como os diferentes processos através dos quais sujeitos (copistas, tipógrafos, editores, tradutores, impressores, vendedores, leitores) se constituem como figuras representativas na confecção dos sentidos dos textos. (SOUZA, 2014, p.92)

Atrelar a História Cultural à Filologia, portanto, é compreender os “[...] aspectos que fomentaram a constituição dos sentidos e do texto, a partir do estudo do processo de produção, circulação, recepção do texto” (SOUZA, 2014, p.92).

É saber que

[...] o mesmo texto, fixado em letras, [pode] não [ser] o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação. Nasce daí a importância reconquistada pelas disciplinas que têm como finalidade justamente a descrição

rigorosa dos objetos escritos e impressos que carregam os textos: paleografia, codicologia e bibliografia, [e porque não dizer, a Crítica Textual] [...] (CHARTIER, 2002, p. 62).

Deste modo, aprofundaremos, nas linhas seguintes, o *corpus* como testemunho de vidas, o local em que está guardado, como o mesmo circulava e os contextos adjacentes a ele.

Instrumentalizados pela Filologia, não podemos captar cheiros, sons e expressões corporais dos escreventes e citados nos documentos, mas os conceitos e a textualidade atrelados ao contexto de produção do *corpus* nos põe diante das angústias dos suplicantes, pais das vítimas de estupro, geralmente, a dita sensualidade atribuída à mulher, à opressão feminina e à religiosidade da época.

Mas a sofisticação no corpo, que lentamente se valorizava, não diminuía a falta de informação das mulheres sobre o sexo. A inocência e ignorância de muitas era contrabalanceada pela violência e a brutalidade de outros tantos. Os tabus eram vários: não se falava a palavra “menstruação”; só se usavam metáforas: “estou de chico” ou “naqueles dias”. Falava-se menos ainda do que aconteceria na noite de núpcias, quando a noiva deveria ser obrigatoriamente virgem. O primeiro contato sexual podia ser desastroso para o resto da vida de um casal. Eis por que os médicos aconselhavam o “defloramento com especial cuidado”. Por seu lado, a virgindade feminina que exigia tantos cuidados continuava obrigatória. E o assunto era tratado com rigor por médicos como o dr. Jaf, famoso por seu *O casamento: amor e higiene*, preocupado com a “fraude do hímen.” (DEL PRIORE, 2011, p. 116, grifos da autora)

O hímen, este tecido considerado obrigatório no corpo da *moça virgem*, era idolatrado durante os séculos e o estupro sempre figurou como crime previsto ao longo dos códigos penais. Acessar casos de estupros do século passado não é uma tarefa fácil devido a alguns entraves, um deles é o acesso a essa documentação. Além disso, devemos ressaltar o incômodo de ler tais textos pois, de certa forma, experienciamos esse tipo de violência. Assim, um hímen intacto não era uma pele e, sim, um elemento de sentido, uma forma de controle do corpo, um poder exercido sobre a mulher, uma maneira, na história, de *qualificar* o corpo feminino.

Nos acervos públicos, a documentação escrita é fonte imprescindível para mergulhar no espectro cultural, linguístico e histórico das civilizações. Assim, como metaforicamente entendemos que “[...] as rosas não falam [...]”, conforme trecho da composição de Cartola (1976)²⁴, a documentação escrita é sumariamente importante, uma vez que “[...] a linguagem oral não produz fósseis”. (HAVELOCK, 1996, p. 14).

As palavras circunscritas no papel revelam as práticas culturais de indivíduos, dos grupos que eles fazem parte, dos valores compreendidos e perpassados no íntimo de si, dos costumes, crenças e modo de viver. No acervo do CEDOC (**figura 7**) há muitos documentos,

²⁴ CARTOLA, Agenor de Oliveira. As rosas não falam. [S. l.: s. n.], 1976. LP Cartola 80 anos.

tanto da esfera cível quanto crime e, eles tratam de questões que ocorreram em Feira de Santana, Riachão do Jacuípe, Santa Bárbara e algumas cidades circunvizinhas.

Figura 7: Acervo CEDOC / UEFS



Disponível em: TV OLHOS D'ÁGUA, 2019
<https://www.youtube.com/watch?v=He45JwCOem8>
 Acesso em: 23 abril. 2021

Sabemos que o CEDOC

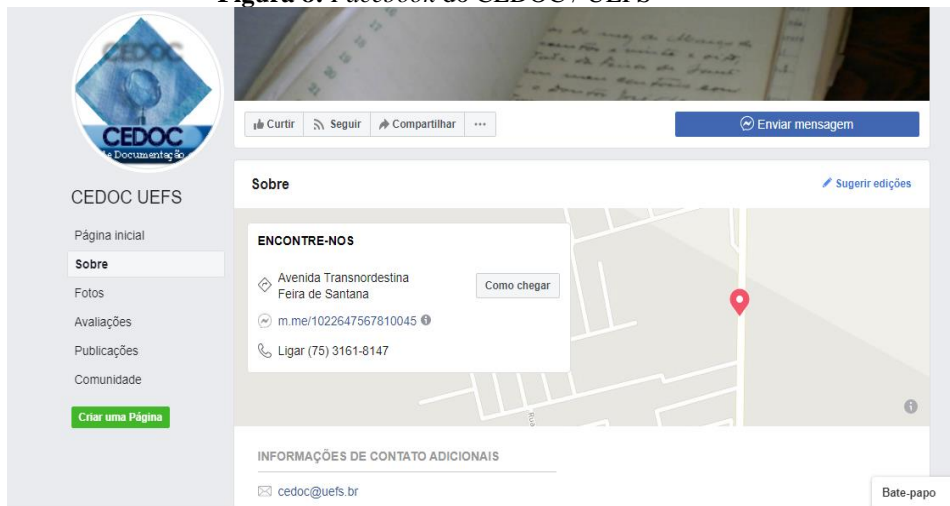
[...] foi criado por iniciativa dos professores do DCHF e regulamentado pela Resolução CONSEPE 15/2000 de 17 de março de 2000, tem por objetivo preservar e oferecer documentos textuais, orais e iconográficos inseridos no contexto geohistórico da região de Feira de Santana. Sua criação também esteve fortemente vinculada à implantação do Programa de Pós-graduação em História da UEFS (*stricto sensu*) (CEDOC/UEFS, *online*, 2023)²⁵

E desde 2013, o acervo do CEDOC foi transferido para instalações no prédio do Mestrado em História, no *campus* central da UEFS, oferecendo uma infraestrutura mais adequada aos pesquisadores e ao próprio acervo: salas climatizadas para pesquisa, catalogação, guarda adequada do acervo, espaço para digitalização, coordenação e administração (CEDOC/UEFS, *online*).

O CEDOC é divulgado nas redes sociais, como é o caso do *Facebook* (**figura 8**), e o acesso ao acervo pode ser feito, também, pelo site <http://www.cedoc.uefs.br/>(**figura 9**) Nesse ambiente virtual há espaço para consulta dos documentos, oferecendo a catalogação (estante, número do documento, período, tipologia, acusados e vítimas, bem como algumas observações quanto à condição dos fólios), como pode ser visto na **figura 10**.

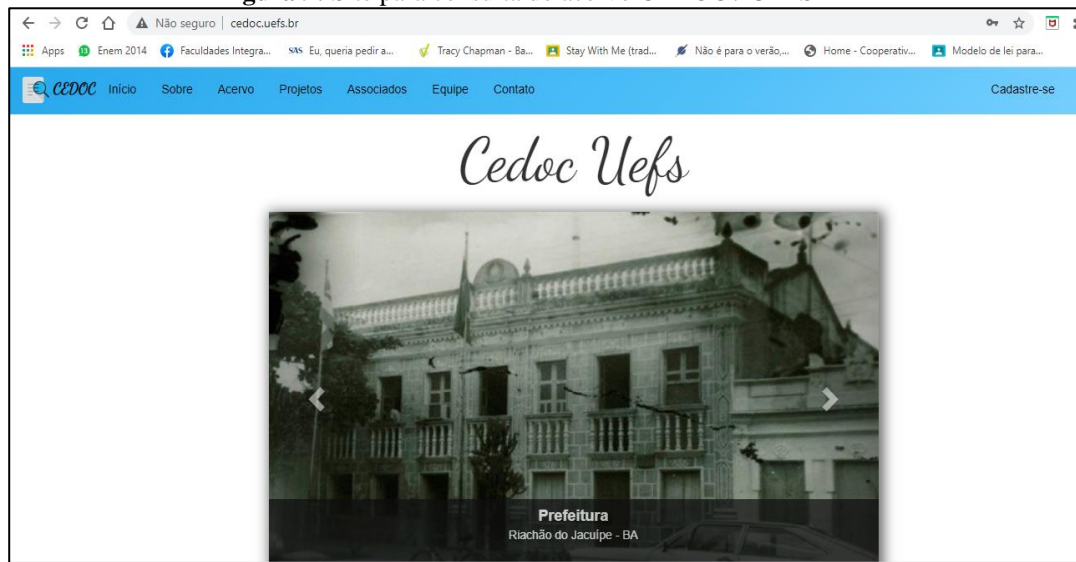
²⁵ <http://www.cedoc.uefs.br/nossaHistoria>

Figura 8: Facebook do CEDOC / UEFS



Disponível em: https://www.facebook.com/pg/CEDOC-UEFS-1022647567810045/about/?ref=page_internal
Acesso em: 11 dez. 2019

Figura 9: Site para consulta do acervo CEDOC / UEFS



Disponível em: <http://www.cedoc.uefs.br/>
Acesso em: 19 nov. 2020

Figura 10: Catalogação do acervo CEDOC / UEFS



Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=He45JwCOem8>
Acesso em: 23 abril 2021

Ao fazermos uma pesquisa no acervo, catalogamos que, na Comarca de Feira de Santana, houve muitos crimes sexuais. É sabido que no Brasil, os crimes sexuais foram definidos de diversas maneiras no sistema judiciário. Especialmente nas primeiras décadas da República, tempo histórico em que se situa o *corpus*, quando os Códigos Penais de 1890 e 1940 vigoravam na nossa sociedade.

Sobre os tipos penais que envolvem sexualidade, no Brasil, sabemos que:

[...] as diferentes legislações sobre o estupro vigentes ao longo dos anos incorporaram os discursos mais recorrentes em cada época. A primeira lei a tipificar o estupro foi o Código Penal do Império, que vigorou entre 1831 a 1891. Nele, o estupro era julgado a partir da “honestidade da mulher violada”, havendo uma relativização do crime quando a mulher era prostituta, e se dava perdão ao violador caso ele se casasse com a vítima (ENGEL, 2017, p.20).

Deste modo, a cultura do estupro é visível nas falas de Engel (2017) por meio da *relativização* do estupro em relação à mulher que se prostitui, bem como o *perdão* dado ao violador através do casamento.

No Código Penal de 1890, as definições de *defloramento*, *estupro* e *atentado ao pudor* aparecem no Título VIII, como crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor (BRASIL, 1980). Sobre o crime *estupro*, o Código definia como sexo com moças menores de 16 anos e/ou concebido por meio da violência e o *defloramento* seria o sexo com moças menores de 21 e/ou acontecido por conta das promessas de casamento. Lessa (2007, p. 4), sobre o Código de 1890, nos explica que “ [...] o defloramento e o estupro se constituíam em crimes Contra a Segurança da Honra e Honestidade das Famílias, artigos

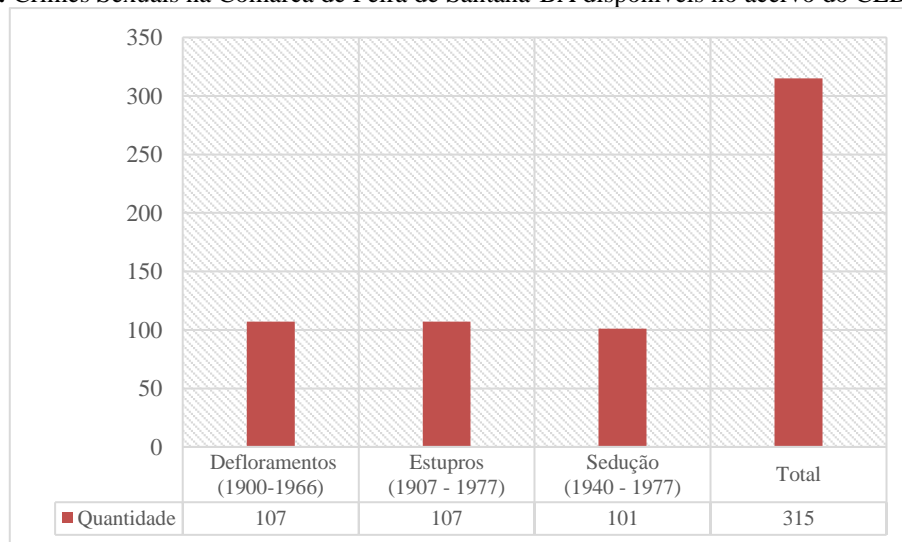
267 e 268, respectivamente. No caso do crime de estupro, [...] o acusado poderia pegar pena de 1 a 6 anos de reclusão.”

O código Penal de 1890 traz as mesmas desigualdades sociais, bem como a visão patriarcal existente no código de 1830. No código de 1940, o termo *defloramento* foi substituído pelo *crime de sedução*, mas as outras tipificações permaneceram. Viveiro de Castro, um importante jurista do final do século XIX no Brasil, escreveu, certa feita, sobre o estupro e aumento de casos, atribuindo a causa desse crescimento numérico às mulheres, como podemos ver em:

[n]ão é difícil ao sociólogo estudar e conhecer as causas determinantes deste aumento da criminalidade. É de justiça responsabilizar em primeiro lugar a própria mulher, dominada pela **idéia errônea, subversiva, de sua emancipação**, ela faz tudo que de si depende para perder o respeito, a estima e a consideração dos homens. A antiga educação da mulher recatada e tímida, delicada sensitiva evitando os contatos ásperos e rudes da vida, foi desprezada como coisa anacrônica e ridícula; e temos hoje a **mulher moderna**, vivendo nas ruas, **sabendo tudo, discutindo audaciosamente as mais escabrosas questões, sem refreio religioso, ávida unicamente de luxo e sensações, vaidosa e fútil, preza fácil e muita vez até espontaneamente oferecida à conquista do homem** (CASTRO, 1942, p. 22).

No contexto de tantos crimes sexuais, confeccionamos o **gráfico 1** para explanar a quantidade de crimes sexuais catalogados no acervo do CEDOC-UEFS avaliados na Comarca de Feira de Santana – BA.

Gráfico 1: Crimes Sexuais na Comarca de Feira de Santana-BA disponíveis no acervo do CEDOC – UEFS

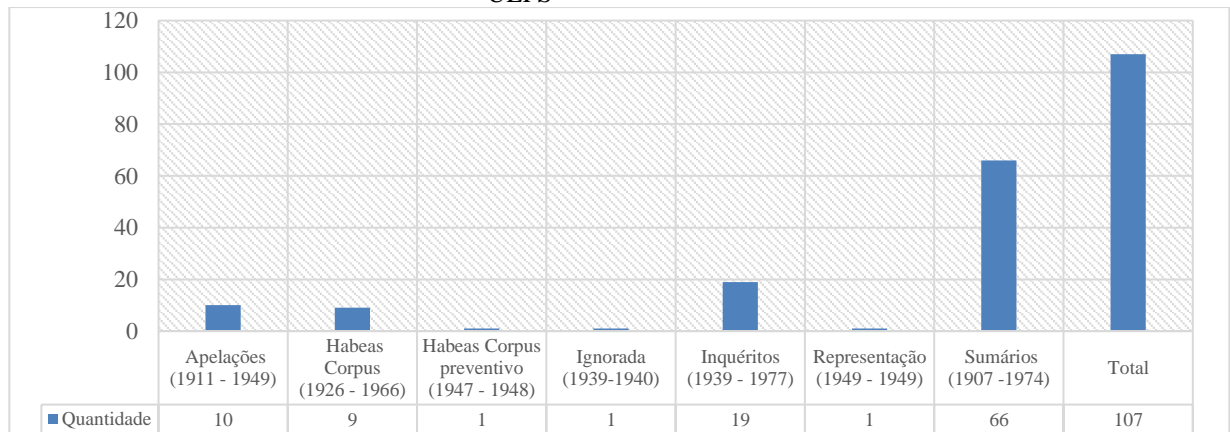


Fonte: elaborado pela autora por meio de dados do acervo do CEDOC – UEFS, 2023.

O *corpus* estudado, por ser lavrado em 1936 e 1941, se situa historicamente na Era Vargas, e o Estado Novo²⁶, iniciado em 1937, foi marcado pelo selo do *pacto moral* com os ideais da Igreja. Decerto, para a época, essa aliança garantiria a “[...] consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao Estado.” (DEL PRIORE, 2011, p. 121).

Pelo *corpus* ser constituído por dois crimes da tipologia estupro, construímos o **gráfico 2** sobre todos os crimes de estupro sob a guarda do acervo do CEDOC-UEFS na Comarca de Feira de Santana – BA, conforme se vê a seguir.

Gráfico 2: Processos crimes de estupro na Comarca de Feira de Santana-BA disponíveis no acervo do CEDOC – UEFS



Fonte: elaborado pela autora por meio de dados do acervo do CEDOC – UEFS, 2023.

A análise do conjunto documental nos permite compreender que a mulher desvirginada antes do casamento, *deflorada*, *maculada* era desmoralizada, pois ser *donzela* era condição principal para a formação de uma boa família. Era uma ideia erguida por meio da concepção de honra e cuidados com a moral e conduta, mas, na verdade, a mulher tinha um corpo controlado, mas este mesmo controle não foi imposto nem cobrado ao/do homem. Comumente, nas primeiras décadas do século XX, se tinha a ideia de que “[o]s homens conheciam uma *donzela pelo andar*. Ser *furada*, *cair no mundo* ou *não prestar mais* era coisa que definia o destino de uma mulher. Sua reputação social se media pela capacidade de resistir aos avanços masculinos.” (DEL PRIORE, 2011, p.121, grifos da autora).

Deste modo é compreensível que leiamos petições documentadas como:

[...] L. C. dos S., vem perante /*Verdadeiramente* implorar justiça para o seguinte /a sua filha E. C. dos S. / menor, de 14 anos de idade, passando no / (mez do) mez de

²⁶ Período em que Getúlio Vargas governou o Brasil de maneira ditatorial (1937 até 1945).

outubro de 1935 pela / travessa salto do Bode, e a caminho de casa / da madrinha, as 9 horas da noite foi chamada / pelo o Senhor C. S., o qual usando / de uma faca para amedronta-la, forçou-a / deflorando-a, e em seguida dizendo-lhe que / se ella dissesse alguém que a matava / conforme a referida menor já declarou / na presença de Vossa Excelencia e das testemunhas / abaixo pelo que pede e implora a justiça. (CsE. E.S, f. 3r, linhas 7-21).

O implorar, neste caso, não é só pelo crime sofrido pela filha, mas é o evitar de “não prestar mais” para a sociedade e, muitas vezes, a “reparação desse mal”, que era o estupro, se dava pelo casamento, como foi o destino de E. S. Em 30 de julho de 1936, como consta no fôlio 20 recto do Inquérito de estupro, houve a “reparação do mal” por meio do casamento e, por consequência, o arquivamento de todo o processo, como podemos conferir em: “[...] requer a Vossa Excelencia se digne mandar / archivar o processo instaurado por esta / Promotoria contra C. de tal, au- / tor do defloramento da menor de 14 an – / nos de idade E. C. dos S., / visto haver o mesmo reparado, pelo casa – / mento, o crime praticado.”²⁷ (CsE. E.S, f. 20r, linhas 16-23).

Contudo, é importante destacar que até as moças virgens que conseguiam a o casamento, continuavam a sofrer violências, pois:

[n]ão foram poucas as que se viram acuadas pelos *instintos bestiais* do jovem marido, longe do carinho e das delicadezas de um amor sublime, tal como era descrito nos romances açucarados. Para estas moças, ‘aprender a ser feliz’ significava literalmente ter relações sexuais regradas e contidas (DEL PRIORE, 2011, p. 117, grifos da autora).

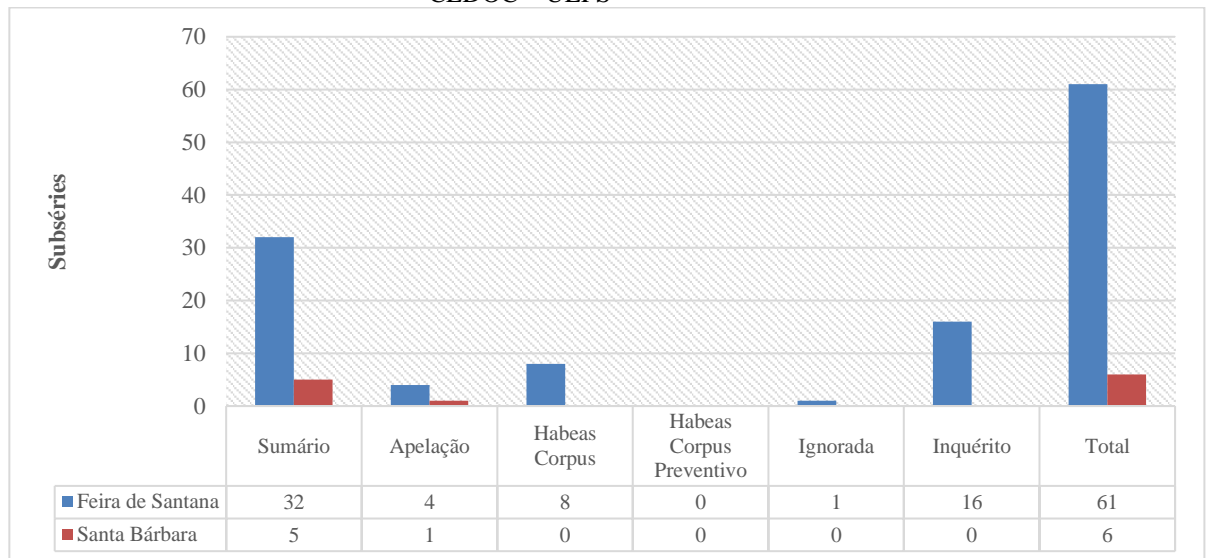
A situação sempre fora séria, no século anterior aos crimes estudados nesta tese – o XIX, é notório que a violência sexual era “abafada” a fim das jovens não serem “depravadas” moral, social e culturalmente. Vigarello (1998) apontou que:

Especialmente, as moças solteiras têm mais motivos para manter o sigilo. Primeiramente, porque “ficam fisicamente estigmatizadas, depreciadas como um fruto corrompido”; preferem esconder a perda da virgindade, sua “condição tácita do acesso tradicional ao casamento”. A virgindade da mulher é tão relevante para determinar sua dignidade, que alguns estupradores são inocentados durante esse período, por não serem virgens as suas vítimas. Essa mentalidade refere-se ao fato de que o estupro é primeiramente uma transgressão moral, associado ao comportamento pecaminoso, e não ao criminoso; “ele pertence ao universo do impudor, antes de pertencer ao da violência; é gozo ilícito antes de ser ferimento ilícito”. A vítima é, então, envolvida, confundida com a indignidade do ato (VIGARELLO, 1998, p.68, grifos do autor).

²⁷ : “[...]requer a Vossa Excelência se digne mandar arquivar o processo instaurado por esta Promotoria contra C. de tal, autor do defloramento da menor de 14 anos de idade E. C. dos S., visto haver o mesmo reparado, pelo casamento, o crime praticado. (Edição Modernizada).

Escolhemos dois casos de estupro para estudar, mas a realidade dura da violência contra a mulher foi registrada pelo menos dezenove vezes nas cidades de Feira de Santana e Santa Bárbara. Cientes disso, confeccionamos o **gráfico 3** para expor os casos e subséries que foram classificados dentro da Comarca de Feira de Santana.

Gráfico 3: Processos crimes de estupro em Feira de Santana-BA e Santa Bárbara-BA disponíveis no acervo do CEDOC – UEFS



Fonte: elaboração própria por meio de dados do acervo do CEDOC – UEFS, 2024

Destacamos em uma tabela os períodos correspondentes a cada subsérie tratada e os períodos que ocorreram os crimes nas cidades de Feira de Santana e Santa Bárbara – BA.

Tabela 1: Períodos em que os crimes de estupro ocorreram nas cidades de Feira de Santana e Santa Bárbara – BA

Subséries de estupro	Cidades	
	Feira de Santana	Santa Bárbara
	Período	
Sumário	1907-1965	1916-1959
Apelação	1935-1949	1932-1935
Habeas Corpus	1926-1966	–
Ignorada	1939-1940	–
Inquérito	1949-1977	–

Fonte: elaboração própria por meio de dados do acervo do CEDOC – UEFS, 2024
As próximas linhas foram dedicadas para o exercício da leitura filológica no *corpus*.

3.1.1 O exercício da leitura filológica no *corpus*

Eis que Picchio (1979, p. 324) escreveu

[o] [f]ilólogo é aquele que, utilizando todos os instrumentos dos quais pode dispor, estuda todos os documentos e se esforça por penetrar no epistema que decidiu estudar, procura, enfim, a voz dos textos e de um passado que já não considera sufocado pelos estratos sobrepostos [...].

Na contemporaneidade, esse exercício filológico nos remonta a uma ética de leitura, conceito definido por Edward Said (2007) e discutido no artigo *A filologia como ética de leitura*, escrito por Sacramento e Santos (2017), cujo objetivo é explanar a crítica filológica como um processo contínuo de desconstrução do método filológico tradicional, especialmente lachmaniano, ao passo em que se interessa no processo de transmissão textual, o que por muito tempo foi designado como erro (SACRAMENTO; SANTOS, 2017).

Sacramento e Santos (2017) tiveram o cuidado de falar dos pensamentos e discussões de Said, elucidando que o mesmo observou a filologia tal como descrita, analisando os movimentos de teoria, as críticas literárias e o pensamento religioso. Os autores põem em pauta que os pressupostos teológicos interferiam nas interpretações e estudo dos textos. Diante da leitura do artigo, a presente tese se atrela ao exercício de leitura referenciado pela compreensão de que a Filologia hoje é “[...] como um modo de articulação e intervenção na esfera pública textual, que configura uma tomada de postura, implicando o crítico-filólogo em gestos de interpretação.” (SACRAMENTO; SANTOS, 2017, p. 132).

Assim, é imprescindível destacar um texto fundante do pós-colonialismo – *Pode o subalterno falar?* – de Spivak (2010). A primeira versão desse texto foi escrita em 1985 com o subtítulo *Especulações sobre o sacrifício das viúvas* e gerou uma grande reverberação extrema, por se tratar de uma crítica contundente aos intelectuais ocidentais e também ao grupo de estudos subalternos, sendo que a autora utilizou como um dos exemplos de estudo o caso da Índia.

Ancorada em Marx e Derrida, Spivak questiona a mulher subalterna, entendendo essa subalternidade, por assim dizer, como expressão definida por sujeitos regionalmente agrupados que estão fora de um contexto hegemônico, como é visto nas linhas “[...] oferecerei uma análise alternativa das relações entre os discursos do Ocidente e a possibilidade de falar da (ou pela) mulher subalterna.” (SPIVAK, 2010, p.24).

Spivak nos proporciona refletir sobre a história das mulheres da Índia e imolação das viúvas, destacando:

[...] o lugar intrincado e inquietante ocupado pelas mulheres no contexto pós-colonial. E mais, ao relatar a história de uma jovem indiana que não pode se autor representar e, logo, não pode “falar” fora do contexto patriarcal e pós-colonial, [além disso, argumenta] de que o subalterno, nesse caso, em especial, a mulher como subalterna, não pode falar e quando tenta fazê-lo não encontra os meios para se fazer ouvir. (ALMEIDA, 2010, p.16-17)

As histórias das mulheres da Índia e as encontradas no *corpus* são, por assim dizer, ouvidas pela filologia e, em um texto

[...] é preciso lembrar que as formas que permitem sua leitura, sua audição ou sua visão participam profundamente da construção de seus significados. O “mesmo” texto, fixado em letras, não é o “mesmo” caso mudem os dispositivos de sua escrita e de sua comunicação. Nasce daí a importância reconquistada pelas disciplinas que têm como finalidade justamente a descrição rigorosa dos objetos escritos e impressos que carregam os textos: [crítica textual], paleografia, codicologia, bibliografia (CHARTIER, 2002, p. 62).

A leitura filológica do *corpus* nos permitiu traçar o perfil das vítimas do estupro, como parte da “[...] individualidade histórica [...]” (SOUZA, 2014, p. 92) de cada texto, após analisarmos os fatores (agrupados no **quadro 1**) identificamos que:

Quadro 1: Perfil das vítimas de estupro constante no *corpus*

Ano do CrE ²⁸	Vítima	Idade	Agressor	Cidade	Endereço	Detalhes do crime	Local do crime	Cor	Outras características	Suplicante
1936	E. C dos S	14	C. Sapateiro	Santa Bárbara	Rua Doutor Manoel Victorino	Uso de faca usada para amedrontar a vítima	Travessa “salto do Bode”	Escura	estatura baixa, “cabelllos encarapinhados”	Mãe – L. C dos S.
1941-1942	L(a). R	13	H. F	Feira de Santana	Fazenda Calindé	Sob promessa de casamento, forçou o sexo com a vítima	XXX	XXX	Analfabeta	Pai – L.R

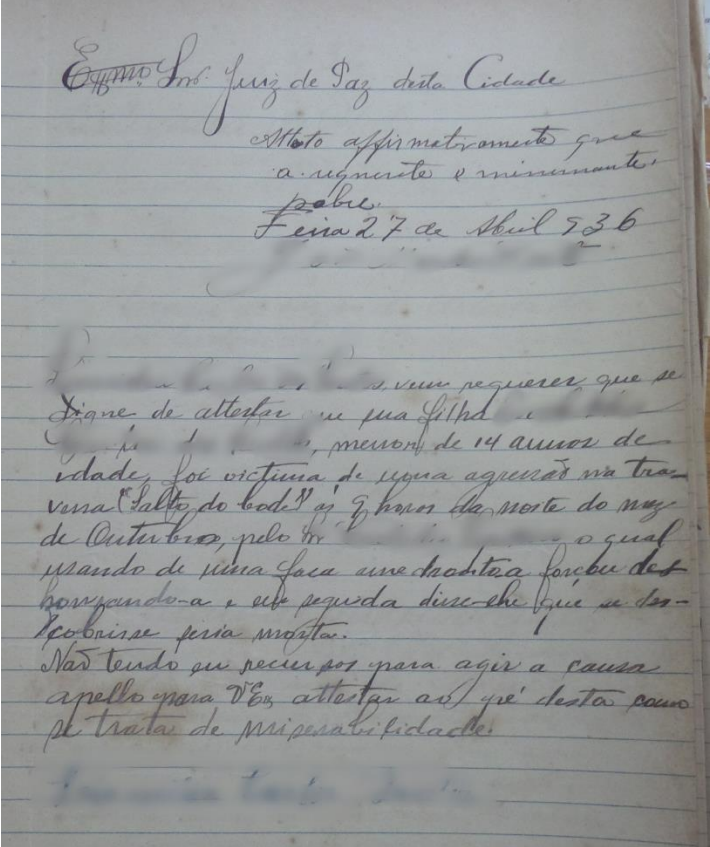
Fonte: elaborado pela autora por meio de dados presentes nos registros de CrE de E. C dos S.(1936) e CrE de L(a).R. de A, 1941-1942
Disponível no acervo do CEDOC

Características étnico-sociais são compreendidas na leitura das palavras dos documentos, são elas: a pobreza das vítimas, constatadas no fôlio 4r do sumário de estupro de E.C dos S. (**quadro 2**) e de L(a). R. disponível no **quadro 4**. Além disso, é possível perceber a etnia de

²⁸ Crime de Estupro

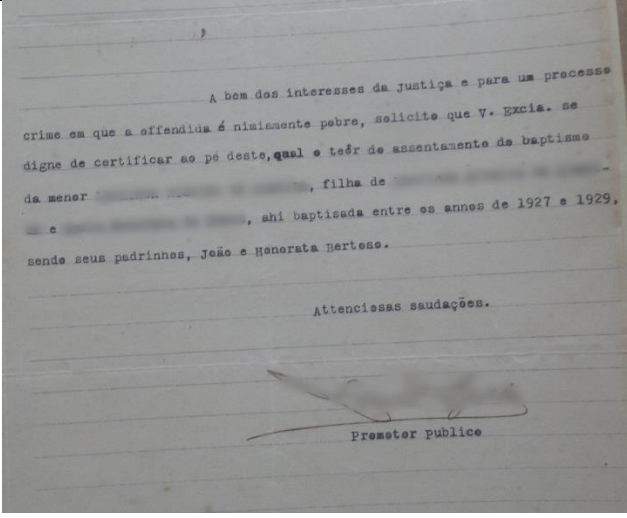
E.C dos S, preta de cabelos crespos – encarapinhados, bem como a falta de alfabetização de L(a). R de A, conforme está descrito do documento.

Quadro 2: Atestado de pobreza de E.C dos S.

Facsímile do fólio 4r	Edição semidiplomática do fólio 4r
	<p style="text-align: right;">f. 4r</p> <p>Exelentíssimo Senhor Juiz de Paz desta Cidade</p> <p>Atesto afirmativamente que a requerente e miniamente pobre. Feira 27 de Abril 1936 J. M. L.</p> <p>5</p> <p>10 {L}. C. dos S., vem requerer que se digne de atestar que sua filha {E}. C. dos S., menor de 14 annos de idade, foi victima de uma aggressão na travessa ("Salto do bode") às 9 horas da noite do mez de Outubro, pelo Senhor C. Sapateiro o qual usando de uma faca amedrontando-a forçou des-honrando-a e em seguida disse-lhe que se descobrisse seria morta.</p> <p>15 Não tendo eu recursos para agir a causa apello para Vossa Excelencia atestar ao pé desta como se trata de miserabilidade.</p> <p>20</p> <p>25 {L}. C. S.</p>

Fonte: CrE de E. C dos S.(1936)
Disponível no acervo do CEDOC

Quadro 3: Atestado de pobreza de L(a). R. de A.

Facsímile de parte do fólho 23r de L(a) R.	Fragmento de edição semidiplomática do fólho 23r
 <p>A bem dos interesses da justiça e para um processo crime em que a offendida é nimamente pobre, solicito que V. Excia. se digne de certificar ao pé deste, qual e teôr de assentamento de baptismo da menor [nome], filha de [nome] e [nome], ahi baptisada entre os annos de 1927 e 1929, sendo seus padrinhos, João e Generata Bertoso.</p> <p>Attenciosas saudações.</p> <p>Promotor publico</p>	<p>A bem dos interesses da Justiça e para um processo em que a offendida é nimamente pobre, solicito que <i>Vossa Exelencia</i> se digne de certificar ao pé deste, qual e teôr de assentamento do baptismo da menor L(A). R. DE A., filha de L. R. de A. e M(a). H. de J., ahi baptisada entre os annos de 1927 e 1929, sendo seus padrinhos, J. e H(a). B.</p> <p>Attenciosas saudações.</p> <p>L. A. Promotor Publico</p>

Fonte: CrE de L(a).R. de A, 1941-1942
Disponível no acervo do CEDOC

O pensamento de Stolcke (1991) nos faz refletir que a condição financeira de E. C. dos S. e L(a) R. de A., observando o fato de serem mulheres, menores de idade e que passaram pela violência sexual. Dessa forma, fica evidente que elas são parte de um engendramento social opressor, porque o corpo feminino socialmente conceptualizado é atravessado por

[...] elementos econômicos e político ideológicos [existente nesta] sociedade de classes, [que] embasa as relações de gênero nas diferenças de sexo e a etnicidade na raça. As diferentes experiências que as mulheres têm da opressão, dependendo de sua classe e/ou raça, são manifestações disso. Entretanto, essa “naturalização” não se dá de maneira incontestada precisamente porque a noção do indivíduo autodeterminado é um de seus elementos constitutivos (STOLCKE; 1991, p.115).

Ademais, os ofensores, maiores de idade, não são presos, mas, podemos dizer, premiados, com o casamento, pois C. Sapateiro casa-se com E. C. dos S. Já para L(a). R, violentada pelo próprio cunhado, é tipificada como uma moça de má fama, portanto tem seu processo engavetado. Assim,

[n]uma sociedade que tanto valorizava a virgindade, ter o ofensor preso, possivelmente, significava estar solteira e deflorada, mais do que isso era tornar o seu defloramento de domínio público. Além disto, já ter processado um namorado poderia “afugentar” novos pretendentes, tanto por ela não ser mais “moça” quanto pelo temor de por algum motivo ser também processado (CORREIA, 2011, p.87).

É preciso destacar que o exercício de leitura do *corpus* nos põe diante de um contexto vivenciado ainda no final do século XIX, pois a abolição e Proclamação da República trouxeram consigo mudanças político-sociais que ajudaram a construir modos de se comportar e experienciar o mundo.

Nesse contexto, pensar mulheres pretas violentadas é lembrar da *lei do ventre livre* (1871) – lei que gradualmente permitia que os filhos de escravizados, a partir daquele ano, nascessem livres da escravização, bem como a possibilidade de compra de cartas de alforrias. Deste modo, há de se pontuar que novas organizações trabalhistas e sociais eram construídas (LIMA, 2009). Ou seja, a instauração da república traz consigo uma política de modernização e disciplinamento da maneira como a população precisa se comportar moral, econômica e socialmente. A ideia de família é o lugar que o Estado dita os comportamentos, as práticas e os possíveis arranjos de conduta delega, sim, a para as mulheres, o foco de ser o principal alvo das moralizações, das condutas morais e dos costumes da população. O corpo subalternizado, normatizado é um problema do estado e a racialização²⁹ foi categórica para deliberar lugares sociais e o exercício da cidadania de forma bem marcada entre os diferentes grupos sociais (ALBUQUERQUE, 2004). Assim, a racialização das relações sociais deixa translúcido o processo político de exclusão situado no período pós-abolição e ancorado em discursos científicos de supremacia branca, como, por exemplo, as teorias eugenistas (ALBUQUERQUE, 2004).

Vários são os pensamentos extraídos do *corpus* e nas linhas seguintes focalizaremos no traçado, no escrito desses documentos ricos em história, como um verdadeiro arcabouço linguístico, sociocultural.

Alguns pontos paleográficos foram observados no *corpus*. Sendo assim, é preciso destacar que, Acioli (2003, p.5) define a Paleografia como

[...] a ciência que lê e interpreta formas gráficas antigas, determina o tempo e o lugar em que foi escrito o manuscrito, anota os erros que possa conter o mesmo, com o fim de fornecer subsídios à História, à Filologia, ao Direito e a outras ciências que tenham a escrita como fonte de conhecimento.

Apreciamos, anteriormente, as falas das vítimas escritas a rogo e, este apreço nos é possível porque o ser humano procurou, através da escrita, fixar seus pensamentos e trajetória.

²⁹ Conceito discutido pela historiadora Wlamyra Albuquerque (2004) que estabelece que há diferenças a partir da raça.

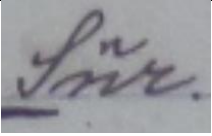
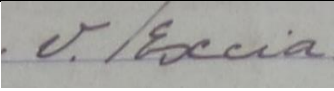
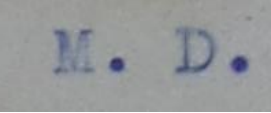
Sabemos que não só a escrita revela mundos, mas toda as formas linguagem, quer seja por pinturas, rabiscos, desenhos ou figuras.

A escrita detectada nos manuscritos, como é a vista no crime de estupro de E. S. e em algumas partes do crime de estupro de L(a) R. de A., é cursiva, ambas inclinadas para a direita.

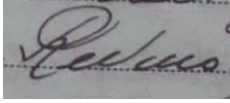
Quanto às abreviaturas, recurso presente em vários fólhos do *corpus*, há de se destacar que desde a Idade Média utilizamos tal recurso, pois era preciso economizar espaços na matéria *scriptoria*³⁰ utilizada porque tudo era muito caro (HIGOUNET, 2004). Apesar de no século XX o papel ser o suporte de escrita barato, continuamos a fazer abreviaturas.

A escrita abreviada, em alguns momentos, causa a(o) filólogo(a) desafios, pois o texto se mostra inteligível em alguns casos. Elaboramos o **quadro 4** para classificar as principais abreviaturas elencadas no *corpus*.

Quadro 4: Algumas abreviaturas no *corpus*

Tipo	Definição	Fac-símile da abreviatura	Desenvolvimento	Localização
Abreviatura por letra sobreposta	“em que, em geral, é colocada a letra inicial ou prefixo da palavra, e, em suspensão, a última ou as últimas letras da palavra” (FLEXOR, 1979, p. 12)		Senhor	CrE de E. S. (1936) – fólio 2r, linha 1
Abreviatura mista	“[...] aquela em que a palavra sofre a supressão de algumas sílabas e de outras não.” (FARIA, PERICÃO, 2008, p. 26)		Vossa Excelencia	CrE de E. S. (1936) – fólio 2v, linha 2
Abreviatura por apócope	“[...] quando falta o final da palavra.” (FLEXOR, 2008, p. 14)		Mui Digníssimo	CrE L(a) R.(1941/1942) - Fólio 24r, linha 9

³⁰ espaço onde os livros manuscritos eram produzidos na Europa durante a Idade Média.

Abreviatura por Síncope	“[...] quando faltam letras no meio do vocábulo” (FLEXOR, 1979, p. 12)		Reverendíssimo	CrE L(a) R.(1941/1942) - Fólio 16r, linha 22
-------------------------	---	---	----------------	---

Elaborado com base nas definições de Flexor (1979 e 2008) e Spina (1994)

3.1.2 Sobre a edição: escolha, critérios de transcrição e apresentação

Na tentativa de preservar a identidade das vítimas e envolvidos nos processos crimes, realizamos a edição semidiplomática do *corpus*. Seguimos os critérios desenvolvidos e utilizados pelos estudiosos do NEMa e pesquisadores do GET³¹ correlacionados com os de Queiroz (2007, p. 34), com algumas adaptações, a saber:

✓ Na descrição do documento, verificamos:

- a) Número de colunas;
- b) Número de linhas da mancha escrita;
- c) Número de abreviaturas;
- d) Tipo de escrita;
- e) Tipo de papel.

✓ Na transcrição, cumprimos o dever de:

- a) Respeitar fielmente o texto: grafia, linhas, fólios etc.;
- b) Fazer remissão ao número do fólio no ângulo superior direito;
- c) Numerar o texto linha por linha, constando a numeração de cinco em cinco;
- d) Separar as palavras unidas e unir as separadas;
- e) Desdobrar as abreviaturas usando itálico;
- f) Utilizar colchetes para as interpolações: [];
- g) Indicar as rasuras, acréscimos e supressões através dos seguintes operadores:
 - ((†)) rasura ilegível;
 - [†] escrito não identificado;
 - (...) leitura impossível por dano do suporte;
 - // leitura conjecturada;

³¹ Grupo de Edição de Textos – composto por pesquisadores da área de Filologia, Linguística, Antropologia, História, Desenho e outras; coordenado pela professora Doutora Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz.

- < > supressão;
- () rasura ou mancha;
- [] acréscimo;
- * * interferências de terceiros.

Para efetuarmos a edição semidiplomática, adotamos alguns critérios relativos ao processo de confecção da edição como, por exemplo, a utilização da tabela.doc para cada fôlio editado, a fonte TIMES NEW ROMAN, no estilo NORMAL e com o TAMANHO 11; para datiloscrito TIMES NEW ROMAN, no estilo NORMAL, TAMANHO 10 e, para letras cursivas programou-se uma outra fonte.

3.1.2.1 Edição semidiplomática do Sumário de Estupro de E.C.

		f. 1 r
	1936	
	JUIZO DE DIREITO	
	DA FEIRA DE SANT'ANNA	
	ESTADO DA BAHIA	
5	-----	de 19
	A JUSTIÇA PU-	de
	BLICA	de
10	AUTÓRA	Julgado em
	C. DE TAL	
	REU	
15		
	Escrivão C. Reis	
20	AUTUAÇÃO	
	Anno de mil novecentos e 36	
	aos 4 dias do mez de junho do dito anno,	
	autuo a denuncia que se segue do que	
	faço este termo.	
25	Eu C. R. escrivão que subscrevo,	
30		
35		

f. 2 r

Exceletissimo Senhor Doutor Juiz de Direito.

5 /Para/ C/utara/ /proceder-se/ ao summario no
dia 9 da corrente, às 14 h. /anno/ ?]1214/
intimando-se as testemunhas
citadas e denunciadas e sciente
do Doutor Promotor Publico

Feira, 2 de junho de 1936
[Assinatura]

10

Co Exceletissimo C.

Lei 4, nº 248 Feira, 2-6-36 [Assinatura]

15 O Promotor Publico desta
Comarca, no uso das attribuições que
lhe confere a Lei, vem, com os documen-
tos juntos, denunciar de C. de tal,
brasileira, maior, solteiro, sapateiro, natural e
residente nesta Cidade, pelo facto criminoso
que passa a expôr:

20 Em dias do mez de Se-
tembre do anno proximo findo, no lugar de-
nominado " Salto do Bêde" , nesta Cidade,
cerca de 21 horas, o denunciado, arma-
do de uma faca, forçou a menor de 14
25 annos {E.} {C.} de{D.}, a en-
tregar-se a elle e conseguindo o seu inten-
to desvirginou a referida menor, promet-
tendo matal-a, caso descobrisse o seu crime.

30 E como o denunciado
assim procedendo, haya commettido o crime
previsto no artigo 268, da Consolidação
das Leis Penais, offerece o Promotor Publico
a presente denuncia para o fim ser o

35

f. 2v

e denunciado com uma pena do artigo citado:

5 Pede a Vossa Excelencia que Denunciado e Cuitora se dig-
me de determinar as necessarias providen-
cias no sentido de ser precedida a forma-
são da culpa, intimadas a depor, com sciem-
cia de denunciado , as testemunhas abaixo
Correladas

Ról de testemunhas

10 1^a {C.} {F.}
2^a R. J. D.
3^a C. U. da D.
4^a J. D. da D.
5^a M. de C. B..
6^a J. R.
15 Infermantes: {L.} {C.} da {D.} e {E.}
 {C.} dos {D.}, {C.} de Tal

Todas residentes nesta

Cidade.

20

Feira, 30 de Maio de 1936

25

R. P. de B. J.

30

Promotor Publico

f. 3r

Excelentíssimo Senhor Deutor Promotor Publico da
da Comarca

5

{L}. C. dos S., vem perante
Verdadeiramente implorar justiça para e seguinte
a sua filha {E}. C. dos S.

10

menor, de 14 annos de idade, passando no
(mez de) mez de outubro de 1935 pela
travessa salte do Bode, a caminho da casa
da madrinha, as 9 horas da noite foi chamada

15

pele o Senhor C., Sapateiro, o qual usando
de uma faca para amedrenta-la, forçou-a
deplorando-a, e em seguida dizendo-lhe que
se ella dissesse a alguém que a matava
conforme a referida menor já declarou
na presença de Vossa excellencia e das testemunhas

20

abaixo pelo que pede e implora a justiça.

{L}. C. S.

25

Testemunhas que ouviram da menor

A. U. da S.

J. S. da S.

R. F. S.

30

f. 4r

Excelentíssima Senhor Juiz de Paz desta Cidade

5

Atteste affirmativamente que
a requerente e minicamente
pobre.
Feira 27 de Abril 936
J. M. L.

10

{D}. C. dos D., vem requerer que se
digne de attestar que sua filha {E}.

15

C. dos D., menor de 14 annos de
idade, foi victima de uma aggressão na tra-
verssa (" Salto do bode") às 9 horas da noite do mez
de Outubro, pelo Senhor C. Sapateiro e qual
usando de uma faca amedrontando-a forçou des-
honrando-a e em seguida disse-lhe que se des-
cobrisse seria morta.

20

Não tendo eu recursos para agir a causa
apelle para Vossa Excelencia attestar ao pé desta como
se trata de miserabilidade.

{D}. C. D.

25

1936

5 Delegacia de Policia
De
Municipio de Feira de Sant'Anna

10 Exame de corpo de delicto da
memor {E}. C. dos S.

15
Escrivão
C. C. U.

20 Anna de mil novecentos
e trinta e seis, nesta Cidade aos
onze dias do mez de Maio
de dito anno, autus e offi-
25 cio com o despacho que adi-
ante se vê; do que faço este
termo. Eu, C. C.
U. Escrivão que escrevi

30

Promotoria Publica da Comarca de Feira
de Sant'Anna, 11 de Maio de 1936

5 Numero 28. A este notifique-se os Senhores Doutores
R. S. S. e J. C. para
comparicerem nesta hoje as 14 horas a fim
de procederem exame do referida menor.
10 intimando, se dois Cidadões para servirem de testemunhas
no aludido exame. Feira, 11 de Maio de 1936.
Illustrissimo Senhor Capitão Delegado de Policia

15

20 Solicito-vos, mandeis proce-
der a exame de corpo de delicto a menor
de 14 annos de idade {E} C. dos
S., filha de {R} C. dos S.,
residente à rua Doutor Manoel Victorino, nesta
25 Cidade, nomeando-se para tal fim, os peritos
na forma da Lei.

Saudações

30

R. M. de F.

f. 6v

Capitão M. H. G.
Delegado de Polícia

5

Certidão

10

Certifico eu, Escrivão da Delegacia de Polícia deste Termo, abaixo assignado que em cumprimento do despacho supra notifiquei os

15

senhores Doutores R. S. S. e J. C.; para comparecerem nesta Delegacia, hoje, as 14 horas, a fim de procederem ao exame de corpo de delicto da menor E.

20

C. dos S. e bem assim intimei os senhores A. C. de O. e E. G. M. para servirem como testemunhas do alludido exame, todos em suas proprias pessoas e que ficaram bem scientes. O referido é verdade e deu fé.

Feira 11 de Maio de 1936

C. C. U.

25

f. 7r

3

Cuito de exame de corpo de delicto da menor
 E. C. dos S., como abaixo se segue
 Cues onze dias do mez de Maio de mil novecentos
 5 e trinta e seis, nesta Cidade de Feira de Sant'Anna
 do Estado da Bahia, nesta Delegacia de Policia, pre-
 sente o Senhor Delegado de Policia Capitão M.
 N. G., commigo Escrivão de seu
 cargo abaixo nomeado e assignado, os peri-
 10 tos nomeados Senhores Doutores R. S.
 S. e J. de C. ambas profissio-
 nias e as testemunhas abaixo assignadas, te-
 das residentes nesta Cidade, pela Delegado
 foi deferida aos peritos a promessa de bens e
 fielmente, sem dolo, nem malicia, desempe-
 15 nharem sua missões, declarando com verdade
 e que descobrirem e encontrarem e o que em suas
 consciencias entenderem e encarregando-os,
 de procederem o exame de violencia car-
 nal na pessoa da menor E. C.
 20 dos S. e de responderem aos quizites se-
 quinte: Primeira, si houve defloramento;
 segunda, qual o meio empregado; terceira,
 si houve copula carnal; quarta, si houve
 violencia para fins libidinosos; quinto,
 25 qual o meio empregado, si força physica, se
 outros meios que privassem a mulher de suas
 faculdades e assim da possibilidade de re-
 sistir e defender-se. Em consequencias passa-
 ram os peritos a fazer o exame ordenado
 30 e como se segue: Examinando eu Doutor
 R. S. S., medico clinico e re-
 sidente nesta Cidade, auxiliado pelo distinto
 collega Doutor J. de C. também

35

Casandura

f. 7v

medico clinico e aqui residente, a paciente E.
 C. dos S., de cor escura, com
 quatorze annos de idade, filha de Dona L.
 C. dos S., de estatura baixa, com
 5 pleixão regular, cabellos encarapinhados, na-
 tural e residente nesta Cidade, verificamos
 lesões da membrana hymem, já cicatrizada,
 denotando deffloramento não recente, assim
 10 como *sigmas* de " post-partum" , pelo corrimen-
 te caracteristico que apresentava. Quanto a
 lesões externas, corporais, nada podemos apu-
 rar, mesmo pelo grande espaço de tempo, já,
 decorrido entre os suspestos acontecimentos
 de violencia e a data de nossa pericia medica.
 15 Pelo que, sob fé dos nossos graus de medicos, pas-
 samos conscientemente, a responder aos quizites
 que nos foram apresentados pelo *Excelentissimo Senhor*
 Delegado de Policia desta Cidade, da seguinte
 20 maneira: Ao primeiro: sim; ao segundo: mem-
 bre veril em erecção, provavelmente; ao terceiro:
 sim; ao quarto: prejudicado, pelo excessivo tem-
 po já decorrido, impossibilitando mesmo a peri-
 cia medico-legal; ao quinto: prejudicado;
 25 e são estas as declarações que em suas con-
 sciencias e debaixo do compromisso prestado
 têm a fazer. . E por nada mais haver deu-
 se por concluido o presente exame e de
 tudo se lavrou o presente auto, que
 vai por mim escripto, rubricado pelo
 30 Delegado e assignado pelo mesmo,
 peritos e testemunhas, commigo C.
 C. U. Escrivão que o
 fiz e escrevi; do que tudo, deu fé.

35

de que tudo dou fé.

Capitã M. H. G.

Deutor R. S. S.

5

Deutor J. de C.

E. G. M.

A. C. de O.

C. C. U.

10

Conclusão

Com onze dias do mez de Maio de mil e novecentos e trinta e seis, nesta Cidade, faço estes autos conclusos ao Senhor Capitã [m] Delegado de Policia, do que faço este termo. Eu, C.

15

C. U. Escrivão que o escrevi

Conclusas

Julgo procedente o presente auto de exame de Corpo de delicto de folhas para que produza legaes effeito.

20

Remetta os presentes auto ao Senhor Deutor Promotor Publico para os devidos fins. Feira, 12 de Maio de 1936.

Capitã M. H. G.

25

Delegado de Policia

Data

Com doze dias do mez de Maio de mil novecentos e trinta e seis, nesta Cidade, me foram entregues estes autos por parte do Senhor Delegado de Policia; do que faço este termo. Eu, C.

30

C. U. Escrivão que

o escrevi.

35

f. 8v

Remessa

5 E logo faço remessa destes autos ao
 Illustríssima Senhor Deutor Promotor Pu-
 blico da Comarca. de que faço este
 termo. Eu, C. C.
 U. Escrivão que o escrevi.

Remettidos

10

Certidão

15 Certifico e dou fé, que
 extrahi mandado
 e intimei o Deutor Pro-
 motor Publico, da
 denuncia retro e
 seu despacho
 20 Feira, 4 de Junho de
 1936.
 Escrivão C.
 U. dos R.

Juntada

25 E logo junto a estes
 autos o mandado
 em frente; de que
 faço este termo. Eu
 C. U.
 30 dos R., Escrivão. o
 escrevi.

f. 9r
5

Mandado de intimação pas-
sado a requerimento do Senhor
Representante da Justiça Publica,
para ser cumprido na forma abaixo.

5

O Doutor M. J. C.

Juiz de Direito da Commarca de Feira de Sant'Anna e seu termo, na forma da lei etc.

.....

10

Manda a qualquer Official de Justiça deste Juizo, a quem este tocar, indo por elle assignado e passado a requerimento do *Senhor* Representante da Justiça Publica que, em seu cumprimento, se diija ao districto desta cidade deste Termo, e, sendo ahi intime

A. S. , R.

F. S.,

15

A. U.da
S., I. S. da
S, M. de A

B. E

F. R. L.

20

C. da S. e E.

D. dos S.

para no dia 9 do corrente mez de ~~corrente~~ comparecerem em o edificio do Paço Municipal e sala das audiencias, ás 14 horas, afim de prestarem seus depoimentos sobre o que souberem acerca do facto criminoso constante da denuncia de folhas 2, sendo tambem intimado o réo C. de J.

25

para se processar pelo dito facto, sendo comminado á este a pena de revelia e ás testemunhas a de desobediencia. O que cumpra. Dado e passado nesta cidade da Feira de Sant,Anna, aos 4 dias do mez de junho de 1936. Eu, C.-

R. . Escrivão que o subscrevo.

30

O JUIZ DE DIREITO M. J. C.

A GRAPHICA DA FEIRA

Cute de qualifica-
ção

- 5 Aos 9 de Junho de 1936,
na Paço Municipal
e sala das audiencias,
presente o Doutor M.
F. C. Juiz
- 10 de Direito da Comar-
ca, commigo Es-
crivão do seu car-
go adiante nomea-
do, compareceu
- 15 o denunciado C.
de tal, a quem
o Juiz fez as sequin-
tes perguntas:
Perguntou qual o seu nome,
- 20 idade, naturalidade,
profissão, residen-
cia, estado civil e
si sabe ler e escrever
Respondou chamar-se C.
- 25 N. da S.,
artista, solteiro, com
26 annos, filho de
R. N.
da S., natural
- 30 e residente desta ci-
dade, sabendo ler
e escrever. E por nada
mais haver declara-
do, abaixo assigna-
- 35

f. 10v

com o Juiz. Eu C.
U. das
R., Escrivão, e escrevi.
M. F. C.

5 C. N. da S.

10

1ª Testemunha

1. D. da D. ,
 solteiro, com 37 annos,
 5 natural e residen-
 te deste termo, aos
 costumes disse ma-
 da, empregado pu-
 blica e sendo in-
 10 querido sobre a
 denuncia de folhas,
 depois de devida com-
 Premissa
 Respondeu que cos-
 15 tuma frequentar a casa
 de L. C. dos
 D., onde dava tra-
 balhos para fazer e
 souriu a menor E.
 20 , que actualmen-
 te deve ter 14 annos, di-
 zer que ao passar
 um dia pelo beco
 salte do Bede, nesta
 25 cidade, cerca de 21
 horas, e denunciado
 C. chamou-a
 e armado de faca dis-
 30 rirrigou-a, pre-
 mettendo mata-la
 case a mesma me-
 nor descobrissem
 seu crime; que a allu-
 dida menor perma-

35

f. 11v

meceu calada até que
 deu a luz e todos
 ignoravam que
 ella estivesse gravi-
 5 da, mas o deponente
 desconfiava achal-a
 um pouco disfor-
 me; que já surtiu
 imputar-se ao de-
 10 nunciado o delfora-
 mente da menor
 C., que era
 residente na casa
 de *Caramel J. B.*
 15 de C.; que o
 denunciado, prece-
 de regularmente
 [†] não sei essas
 falhas, que frequentan-
 20 de a casa da offendi-
 da, nunca notou
 falta alguma de seu
 proceder e nem,
 tão sabe tivesse
 25 algum namorado
 dada a palavra
 ao *Doutor Prometor Pu-*
blico, della mãe quis
 usar. Dada a pala-
 30 vna ao advogado
 do denunciado
 a requerimento deste
 a testemunha res-

35

f. 12r

pendeu que a rua
onde fica o lugar
denominado de Salto
de Bode, é transitál-
5 vel, mas de 9 horas
em diante, ali vi-
vra , digo diante é mar-
te diminui muito o
transite; que na Feira
10 não tendo costumes
de se praticar essas
acções era justo que
menor E.
. fosse á casa da
15 madrinha em
obediencia a um
mandado de sua
mãe, que apesar de
haver dito que o accusa-
20 da tem o precidimen-
te regular, não sabe
se elle é ou não ca-
paz de praticar o
crime que lhe é im-
25 putado. Dada a pala-
vra a palavra ao
denunciado para
reperguntar a testi-
munha, por este
30 foi dito que contesta-
va o depoimento da
testemunha, por
ser seu inimigo

f. 12v

Pela testemunha foi
dito que nunca foi
inimigo de denun-
ciado. E nada mais
5 havendo, encerrou-
se este depoimento
Eu, C. U. dos
R., Escrivão,
e escrevi [M. C.]
10 J. P. da S.
C. N. da S.
E. R. da N.

R. B

15

2^a Testemunha
M. de G.
20 E., com 50 an-
mos, solteiro, artista,
natural e residente
deste termo, aos costu-
me disse nada, tis-
25 timunha nada na
forma da lei e sendo
inquirido sobre a
denuncia de folhas
Respondeu que depois
30 que se tornou publica
o facto e levado ao
conhecimento das
autoridades, veio

f. 13r

a saber de facto e a
 effendida lhe disse
 que ao passar na
 travessa que vai ter
 5 ao Salto de Bode, e
 denunciado cha-
 meu-a e armada
 de uma faca subju-
 10 gou-a; disvirginam-
 do-a; que a effendida
 mãe lhe declarou
 o motivo de haver
 guardado segredo tanto
 tempo; que a testimu-
 15 nha ignorava o
 seu estado e só veio
 a saber quando o facto
 chegou ao conhecimen-
 te das autoridades; que
 20 a menor E.
 sempre teve bom pre-
 cedimento; que a tra-
 vessa em questão
 mãe deixa de ver sem
 25 fáce de deboches; que
 já tem ouvido queixas
 de iguaes factos prati-
 cados pelo denunciado
 e em sua tenda, tem
 30 um official de nome
 J. F. que
 queixa-se de ter o
 denunciado disvir-

f. 13v

ginado a sua filha.
 Dada a palavra
 ao Doutor. Promotor Publi-
 ca, e requerimento
 5 deste, a testemunha
 respondeu que
 calcula ter a menor
 E., ter de 14
 annos a 16 annos; que
 10 já souviu também
 impurtar-se ao de-
 denunciado e defflara-
 mente de C.
 empregada da casa
 15 J. B. Dada
 a palavra ao Doutor. adre-
 gado do denunciado
 e requerimento deste
 a testemunha respon-
 20 dem que neste sentido
 não acha bom o
 procedimento do de-
 denunciado, mais
 procede regularmente;
 25 que a Travessa onde
 fica o Salto do Bede
 é transitavel, mas
 o Salto do Bede, não
 o é; que não sabe
 30 se o denunciado é
 capaz de praticar o
 facto que elle é im-
 putado. Dada a pala-

f. 14r

- palavra de denun-
ciado para repergun-
tar e contestar a testi-
munha, por ele
- 5 fai dito que nada ti-
nha a contestar. E
nada mais havren-
do, encerrou-se
este depoimento.
- 10 Eu, C. U.
dos R. Escrivães
e escrevi M. C.
M. G. B.
E. R. N.
- 15 C. N. D.

R.B.

- 20 3ª Testemunha
R. F. D.,
com 45 annos, casado,
artista, natural e
residente desta cidade,
- 25 aos costumes disse
nada, testemunha ju-
rada na forma da
lei e sendo inquirida
sobre denuncia de *falhas*
- 30 Respondeu que vai
sempre á casa da mãe
a E. C., e

suas obras para casa
 ultimamente a me-
 mor E. lhe disse
 que fora desvirginada
 5 pelo denunciado C.
 , mas elle depoen-
 te não procurou sa-
 ber de que meios
 usou o dito denun-
 10 ciado; que a effendi-
 da sempre teve bom
 procedimento e nun-
 ca se fallou dela
 com ninguém, sen-
 15 do uma surpresa
 tornar-se grávida
 e dar a luz; que tem
 ouvido imputar-se
 outros factos ao denun-
 20 ciado presente, dentre
 estes, uma emprega-
 da de J. B.,
 de nome C;
 Dada a palavra ao
 25 *Deutor*. Prometer, dela
 não quiz usar
 Dada a palavra ao
 advogado do de-
 denunciado, dela
 30 não quiz usar. Da-
 da a palavra ao
 denunciado para
 reperguntar e contes-

contestar a testemunha
por este foi dito que
nada tinha a contes-
5 tar. E nada mais
havendo, encerrou-
se este depoimento.
Eu, C. U.

dos R. Escrivães,
10 escrevi. M. C.
R. F. D.
C. N. da D.
E. R. N.

R. R.

15

4ª Testemunha
C. U. da
D., com 48 annos,
20 solteiro, artista, ma-
tural e residente des-
te termo, aos costumes
disse nada, testimu-
nha da lei e sendo
25 inquirido sobre a de-
nuncia de falhas
Respondeu que conhece
a menor E.
e jurou que ella tem
30 de 13 para 14 annos, sen-
do seu procedimen-
to bom e nunca su-

f. 15v

- viii fallar de sua honra, senão ultimamente, por lhe haver dito a mesma E.
- 5 , que a denunciado armado de faca seguiu-a na Travessa que vae á rua Senhor dos Passos, à rua [†]
- 10 Victorie e levando para o beco do Salto do Bode, que é um lugar escuro desvirginou-a.
- 15 que a dita travessa é ponte predilecta de devassidões; que o denunciado é apontado como autor de
- 20 iguaes factos criminosos e dentre outros o da menor C. empregada de *Caramel* J. B. de C.,
- 25 que mora perto do depoente e sempre vira o denunciado passar lá; que excepção desses factos
- 30 é bom o proceder do denunciado; que nunca vim imputar a outra pessoa o

12 f. 16r

facto de deflora-
 te da menor E.
 Dada a palavra ao
 5 *Deutor* Promotor, dela
 não quiz usar. Da-
 da a palavra ao de-
 denunciado, diz a-
 advogado do de-
 10 denunciado, a requeri-
 mento deste a teste-
 munha respondeu
 que sempre via o
 denunciado passar
 em frente á sua casa
 15 que fica perto de Be-
 cce em questão, mas
 não sabe para
 onde elle ia; que actu-
 almente, ache movi-
 20 mentada a Travessa
 onde fica o Salto
 do Bode, mas ha me-
 zes passados era
 muito deserto, que
 25 não pode respondeu
 se ficava provada
 a responsabilidade
 do denunciado nos
 factos a elles imputa-
 30 dos. Dada a palavra
 ao denunciado
 para reperguntar
 e contestar a testemu-

f. 16v

mha, por elle foi dito

que nada tinha a
perguntar. E nada
mais havendo, en-
5 cerrou-se este depoi-
mento Eu, C.
U. dos R. , Es-
crivão, e escrevi.

[C.]

10

A. U. da S.
C. N. da S.
E. R. das N.

[Assinatura]

15

6^a Testemunha, in-
formante

E. C. dos
20 S., com 14 annos,
solteira, natural
e residente deste ter-
mo, aos costumes
disse nada, testemu-
25 nha jurada na fer-
ma da lei e sendo
inquirida sobre a de-
nuncia de falhas
Respondou que costu-
30 mara ir a casa de
sua madrinha
C. R. B.

f. 17r
13

e em dias do mez de
setembro, foi á noite
Cerca de 9 horas, digen
5 de 21 horas, dar um
recado, quando ao
passar na Travessa
da rua Senhor das
Passes, e denuncia-
10 do lhe agarrou-lhe
empunhando uma
arma e levou para
o Salto do Bode, onde
deflorou-a e disse-lhe
15 que, se contasse
a alguém matal-
ia; que não gritou
socorro, porque
ficou amedron-
20 tada e não levou le-
vou o facto ao com-
hecimento de sua
mãe pela mesma
motivo; que nun-
25 ca saber estar gra-
vida e só veio
saber quando teve
dores, que conhe-
cia apenas de vista
30 e denunciado, mas
elle nunca lhe di-
rigiu pilheria algu-
ma; que o denun-
ciado nunca mais

f. 17v

a procurou. Dada
 a palavra ao Doutor Pre-
 meter, della mãe
 quiz usar. Dada a
 5 palavra ao advo-
 gado de denuncia-
 ade, della mãe quiz
 usar. Dada a pala-
 vna ao denuncia-
 10 de, para reperguntar
 e contestar a testemu-
 nha, por elle foi di-
 to que nada tinha
 a contestar. E nada
 15 mais havendo, em-
 cerrou-se este depoi-
 mente. Eu C.
 U. des R.
 Escrivão, e escrevi.
 20 [†] C.]
 E. C. des D.
 C. N. da D.
 E. R. N.
 [U. R.]
 25

 7ª Testemunha, in-
 Formante
 L. C. des D.,
 30 com 37 annos, solteira,
 de profissão doméstica,
 natural e residente
 deste termo, aos costu-

- mes disse nada, testemu-
nha jurada na forma
da lei e sendo inquiri-
da sobre a denuncia
5 de falhas.
Respondeu que man-
deu a sua filha E.
. á casa da madri-
nha C. R.,
10 mas não soube
de coisa alguma;
passado os tempos
Disconfiou de que
ella estivesse gravi-
15 da e passou a inqui-
ril-a, mas a allu-
dida memor nada
lhe descobriu, levran-
do até ao seu padri-
20 nho J. L. para
interrogal-a, conti-
nuando ella a negar
tudo; que soube da
realidade no dia
25 em que a dita me-
mor deu á luz, que
então lhe disse ter
sido o denunciado
quem a estuprou,
30 quando passou pela
travessa da rua De-
nhor dos Passos para
levar o recado a que

f. 18v

- se referiu que nunca
 soube que o denuncia-
 do fosse enamorado
 de sua filha. Dada a
 5 palavra ao Deutor Pro-
 metor, della mãe quis
 usar. Dada a palavra
 ao adrogado de de-
 nunciado, dela
 10 mãe quiz usar. Dada
 a palavra ao denun-
 ciado para reperguntar
 e contestar a testemu-
 nha, por elle foi dito
 15 que nada tinha a
 contentar. E nada mais
 havendo, encerrou-
 se este depoimento.
 Eu, C. U.
 20 dos R., Escri-
 vão, o escrevi.

[†] [C.]

- E. R. das N.
 L. C. dos S.
 25 C. N. da S.
 R. D.

f. 19v

5

10

- JUNDOGA
- 15 Aos 3 de julho de
1936 junto a estes
autos a petição
em frente; do que
faço este termo.
- 20 Eu, C. U.
dos R., es-
crivão, o escrevi.

f. 21r

17

.. Certidão passada a pedi-
 .. de verbal de *Senhor Doutor* Proma-
 .. ter Público da Comarca
 .. como abaixo se declara

5

Certifico e dou fé a todos quantos
 esta minha certidão virem

10

que revendo o livro numero
 cinco de registro civil de casa-
 mentos a *folha* 138 do referido
 livro achava o assentamento do
 mate do casamento civil *Senhor*
 C. N. da S. com
 E. C. das S. É o

15

que me cumpre certificar confor-
 me me que foi pedido.

Feira 30 de junho de 1936

A. U.

20

Official do registro civil de
 Casamento

Conclusão

5 Aos 4 de julho de 1936,
 faço conclusos estes au-
 tos ao *Doutor* Juiz de Direito,
 de que faço este termo.
 Eu, C. V.
 dos R., Escrivão, o
 escrevi.
 10 [Vistas de]
 Julgo, por sentença, exclusão a ação
 penal extintas contra C. N.
 S. em virtude de ter o mesmo
 com o casamento reparado a falta
 15 [†][†] penha perpetuo [†]
 cio ao presente processo, por iguaes
 custas pela municipalidade
 P. J. Feira 24 de julho de 1936
 [Assinatura]
 20 Data e publica-
 Cão

Na data supra fo-
 ram-me entregues
 25 estes autos, depois
 de publicado o despa-
 cho supra em au-
 diecias, de que faço
 este termo. Eu, C.
 30 V. dos
 R., Escrivão, o
 escrevi.

3.1.2.2 Edição semidiplomática do Inquérito Policial de L(a) R.

f. 1 r

Folha 1

1941

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DA BAHIA

5 DELEGACIA de Policia de Feira
INQUÉRITO POLICIAL

Estupro Artigos 268 e 269

Autor H. F. da S.

Vítima C. R. de O.

10

O DELEGADO

G. G.

O ESCRIVÃO

E. U. R.

15

AUTUAÇÃO

20 Aos vinte dias do mês de Novembro de
mil novecentos e ~~trinta~~ e 41, nesta cidade do Salvador
e na Delagacia, faço autuação da¹ Portaria e mais
documentos que adiante se seguem. Do que, para constar, lavro
este termo. Eu, E. U. de

25 R., escrivão o escrevi.

48.175

¹ Em “da” estava escrito “do”, o escrivão fez um traço vertical

M. 11

f. 2 r

2

N.º

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA PREVENTIVA

5

Feira, Bahia², 20 de Novembro de 1941.

10

PORTARÍA

15

Tendo comparecido hoje nesta Delegacia, L. R. de A., queixando-se de seu genro H. P., por ter o mesmo estuprado sua filha menor de treze anos L(a). R. de A., nomeio peritos para procederem a exame medico-legal na ofendida, os Doutores S. de A. e R. S. S., que prestarão o compromisso legal e procederão ao exame em presença de duas testemunhas que serão citadas, tomando-se por termo as declarações do queixoso, ouvindo-se em auto de perguntas a ofendida, seguindo-se as demais diligencias.

20

Cumpra-se.

25

A. de A.

A. de A.

DELEGADO EM EXERCÍCIO.

² Risco vertical.

f. 2 v

5

10 Certidão.

Certifico que notifiquei os peritos
nomeados e intimei as testi-
munhas C. G.

15

de D. e M. M.,
do conteúdo do despacho re-
tro, ouvindo e tomando
por termo as declarações, da
afirmada e da queixosa, res-
petivamente. O referido é

20

verdade e deu fé.

Feira, 20 de Novembro 1941
E. U. R.

Escrivão.

—·—·—

AUTO DE CORPO DE DELITO

- Aos vinte dias* do mez de *Novembro* de mil novecentos e quarenta e *um*, nesta Cidade de Feira de Santana, na Delegacia de Policia, onde se achava o *Senhor A. de A., Primeiro Suplente em Exercício do cargo de* Delegado de Policia, comigo Escrivão do seu cargo ao final assinado, aí, às dezesseis e meia horas, presentes os peritos nomeados e notificados, Doutores *S. de A. e R. S. S.*
- , e as testemunhas infra assina-
- das, todos residentes nesta Cidade, a autoridade deferiu aos peritos o compromisso legal, de bem e fielmente desempenharem a sua missão, declarando com verdade o que encontrarem e descobrirem e o que em suas consciencias entenderem, e encarregou-lhes de procederem ao exame de corpo de delito, na pessoa de L(a). R. de A.
- , e de responderem aos quesitos seguintes: - PRIMEIRO - Se houve defloramento. SEGUNDO - Qual o meio empregado. TERCEIRO - Se houve copula carnal. QUARTO - Se houve violencia para fins libidinosos. QUINTO - Qual o meio empregado, se força fisica, se outros meios que privasse a mulher da possibilidade de resistir e defender-se. - Em consequencia passaram os peritos a fazer o exame ordenado, findo o qual declararam: *que examinado L(a). R. de A., brasileira, par-*
- da, de treze anos de idade, natural e residente no logar denominado CALINDÉ, neste Municipio, de serviço domestico, a qual informa que foi estuprada, mais ou menos ha dois mezes, em sua propria residencia, por seu cunhado H. F., sob promessa de casamento, verificamos o seguinte: A) EXAME GERAL) - Estado geral - regular; constituição - longilínea; temperamento - exquesotímico; psychismo normal; B) - EXAME DOS SEIOS) - Forma - globulosa; volume - medio; consistencia - turgida; areola-pigmentada; mamilos-bem formados; secos a expressão. C) EXAME LOCAL) - Posição - ginecologica; monte de venus-revestido de pêlos; grandes labios de coloração-cutanea; pilodos; espessos; não coaptam-se bem; pequenos labios de coloração-cutanea; simetricos-não; pigmentados nas bordas; excedendo os randes; clitoris-volumoso; de coloração cutanea; erecto; vestibulo: coloração da mucosa-roseo-claro; meato urinario-fenda circular; hymem de situação normal; forma anular; consistencia-carnosa; não tem decotes congenitos nem entalhes; orificio hymenal de forma anular; permeabilidade*

f. 3 v

- aos dedos; rupturas hymenaeas - quatro; sede-uma em cada quadrante hymenal; todas de bordos cicatrizados e labios evertidos, notando-as ainda a presença de carnuculas; fossa navicular-hyperhmiada; furcula-normal ; caracteres psychicos-não há; exame microscopico-Prejudicado; não corrimento vaginal nem uretral; glandulas vulvo-vaginaes, vagina, utero e cólo, perineu e anus-normais; não há signaes de luta nem de violencia fisica. Conclusão - A vista das rupturas apresentadas conclue-se que L(a). R. de A., está estu-
 5 prada, há mais de trinta dias. RESPOSTAS AOS QUESITOS - Ao primeiro-
 10 - Sim; ao segundo - O penis em ereção; ao terceiro - Sim; ao quarto - Não; ao quinto - Prejudicado. E são estas as declarações que de consciencia podemos fazer a respeito do exame ordenado. Nada mais havendo mando Delegado encerrar este auto, que rubrica e assina com os peritos
 15 testemunhas e comigo E. V. dos R., Escrivão, que datilografei Eu, E. V. dos
 R. Escrivão, que subscreve e dou fé.
 C. de C.
 D. de C.
 R. D. D.
 20 C. G. de D.
 M. M
 E. V. R.

CONCLUSÃO

- 25 Na data retro, faço conclusos estes autos ao *Senhor Coronel A. de A.*, 1º Suplente do Delegado de Policia; do que para conectar lavro este termo. Eu E. V. dos R.
 Escrivão, que datilografei.
 Conclusos.
 30 Julga precedente o auto de corpo de delito de folhas treze verso, para que passa produzir os seus efeitos legais.
 Feira, 20 de Novembro de 1941.
 C. de C.

TERMO DE DECLARAÇÕES QUE PRESTA L(A). R. DE A.

- 5 Aos vinte dias do mez de Novembro de mil novecentos e quarenta e um, nesta Cidade de Feira de Santana, na Delagacia de Policia, onde se achava o *Senhor Coronel A. A.*, 1º Suplente do Delagado de Policia em Exercicio, comigo Escrivão do seu cargo ao final assinado, aí, compareceu L. R. de A., com cincoenta anos de idade, natural e residente na Fazenda Calindé, na Vila de Santa Barbara, neste Municipio, viuvo, lavrador, analfabeto, o qual declarou que vinha a esta Delegacia, queixar-se de seu genro H. F., por ter o mesmo, na ausencia dele respondente, estuprado sua filha de treze ano L(a). R. de A., a qual xxxxxxxx apezar de lutar e gritar muito com H, dele não poude livra-se, pois não há um só visinho alí perto. P - como chegou este fato ao conhecimento dele respondente? R - que isto chegou ao conhecimento, devido os ciumes que sua filha M. R. de A., mulher de H, estava cobrando da menor L(a). R. de A.; que ele respondente submeteu sua filha a interrogatorio
- 10 e esta lhe disse que H. lhe prometera tomar conta como esposa, e que devido as constante desavenças que tinha com a mulher, que ía abandonar-a para com a ela L(a). viver. P- se a menor L(a). é registrada, em que igreja foi batizada, quem foram seus padrinhos e em que dia mez e ano foi a mesma batizada? R: - que L(a). não é registrada; foi batizada em Santa Barbara, sendo seus padrinhos J. B. e H. B., batizada com um mez mais ou menos, nada mais sabendo a respeito. P - quaes as pessoas que sabem desse fato? R - que sua filha poderá dar os nomes das testemunhas. Nada mais havendo mandou o Delegado encerrar este auto, digo, este termo, que assina, fazendo a rogo
- 15 do declarante por ser analfabeto E. C. M., comigo E. V. dos R., Escrivão, que datilografei
- 20
- 25
- 30

C. de C.

E. C. M.

E. V. dos R.

AUTO DE PERGUNTAS FEITO A L(a). R. DE A.

- 5 Aos vinte dias do mez de Novembro de mil novecentos e quarenta e um, nesta Cidade de Feira de Santana, onde se achava o *Senhor Coronel A. A.*, 1º Suplente do Delegado de Policia em Exercicio, comigo Escrivão do seu cargo ao final assinado, aí, compareceu a menor L(a). R. de A., com treze anos de idade, natural e residente no local CALIN-
- 10 DÉ, na Vila de Santa Barbara, neste Municipio, solteira, domestica, filha de L. R. de A. e M. H. de J., catolica, analfabeta. P - quem foi o autor do seu estupro? R - que o autor do seu estupro foi seu cunhado H. F., ha dois mezes mais ou menos, á noite, em casa dela respondente, sob promessa de casamento, num momento
- 15 que ela respondente achava-se sosinha em casa. P - se H. F. era namorado dela respondente? R - que não. P - se ela respondente sabia que H. F. era casado com uma irmã dela respondente? R - que sabia. P - se H. casou-se por livre vontade com a irmã dela respondente de nome M. R. de A. e se com ela vive? R - que
- 20 H. casou-se por sua livre vontade, porem, no ato de desvirginar e-la respondente, prometeu-lhe que a largaria, pois vivia brigando muito com M. e o intento dele H. era viver com ela respondente. P - quantas vezes teve relações sexuaes com H? R - que tres vezes. P - se lutou com H. afim de que este não a desvirginasse ou se co-
- 25 sentiu no seu desvirginamento? r- que ela respondente lutou e gritou muito para livrar-se das garras de H., porem, não foi acodida, pois não existe visinhos perto. P - quaes as pessoas que sabem deste crime? R - que sabem disto C. de tal, residente no logar Poço Redondo, no Municipio de Serrinha, Augustinho de tal, residente no baraunas nesta
- 30 Cidade, J. P., tambem residente nas Baraunas, M. F., residente na Fazenda Penha, na Vila de Tanquinho, neste Municipio, S. de tal, residente na Barroca d'Agua, neste Municipio. P - como chegou este fato ao conhecimento do pai dela respondente? R - que isto chegou ao conhecimento do pai dela respondente devido o ciume que estava sua
- 35 irmã M. cobrando-lhe. Nada mais havendo mandou Delegado encer-

f. 6 r

6

encerrar este auto, que assina, fazendo a rogo da menor ofendida e interrogada por ser E. C. R.. comigo E.

V. dos R., Escrivão, que datilografei.

5 A. de A.
 E. C. M.
 E. U. dos R.

10 Conclusão

Com vinte e um dias do mez
de Novembro de mil nove-

15 centos e quarenta e um,
faço conclusões estes autos,
ao Senhor Duplente do Dele-

gado de Policia; de que fa-

20 ço este termo. Eu, E.
 U. dos R.

Escrivão, que se escrevi.

20 *Conclusão*

O Escrivão, intime as testemunhas apresen-

25 tadas pela ofendida para serem ouvidas
nesta Delegacia, no dia vinte cinco as dez

horas com a presença do acusado.

25 Feira, 21 de Novembro de 1941

A. de A.

Data -

30 Na data supra foram-me
entregues estes autos pelo
35 Senhor 1^o Duplente do Delega-

do de Policia; de que fa-

ço este termo. Eu, E.

U. dos R.
Escrivão, que se escrevi:

f. 6 v

Certidão

5

Certifico e dou fé que
intimei as testemu-
nhas apresentadas pe-
la ofendida, deixando
de intimar o
acusado por não ter
sido encontrado.

10

Feira, 21 de Novembro de
1941 E. U.
dos R., Escrivão.

f. 7r

7

ASSENTADA.

Aos vinte e cinco dias do mez de Novembro de mil novecentos e quarenta e um, nesta Cidade de Feira de Santana, na Delegacia de Policia, onde se achava o *Senhor* A. de A., Delegado de Policia, comigo Escrivão do seu cargo ao final assinado, aí, revelia de indiciado que procurado para ser intimado, não foi encontrado, pelo Delegado foram inqueridas as testemunhas abaixo: do que para constar lavro este termo. Eu

U. R., Escrivão, que datilografei:

1ª Testemunha.

J. P. F., com trinta e seis anos de idade, natural da Vila de Maria Quiteria e residente nesta Cidade à Rua das Baraunas, casado, digo, solteiro, negociante, sabendo, digo, analfabeto e quanto aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei que prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e sendo inquerida sobre termo de declarações de *folhas*, que lhe foi lido, disse que, sabe relativamente a este fato o seguinte: em dias da semana passada, ele respondente foi convidado por L. R. de A., para servir de testemunha das declarações que na presença dele respondente iria fazer a filha dele L(a). ; que ele respondente prontificou-se, tendo a menor declarado que havia sido estuprada por H. F., marido de sua irmã e cunhado dela L(a)., tendo a dita menor respondido a ele respondente quando interrogada por si, se tinha tido relações com outro homem antes de H , que foi H o unico homem com o qual ela teve relações sexuaes. P - se conhece L(a). R. de A., quantos anos pode ter a mesma e se já ouviu detratar de sua honra? R - que conhece de poucos dias, calcula ter a mesma, uns quinze anos e nun[c]a ouviu detratar da honra da mesma. P - se sabe o paradeiro de H. F. R - que não sabe, pois nem o conhece. P - se é verdade que a menor L(a). R. de A., fugiu de casa de seus pais, vindo omisiar-se em casa de A. de tal, residente em Baraunas? R - que sabe disto por ouvir dizer, sabendo ainda que a menor continua em companhia de D. A. Nada mais havendo deu-se por findo este depoimento, que vai assinado pelo Delegado, pelo depoente por ser

f. 8r

8

analfabeto, E. C. M., comigo E. V. dos R., Es-
crivão, que datilografei.

5

C. de C.
E. C. M.
E. V. R.

Conclusão.

10

Na data retro, faço conclusos estes autos ao *Senhor Coronel* Delegado de Policia; que para constar lavro este termo. Eu E.

U. R. Escrivão, que datilografei.

Conclusos.

15

O escrivão intime novamente as testemunhas
que faltaram a intimação anterior, para
deperem no dia 28 do corrente as dez horas
nesta Delegacia, com a presença do acusado
Feira, 26 de Novembro de 1941
C. de C.

20

Data.

Na data supra, foram-me entregues estes autos pelo *Senhor Coronel*
C. de C. suplente ao
Delegado de Policia que fa-
ce este termo. Eu, e E.
U. dos R. escrivão e
escrevi.

25

30

Certidão

Certifico que, novamente inti-
mei às testemunhas que fal-
taram a intimação, deixan-
do que intimar o acusado
por não ter sido encontrado.

35

Feira, 26 de Novembro de 1941.
Escrivão E. V. R.

f. 8 v

5 Tendo chegado ao meu conhecimento, que o acusado
 N. F., acha-se na fazenda Penha,
 na Vila do Tanquinho deste municipio, officio-se ao
 Sub Delegado de Policia dali, solicitando seja
 preso e conduzido até esta Delegacia, o acusado
 N. F., para ser ouvido em auto da per-
 gunta, e assistir o depoimento das testemunhas, no dia
 trez de Dezembro vindouro, devendo as testemunhas serem
 intimadas para este dia.

10 Feira, 28 de Novembro de 1941.
 C. de C.

Data

15 Na data supra, foram-me
 entregues estes autos pelo Senhor C.
 de C.; de que para cons-
 tar larro este termo. Eu, E.
 U. dos R., Escrivão
 que o escrevi.

20

Certidão

25 Certifico e dou fé que, officio-se ao
 Sub-delegado de Policia da Vila de
 Tanquinho do conteudo do despa-
 che supra, e intimei as testemun-
 has apresentadas pela e-
 fendida, do conteudo do mes-
 mo despacho.

30 Feira, 28 de Novembro de 1941.
 E. U. R.

Escrivão

AUTO DE PERGUNTAS FEITO A H. F. DA S.

9

f. 9r

5 Aos dois dias do mez de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, nesta
 Cidade de Feira de Santana, na Delegacia de Policia, onde se achava o *Senhor*
 A. de A., Delegado de Policia deste Municipio, comigo Escrivão do
 seu cargo no final assinado, aí compareceu H. F. da S., com
 trinta e oito anos de idade, natural e residente na Fazenda Penha, na Vila
 de Santa Barbara, neste Municipio, casado religiosamente, lavrador, pardo, sa-
 bendo ler. P - se foi ele respondente o autor do estupro da menor L(a).
 10 R. de A., sua cunhada? R - que nada deve a menor L(a). R.
 de A., pois nunca teve relações sexuaes com esta menor; que tem a ale-
 gar que L. R. de A., viaja sempre para a Vila de Santa Bar-
 bara, afim vender ali carne de porco, e deixa sosinha em casa a menor L(a).
 como responsavel pela casa; que ha dois mezes mais ou menos, ele res-
 15 pondente viajou para o reconcavo e agora na sua volta teve noticia de que
 a menor L(a)., dois dias depois fugiu da casa do pai, vindo para esta
 Cidade; que a menor L(a). na sua viagem para esta Cidade, dormiu em ca-
 sa de F. de tal, vulgo C., passando toda a noite com este;
 que ele respondente como já disse nunca teve relações sexuaes com a menor
 20 L, alegando ainda que são falsas as acusaçõess que fazem a ele res-
 pondente, L. e sua filha. P - se é verdade que ele respondente no dia
 que teve, conforme diz a mesma, com L(a). R. de A., relações
 ilicitas com ela lutou para isto conseguir? R - que isto é uma calunia, po-
 is ele respondente sempre a respeitou. P - se não sendo ele respondente o
 25 autor do desvirginamento de L(a). R. de A., sabe quem foi? R -
 julga que o autor do desvirginamento de L(a)., foi C. de tal, tes-
 temunha apresentada por L., uma vez que o mesmo vivia com L.
 e sua filha, e quando L. saía a deixava a sós com C. de tal;
 que tem a dizer mais que L. R. de A., pai da menor, por mui-
 30 to tempo, teve barracão em casa, para vender as pessôas da estrada de Roda-
 gem de Serrinha, não falando nas mulheres da vida livre que L. con-
 sentía ficassem juntas, quando ele sabia para Santa Barbara, com a menor. P -
 se ele respondente já ouviu alguem detratar da honra de L(a).? R - que
 S. de tal, residente neste Municipio, viu L(a). entrar para a ven-
 35 da de F. de tal, já á noite, para dormir com ele, e aí com ele passou

f. 10r

10

passou dois dias mais, tendo L fugido daí, quando o pai dela aí a-
pareceu procurando-a, pois tinha tido informações que L(a). está alí.
P - se era namorado de L? R - negativamente. P - se frequentava a ca-
5 sa de L? R - que ha um ano mais ou menos, ele respondente deixou de
frequentar a casa de L(a). R. de A., pois ficou inimigo do
mesmo por questão de uma casa. P - se ha dois mezes mais ou menos ele res-
pondente, estava em casa de L(a). R. de A., no momento eu q
que este aí não estav[a]? R - negativamente. P - a que atribue esta queixa da-
10 da por L. R. de A. contra ele respondente, acusado do
autor do desvirginamento da sua filha? R - que não mais nem menos que uma
perseguição que faz L. a ele respondente. Nada mais havendo man-
dou o Delegado encerrar este auto, que assina com o interrogado e comi-
go E. V. dos R, Escrivão, que datilografei.

15 C. de C.
H. F. D.
E. V. dos R.

20 Conclusões.
Na data retro, faço conclusões
estes autos ao Senhor Delegado
de Policia; do que faço este
terme. Eu, E.
25 U. dos R. Escrivão
que escrevi.
Conclusões

30 Não tendo comparecido as
testemunhas intimadas, e Escrivão as inti-
me para o dia 4 de corrente as dez horas, m'
esta Delegacia, com a presença do acusado
serem ouvidas sobre o fato constante de pre-
sente inquerite.

Feira, 2 de Dezembro de 1941
C. de C.

f. 11r

11

ASSENTADA.

5 Aos quatro dias do mez de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, nesta Cidade de Feira de Santana, na Delegacia de Policia, onde se achava o Senhor A. de A., Delegado de Policia, comigo Escrivão do seu cargo ao final assinado, aí, presente o indiciado H. F. da S. pelo Delegado foram inqueridas se testemunhas abaixo; do que para constar lavro este termo. E. U. *dos R.* Escrivão, que datilografei.

10

2ª Testemunha.

15 M. A. dos S., com sessenta e cinco anos de idade, mais ou menos, natural do Municipio de Riachão do Jacuhype e residente nesta Cidade, á rua das Baraunas, viuva, domestica, analfabeta, e quanto aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei que prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e sendo inquerida sobre a portaria de *folhas.*, que foi lida, disse que, no dia quinze do corrente, estava ele respondente em sua casa de residencia, quando aí chegou uma

20 menor de nome L(a). R. de A., pedindo um rancho, dizendo que

íá³

25 seguia para Maracangalha, onde morar com uns irmãos; que ela respondente ficou com pena da menor e consentiu que a mesma ficasse aí arranchada; que dois dias depois chega em casa dela respondente um tropeiro dizendo-se pai da mesma, tendo esta nesta hora dita menor confessado em presença dela respondente a de J. P., que o autor do seu desvirgamento havia sido o acusado presente H. F. da S. P- se durante este dois dias em que a menor L(a). R. da O., digo de A., em casa dela respondente esteve, procedeu bem? R - que L(a). durante estes dois dias procedeu bem, porem, cinco dias depois, L(a).

30 que já havia vindo para a casa do *Senhor* O. negociante de feijão, conduzida pelo proprio pai, apareceu na rua onde mora ela respondente e passou a noite com um rapaz que mora defronte a casa dela respondente, motivo pelo qual ela respondente, impediu que L(a). entrasse outra vez para a casa dela depoente. Dada a palavra ao indiciado para contestar o depoimento da testemunha, por este foi dito, nada ter a contestar. Nada mais

35

³ Aparece subscrito

f. 12r

12

mais havendo deu-se por findo este depoimento que vai assinado pelo De-
legado, pela depoente por ser analfabeta assina E. C. M., pelo

R.

indiciado e por E. V. dos , Escrivão, que datilogra-
fei.

G. de G.

E. C. M.

H. F. S.

E. V. dos R.

3ª Testemunha.

J. L., com vinte e tres anos de idade, natural e residente nesta Ci-
dade, á rua das Baraunas, solteira, domestica, sabendo ler e escrever e quan-
to aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei que prome-
teu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e sendo in-
querida sobre a portaria de *folhas*, lhe foi lida, disse que, na qualidade
de visinha de M. A. dos S., sua progenitora, sabe que no dia
quinze do mez de Novembro *por* findo, em casa da mesma, apareceu uma menor
dizenso-se moça e que seguia para Maracangalha, para casa de uns irmãos,
porem como já estava escuro, para ela viajar, pedia um rancho; que a pro-
genitora dela respondente tendo dó da menor, deu-lhe u rancho; que esta
menor dizendo-se chamar-se L(a). R. de A., passou aí dois
dias, quando tambem aí chegou um tropeiro dizendo-se pai da mesma; que o
dito senhor interrogou a menor L(a). na presença de sua progenitora
e do *Senhor* J. P., tendo esta confessado que fora desvirginada pe-
lo acusado presente H. F. da S., seu cunhado, tendo em se-
guida o pai de L(a). a levado para casa de uma senhor de nome O.
P -se L(a).depois deste dia, ainda apareceu na rua onde mora ela
depoente? R - que L(a). dias depois ainda apareceu em casa da proge-
nitora dela respondente, que não mais a aceitou em sua casa, por ter sabido
que L(a). havia dormido em casa de um rapaz morador defronte a casa
dela depoente, de nome J. B. Dada a palavra ao indiciado para con-
testar o depoimento da testemunha, por este foi dito, nada ter a contes-
tar. Nada mais havendo-se por findo este depoimento que vai assinado

f. 13r

13

assinado pelo Delegado, pela depoente, pelo indiciado e por mim E. das V. dos R., Escrivão, que datilografei.

C. de C.

5

J. L.

H. F. S.

E. V. dos R.

10 4ª Testemunha

L(i). L. F. dos S., com vinte e cinco anos mais ou menos, casada, domestica, analfabeta e quanto aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei que prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e sendo inquerida sobre a portaria das *folhas*, que lhe foi lida, disse que, sabe que a menor L(a). R. de A., em dias 15 do mez de Novembro do corrente ano, apareceu em casa da progenitora dela respondente, sua visinha, dizendo-se moça e que seguia para Maracangalha, para casa de um irmão, e como já estava escuro e queria um rancho; que a progenitora dela respondente tendo pena da menor referida, deu-lhe o rancho e esta passou aí dois dias; que ao cabo de dois dias apareceu tambem 20 um senhor, dizendo-se pai da mesma e que a menor L(a). não era mais virgem, submentendo-a a interrogatorio na presença de J. P. e da progenitora dela respondente, cuja menor declarou que tinha sido desvirginada por H. F. da S., seu cunhado, e que tinha fugido pa- 25 ra ir morar com ele que seguio dias antes para maracangalhas; ~~que~~ apos esta declaração de L(a)., o pai desta a levou para a casa do *Senhor Ole-gario* nesta Cidade, onde a mesma demorou-se alguns dias, voltando depois a rua das Paraunas; que tendo a progenitora dela respondente notica de que, L(a). R. de A., havia dormido com J. B., residen- 30 te tambem em Baraunas, não mais a quiz aceitar em casa dela, pois esta menor não pode ter bom procedimento. Dada a palavra ao indiciado para contestar o depoimento da testemunha, por este foi dito, nada ter a contestar. Nada mais havendo deu-se por findo este depoimento que vai assinado pelo Delegado, pela depoente por ser analfabeta assina E. C. M. 35 , pelo indiciado e por mim E. V. dos R., Escrivão, que datilografei.

f.14r

14

5

A. de A.
E. C. M.
H. F. D.
E. U. dos R.

Conclusão.

Na data retro, faço conclusos estes
autos ao ~~Senhor~~ Delegado de Policia
10 do que faço este termo. Eu, E.
U. dos R.

Escrivão, que o escrevi.

Conclusos.

15

Oficia-se ao Sub-Delegado de Policia
da M(Ca). G. solicitando-se a
presença n'esta Delegacia, de F. C.
F. para para ser ouvido em auto de
pergunta sobre as declarações feitas por H.
F. D. no seu interrogatorio,
20 no dia cinco do corrente.

Feira, 4 de Dezembro de 1941.

A. de A.

Delegado de Policia

25

Data

30

Na data supra, foram-me entregues
estes autos pelas ~~Senhor~~ A. de
A. , Delegado de policia; ao que
faço este termo. Eu, E.
U. dos R. Escrivão, o
escrevi:

f. 15r

15

AUTO DE PERGUNTAS FEITO A F. C. F.

5 Aos cinco dias do mez de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, nesta Cidade de Feira de Santana, na Delegacia de Policia, onde se achava o Tenente, digo, o **Senhor** A. de A, Delegado de Policia, comigo Escrivão do seu cargo ao final assinado, aí, compareceu F. C. F.

10 vulgo, C., com vinte e oito anos de idade, natural e residente no logar Baixa Fria, na Vila de São Vicente neste Municipio, viuvo, roceiro, pardo, catolico, filho de J. C. F. e E(a). C. de C., sabendo ler e escrever. P - se conhece a menor L(a). R. de A. e ha quanto tempo? R - que não conhece a menor L(a) e sim o pai da mesma, porem, de vista. P - se ele respondente sabe que a menor L(a). R. de A., filha de L. R. de A., a-

15 cusa H. F. da S., seu cunhado, de autor do seu desvirginamento? R- que sabe disto por ouvir dizer. P - se é verdade que a menor L(a). , fugiu da casa de seus pais, vindo para esta Cidade? R - que sabe disto, por ouvir dizer e por ter visto-a quando fugida, passava na porta dele respondente. P - se é verdade que a menor L(a) R. de A.,

20 no dia em que fugiu para esta Cidade, dormiu com ele respondente, em sua casa e que daí fugiu novamente, por ter o pai desta a procurado em casa dele respondente? R- que a menor L(a). não dormiu em casa dele respondente, nem em casa de visinho nenhum alí perto, nem tambem o pai de L(a). a procurou em casa dele respondente. P - se já ouviu alguém detra-

25 tar da honra da menor L(a). R. de A.?R - que não. Nada mais havendo mandou o Delegado encerrar este auto, que assina, com o interrogado e comigo E. V. dos R., escrivão, que datilografei.

G. de G.

F. C. F.

30 E. V. R.

f.15v

O Escrivão intime a testemunha que falta para ser ouvida nesta Delegacia, as dez horas na presença do acusado no dia sete da corrente.

5 Feira, 6 de Dezembro de 1941.
C. de C.

Data.

10 Na data supra foram-me entregues estes autos pelo *Senhor* Delegado de Policia; de que faço este termo. Eu, E. U.
das R., Escrivão, que se escrevi.

15

Certifico e dou fé que, intimei a testemunha O. C., de
20 conteúdo do despacho supra, deixando de intimar o acusado, por não se ter encontrado.

Feira, 6 de Dezembro de 1941.
E. U. das R.
25 Escrivão.

Conclusão.

30 Dos nove dias do mez de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, faço conclusões estes autos, ao *Senhor* Delegado de Policia de que faço este termo. Eu, E.
35 U. das R. Escrivão, se
escrevi.

Conclusões.

f.16r

16

Oficie-se ao Excellentissima e Reverendissima
Senhor Arcebispo, solicitando a certidão de
 batismo da menor R. de C.

5 a fim⁴ de ser junta a este inquerito.
 O escrivão intime a testemunha O. C.
 , para ser ouvido nesta Delegacia, no
 dia 12 do corrente, com a presença do acusado.
 Feira, 9 de Dezembro de 1941

10 C. de C.

Data.

15 Na data supra foram-me entre-
 ques estes autos pelo *Senhor* Delega-
 do de Policias; do que faço este ter-
 mo. Eu, E. U.
 des R., Escrivão, que o escrevi:

20 Certidão.

Certifico e dou fé que officiou-se
 ao Excellentissima e Reverendissimo, *Senhor* Arcebispo, da con-
 teudo do despacho supra; dei-sei
 de intimar a testemunha

25 O. C. por se achar a
 mesma fora desta Cidade. Dei-sei
 tambem de intimar o acusado
 por não o ter encontrado.

30 Feira, 9 de Dezembro de 1941.

E. U. des R.

Escrivão

Conclusão

35 Dos nove dias do mez de Dezembro de
 mil novecentas e noventa e um, fa-
 ço conclusos estes autos ao *Senhor* Delegado

⁴ Estava escrito **afim**

de Policia; de que faço este termo. Eu, E.

f.16v

E. U. dos R., Es-
crivãe, que o escrevi.

Conclusões

5 O Escrivãe intime caso ja esteja nesta cida-
de, a testemunha O. G. para ser
survido no dia 16 do corrente as dez hoas mes-
ta Delegacia, com a presença do acusado.

Feira, 15 de Dezembro de 1941.

O. de G.

10

15

20

Data - Cues quinze dias do mez de Dezem-
bro de mil novecentos e quaren-
ta e um, foram-me entregues
estes autos pelo *Senhor* Delegado de
Policia; de que faço este termo. Eu,
E. U. dos R.
Escrivãe, que o escrevi:

25

30

Certidãe - Certifico e dou fé que intimei
a testemunha que falta ser sur-
vida e que achava-se fora des-
ta Cidade, para ser survida
amanhã ás 10 horas nesta
Delegacia, deixando de
intimar o acusado por
nãe ter sido encontrade.

Feira, 15 de Dezembro de 1941.

35

E. U. dos R.
Escrivãe.

ASSENTADA

5 Aos dezesseis dias do mez de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, nesta Cidade de Feira de Santana, na Delegacia de Policia, onde se achava o *Senhor* A. de A., Delegado de Policia, comigo Escrivão do seu cargo ao final assinadoa⁵ aí á revelia do indiciado que procurado por ser intimado não foi intimado não foi encontrado, pelo Delegado foi inquerida a testemunha abaixo; do que para constar lavro este termo. Eu, Ê.

10 Ū. R., Escrivão, que datilografei.

5ª Testemunha.

15 O. B. de A., com trinta e cinco anos de idade, natural da Vila de Tanquinho e residente nesta Cidade á Rua Barão do Cotegipe nº 4, casado, negociante, sabendo ler e escrever e quanto aos costumes disse nada. Testemunha jurada na forma da lei que prometeu dizer a verdade do que soubesse e lhe fosse perguntado e sendo inquerida sore a

20 portaria de *folhas*, que lhe foi lida, disse que, relativamente a esta fato ele respondente sabe por ouvir dizer que a menor L(a). R. de A. acusa a H. F. da S. de autor do seu estupro. P- se ele respondente já ouviu alguém detratar da honra de L(a). R. de A.? R: - que nunca ouviu. P - se tem alguma cousa a dizer do

25 procedimento da menor L(a). R. de A. é regular. P - se sabe ter L(a). fugido de casa de seus parentes para vir para esta xxxxxxxx Cidade, a- fim de seguir para Maracangalha, onde iria residir com H? R - que ouviu dizer isto. P - se sabe ser L(a). R. de A. P - se L(a). é casado? R - que sabe ser casado H. e não L(a). Nada mais havendo deu-se por fin-

30 do este depoimento que vai assinado pelo Delegado, pelo depoente e por mim E. V. dos R., Escrivão, que datilografei.

C. de C.

O. B. de C.

⁵ Risco vertical

f. 18r

18

E. U. dos R.

CONCLUSÃO.

5

Na data retro, faço conclusos estes autos ao *Senhor* Delegado de Policia;

a; do que constar lavro este termo. Eu, E.

U. dos R., Escrivão, que datilografei.

Conclusos.

10

Cuarde-se a prova de idade,
por mim solicitada ao Arcebispe
em oficio derigido ao mesmo. por in-
termedio do *Deutor* Delegado Cuxiliar,
afim de que seja a mesma junta a
este inquerito.

15

Feira, 16 de Dezembro de 1941.

20

A. de A.

25

Data.

Na data supra, foram-me
entregues estes autos pela
Senhor Delegado de Policia;

do que faço este termo.

30

Eu, E. U. dos

R., Escrivão, que o escrevi.

f.18v

Conclusão

5 Aos vinte e seis dias pelo mez de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, faço conclusões estes autos ao *Senhor* Delegado de Policia, do que faço este termo. Eu, E. U. dos R. Escrivães, que o escrevi.

Conclusão.

10 Junte-se o meu relatório, e cumpra-se que determina no final mesmo.
Feira, 23 de Dezembro de 1941.
C. de C.

15 Data - Na data supra, foram-me entregues estes autos pelo *Senhor* Delegado de Policia; do que faço este termo. Eu, E. U. dos R. Escrivães,
20 que o escrevi.

Juntada.

25 Na mesma data supra junto a estes autos o relatório que adiante se vê; do que para constar lavro este termo. Eu, E. U. dos
30 R. Escrivães, que o escrevi.

f. 19r

N.º 19

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE POLICIA PREVENTIVA

5

Feira - Bahia, 23 de Dezembro de 1941.

10

RELATORIO)

15

Consta este inquerito, que no dia vinte de Novembro do corrente, compareceu a esta Delegacia, L(a). R. de A., queixando-se de seu genro H. F. DA S., por ter o mesmo, sob promessa de casamento, desvirginamento sua filha menor de treze anos, L(A). R. DE A.

20

Submetida a exame medico-legal n⁶a menor ofendida, ficou, pelo mesmo, constatado o desvirginamento, *folhas* 3 e V, deste inquerito. Ouvida a menor L(a). R. de A., afirma a mesma que o autor do seu estupro foi seu cunhado H. F. da S., sob promessa de casamento *folhas* 5 a 6 deste inquerito. Ouvido H. F, *folhas* 9 a 10, deste inquerito, este nega a autoria do crime, imputando-o a C. de tal, residente no logar BARRÓCA D'AGUA, no Municipio de Serrinha, o qual não foi ouvido por esta Delegacia, por se achar em logar não sabido. Ouvidas cinco testemunhas, todas sabem por ouvir dizer que foi H. F. DA

25

S., o autor do estupro da menor L(a). R. de A. O Escrivão, depois de registrar o presente relatorio e dele tirar duas copias, remeta este inquerito ao *Ilustrissimo Senhor Doutor* Promotor Publico da Comarca, por intermedio do *Execlentissimo Senhor Doutor* Juiz de Direito.

30

A. de A.
A. de A.
Delegado de Policia.

⁶ Risco vertical no n

f. 20r

20

REMESSA.

5 Aos vinte e tres dias do mez de Dezembro de mil novecentos e quarenta e um, faço remessa destes autos
 ao⁷ *Ilustri⁸ssimo Senhor Doutor* Promotor da Comarca, por
 intermedio do *Exelentissimo Senhor Doutor* Juiz de Direito; do que
 faço este termo. Eu, E. U. R.
 Escrivão, que datilografei.
 Remetidos.

10

D. A. Promotaria
 [Assinatura]

15

Co. Escrivão de C.
 de 5 *Número* 246. Feira, 26. 12. 41 [Assinatura]

20

DATA

25

Aos 30 dias do mez de
 Dezembro de 1941 me foram entregues
 estes autos; do que lavro este termo. Eu, C.
 R. escrivão que escrevi.

⁷Traço vertical no **l**

⁸ Traço vertical em **ir**

f. 20v

5

Vista

10

Cos 30 dias do mez de Dezembro de 1941. faça vista destes autos ao Senhor Doutor Promotor Publico da Comarca: do que lavro este termo. Eu,,
C. C.

15

R., escrivão interino
que escrevi.

Vistas

20

Requeiro, após o transcurso das ferias forenses, outra vista destes autos.

Feira, 6. 1. 942

L. A.

25

RECEBIMENTO

Aos 8 dias do mez de Janeiro de 1942 me foram entregues, estes autos, do que para constar lavro este termo. Eu C. C. R.

30

escrivão que escrevi.

f. 21r

CONCLUZÃO

Aos 8 dias do mez de

5 Janeiro de 1942 faço estes autos conclusos ao *Exellentíssimo Senhor Doutor* Juiz de Direito da Comarca do que lavro este termo. Eu, C.

C. R. escrivão que escrevi.

CONCLUZÃO

10

Satisfaca-se
[Assimatura]

15

DATA

Aos 9 dias do mez de

16 Janeiro de 1942 me foram entregues estes autos: do que lavro este termo. Eu C.

C. R. escrivão que escrevi.

20

Vista.

21 Aos 3 dias do mez de março de 1942, faço vista destes autos ao *Doutor* Promotor Publico da Comarca; do que para constar lavro este termo. Eu, C.

22 C. R., escrivão e escrevi.

25

Vista

30

Não foi possível, embora os esforços despendidos, trazer aos autos a prova de idade da afilendida; que não foi registrada civilmente (folhas 4)

Cassim, para um estupro presumido, fa-

f.21v

lharia essa prova, como também para o crime de sedução, ainda os elementos colhidos não alicerçariam uma accusação nesse sentido, em face da lei penal actual.

5 Pelas proprias testemunhas ouvidas e apontadas certamente pelo queixoso, muito deixava a desejar a attitude reprovavel da offendida, após o seu allegado desvirginamento, fugindo da casa de seus paes, e indo passar a

10 noite na residencia de um outro homem...

Pertante, o archivamente destes papeis, é o caminho que cabe a Prometoria seguir.

E é o que ora pede.

15 - Com duas certidões para serem annexadas a estes autos.

Feira, 30. 3. 942
L. G.

20

RECEBIMENTO

Aos 31 dias do mez de

março de 1942 me foram entregues

25 estes autos. do que para constar lavro este termo. Eu, C. C. R.
escrivão que escrevi.

f.22v

5

10

JUNDOBA

15

Com 31 dias do mez de
Março de 1942, faço junta-
da a estes autos os documen-
tos que adiante se vê, de
que para constar lavro
este termo. Eu, C.

20

C. R., escrivão e
escrevi.

f.23r

Promotoria Publica da Cidade de Feira de Sant'Anna

Em 14 de março de 1942.

5

Exellentíssimo Senhor Reverendo Vigario da Freguezia de Santa Barbara.

10

A bem dos interesses da Justiça e para um processo em que a offendida é nimamente pobre, solicito que *Vossa Exelencia* se digne de certificar ao pe deste, qual e teôr de assentamento do baptismo da menor L(A). R. DE A., filha de L. R. de A. e M(a). H. de J., ahi baptisada entre os annos de 1927 e 1929. sendo seus padrinhos, J. e H(a). B.

20

Attenciosas saudações.

25

L. G.
Promotor Publico

30

Certifico que
revendo os livros de assentamentos de batisadas,

f.23v

5 guardados no Arquivo desta paróquia
de Santa Bárbara. não encontrei o assem-
tamento a que se refere a petição retro.
Padre P. M.
20/3/942

f.24r
Nº 292

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA
DEPARTAMENTO DE POLICIA PREVENTIVA

5 G. L. Ba 1-1942

M. A. M;

Feira Bahia, 15 de Dezembro de 1942

[Assinatura]

//

*Exellentíssimo e Reverendíssimo Senhor Doutor A. A. da S.
Mui Digníssimo Arcebispo Primaz do Brasil.*

10

Como amparo a menor infelicitada, solicito de *Vossa Exelen-*
cia, a fineza de mandar certificar ao pé desta, o teor
do assentamento do batismo de L(a). R. de A.
, na igreja de Santa Barbara neste Município, em 1928,
sendo seus padrinhos J. e H(a). B., cuja menor
foi batizada em Abril do ano acima mencionado.

Respeitosas saudações.

20

C. de C.

A. de A.

Delegado de Policia

//

25

⁹

*Certifica que, não se encontram recolhidos
as Arquivos desta Curia os livros de ba-
tizadores da Freguesia de *Santa* Barbara
de ano a que se refere a petição
supra. Camara Ecclesiastica da
Bahia, 9 de Janeiro de 1942. Padre
M. P. S., Subsecretario*

30

12
435
27 dezembro 1941
9 Janeiro 1942
Batismo

⁹ Presença de carimbo

f.24v

Não tem livro desta
Data recolhido no Archive

f.25r

CONCLUZÃO

Aos 31 dias do mez de

março de 1942 faço estes autos con-

hecidos ao **Exellentíssimo Senhor Doutor** Juiz de Direito da Co-
5 marca do que lavro este termo. Eu, C.

C. R. escrivão que escrevi.

CONCLUZÃO

D. A. Prometoria

Em aditamen-

te:

Judiciosa e
parecer da Prometoria, que bem es-
clarece a precariedade de base
para uma acusa-
ção, manda sejam
archivados estes
20 autos.

[Assinatura]

DATAAos 1^o dias do mez de

Abril de 1942 me foram entregues

estes autos: do que lavro este termo. Eu, C.

C. R. escrivão que escrevi.

QUARTA PARTE
SOBRE A LINGUÍSTICA COGNITIVA

4 A LINGUÍSTICA COGNITIVA: INCURSÕES NECESSÁRIAS

Nas seções anteriores, discorremos sobre o *corpus* e o tratamento filológico adotado para abordagem dele. Na seção atual, apresentamos o resultado do estudo das conceptualizações do estupro e do corpo feminino violentado através desse *corpus*. Para tanto, foi preciso tecer considerações sobre a metáfora no âmbito da Linguística Cognitiva, doravante LC, e suas especificidades.

Nos finais dos anos 1970 e primórdios de 1980, surgiu uma forma diferente de tratar a linguagem por meio de uma nova abordagem cognitiva. Então, nesse período, nasce a LC – vertente da Linguística que proporciona o estudo dos fenômenos da linguagem através da perspectiva da mente corporificada. Sobre a noção de mente corporificada, Santana (2019, p. 21) já nos chama atenção que

[...] [a] corporificação é mais uma importante premissa da LC; a partir dela, o significado é compreendido com base na nossa experiência corporal, física, social e cultural, ou seja, a partir da relação do ser humano com o mundo. O nosso corpo, portanto, exerce papel fundamental na construção do significado.

Levando em consideração esta forma de pensar, é necessário dizer que o “nascer” da LC se deu pelo empenho de um conjunto de estudiosos, dentre os quais se destacam Charles Fillmore, George Lakoff, Gilles Fauconinier e outros.

À luz da LC, para discutir fenômenos linguísticos, apesar de haver diferenças entre linguistas cognitivos sobre a forma de enxergar a LC, há pontos convergentes basilares entre os pesquisadores dessa área do saber humano, são eles:

1) [a compreensão] [d]a linguagem como um fenômeno interligado a outras faculdades cognitivas: a percepção, a memória, a categorização, a imaginação; 2) [a aceitação] [d]a natureza simbólica da linguagem; 3) [o] destaque [dado] [a]o significado e, em consequência, à semântica; 4) [a procura por basear] suas análises no uso linguístico; 5) [o entendimento de] que a linguagem é mais ou menos diretamente motivada nas experiências corpóreas, físicas, sociais e culturais humanas; 6) [o rompimento] com [modelos dicotômicos] que ofuscam a complexidade dos fenômenos linguísticos (ALMEIDA, 2014, p. 4597).

Ainda sobre o olhar dos estudiosos sobre os fundamentos da LC, há uma concordância de que:

[e]m um plano mais filosófico, [rejeita-se] a dicotomia mente e corpo. Já no âmbito propriamente linguístico, [busca-se ultrapassar] as elegantes e já clássicas dicotomias entre conhecimento enciclopédico e linguístico, significado literal e figurado, semântica e pragmática, léxico e gramática, sincronia e diacronia, língua e fala/competência e desempenho, cujos limites passam a ser compreendidos como difusos e não poucas vezes vistos como contínuos; 7) [além do desenvolvimento] de

estudos que [não tenham] enfoques exclusivamente linguísticos, [mas que priorizem o estabelecimento de] diálogos com outras áreas do saber humano, como as neurociências, a psicologia, a antropologia, a sociologia, a história, a biologia (ALMEIDA, 2014, p. 4597).

Vale destacar que geralmente a LC é classificada nos trabalhos através de duas linhas: Semântica Cognitiva e Gramática Cognitiva (LENZ, 2013). Enquanto a Semântica Cognitiva propõe o conhecimento da natureza da mente, buscando investigar a forma como os conceitos se dão na mente humana e ocorre a conceptualização (o significado), a Gramática Cognitiva quer modelar o sistema da linguagem, quer detectar a nossa gramática mental (LENZ, 2013). Aqui, tomaremos a primeira linha como norte das discussões feitas sobre a conceptualização do estupro e do corpo feminino violentado.

A publicação, em 1980, do livro *Metaphors We Live by* (Metáforas da vida cotidiana) de Lakoff e Johnson se constituiu como um “divisor de águas” para o seu surgimento. (LENZ, 2013). Nessa obra, a tese central defendida se pautou em abordar a metáfora não como estanque e marcada por estruturas linguísticas lexicais cristalizadas em sentenças, mas sim, como parte das vivências do ser humano, com valor cognitivo e atentando ao processo de como nós conceituamos o mundo que nos cerca imbricado na linguagem.

Assim, com vistas a mentorear a análise dos dados coletados nos processos-crime de estupro, seguimos a LC ancorada nos fundamentos citados por Almeida (2014), mais especificamente, na linha da Semântica Cognitiva.

Nas linhas seguintes, explanaremos aspectos relevantes sobre a conceptualização, a metáfora e como são abordadas dentro do *corpus*.

4.1 SOBRE A CONCEPTUALIZAÇÃO

Conceptualizar é significar e o significado é flexível, dinâmico, perspectivista, elaborado no uso da linguagem feito pelo ser humano, ser dotado de uma mente corporificada, de uma cognição situada [...] (ALMEIDA, 2020, p.360)

A conceptualização, que pode ser metafórica ou metonímica, é um mecanismo utilizado pelo ser humano para compreender o mundo. Tal compreensão, como já observado, está ligada às experiências sensoriais, motoras, bem como à percepção humana dos contextos sociais, culturais (ALMEIDA, 2018).

Para tratar de conceptualização, é necessário compreendê-la sob o princípio da Semântica Cognitiva, de agora em diante, SC. No âmbito deste campo do conhecimento, a investigação de conceitos e a construção dos sentidos estão correlacionadas à necessidade de se

caracterizar princípios gerais que se cultivam em toda linguagem humana atrelados às áreas que investigam a mente e o cérebro (LENZ, 2013).

Ao se analisarem as estruturas linguísticas, é indispensável saber que o elemento central delas é o significado e, dentro da SC, como já assinalado, esse significado é visto na linguagem em uso, tendo como preponderante a forma como vemos e falamos metafórica e mentonimicamente no/do mundo.

Para explicitar essa noção de significado, analisamos o item léxico **monstro** nas seguintes sentenças: (1) “No filme, a veterana dará voz ao poderoso **monstro** chamado Karathen”¹(TOME, 2018) e (2) “[...] que procurava libertar-se / das garras do **monstro** que lhe / preparava a deshonra, na ter / na idade de sete anos².” (Defloramento de S. S. de L., f.3v, linhas 10-13³). Cabendo o seguinte questionamento: nas sentenças (1) e (2), podemos atribuir o mesmo significado à expressão **monstro**?

A noção de significado como conceptualização que leva também em consideração conhecimentos enciclopédicos nos põe diante de sentidos diferentes. Em (1), **monstro** nos remete à estrutura conceptual corporificada e semântica de um ser do mundo da fantasia, que geralmente causa terror, no caso, é uma personagem do filme *Aquaman*. Mas, em (2), o **monstro**, que também é uma estrutura conceptual corporificada, é compreendido como o acusado do crime de defloramento, cujas iniciais do nome são A.A⁴, ou seja, há nome, é uma construção referente a uma pessoa e não a um ser fantástico, abstrato, mas que ainda assim poderia causar terror à vítima.

Em síntese, a construção do significado das estruturas linguísticas tem a forte interferência das estruturas de conhecimento que são armazenadas na memória semântica de longo prazo (FERRARI, 2011), então, na nossa cultura, a palavra **monstro** instancia duas conceptualizações diferentes.

¹Aquaman | Criatura “surpresa” dublada por Julie Andrews tem visual revelado
POR BRUNO TOMÉ - 25/11/2018 Disponível em:
<<https://observatoriodocinema.bol.uol.com.br/filmes/2018/11/aquaman-criatura-surpresa-dublada-por-julie-andrews-tem-visual-revelado>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

² que procurava libertar-se das garras do monstro que lhe preparava a desonra, na terna idade de sete anos (Edição Modernizada)

³ O crime de defloramento foi sofrido por S. S. de L., um documento manuscrito de 72 fólios, escrito em papel almaço e que está publicado no livro *Manuscritos Baianos dos séculos XVIII ao XX: autos de defloramento*, de Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (2018).

⁴ Utilizamos este exemplo fora do *corpus* estudado, pois não encontramos o item léxico no nosso objeto de estudo. No entanto, o item léxico – monstro – foi depreendido em um crime sexual, pertencente ao mesmo acervo – CEDOC – dos documentos escolhidos para serem *corpus* desse trabalho, portanto, no mesmo contexto semântico e cultural.

A partir das sentenças (1) e (2), fica evidente que a metáfora, sob a ótica da LC, ao ser compreendida, não se dissocia das experiências humanas corpóreas, sociais, culturais e que todas estejam associadas à linguagem.

Sendo assim, sabemos que a metáfora é um processo cognitivo que não se pauta só no uso da linguagem, mas na maneira como conceptualizamos o mundo, nos elementos que nos cercam, ou seja, na forma como conceptualizamos as nossas experiências do dia a dia. Dessa forma, é preciso salientar que Lakoff e Johnson (2002 [1980], p. 115) nos advertem que “[...] a maior parte de nossas evidências provém da linguagem – dos usos das palavras e frases, e da forma pela qual os humanos dão sentido as suas experiências”.

Neste viés, como antes salientado, não é possível compreender a mente como dissociada do corpo; mente e corpo são interligados, inseparáveis, se interconectam, ou seja, o pensamento em si está encarnado, corporificado. Ao observamos por este prisma, a LC rompe, como observado anteriormente, com dicotomias, tais como, CORPO x MENTE, o que configura uma inter-relação com várias dimensões da vida (psicológica, biológica, sociológica, histórica, antropológica) a fim de compreender como a humanidade significa tudo o que lhe diga respeito.

Destacamos, portanto, a assertiva de Miranda (2008, p. 22), pois a linguagem, deste modo:

[...] passa a ser dimensionada em um trabalho integrado com outras capacidades cognitivas, como a percepção e as emoções humanas; e as realizações lingüísticas passam a ser estudadas como manifestações de capacidades gerais de cognição, que compreendem princípios de categorização, organização e integração conceptual, bem como experiências socioculturais.

Para a SC, algumas noções são basilares, dentre essas, o conceito de domínio, além de outras que interconectadas nos propiciam descrever “[...] as estruturas cognitivas permanentes e estáveis, associadas ao armazenamento de conhecimento culturalmente partilhado [...]” (FERRARI, 2011, p. 50). Assim sendo, é preciso compreender as noções de *frame* e Modelo Cognitivo Idealizado (MCI).

O *frame* é responsável por designar um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado pela experiência e, compreendê-lo requer se atrelar à indícios da psicologia de Gestalt. Fillmore (1982) cunhou o termo *frame*, quando embevecido desta psicologia desenvolveu a Semântica dos *Frames*.

Fillmore (1982) explicita que, ao observarmos a expressão *fim de semana*, o sentido é construído, porque a nossa sociedade compreende que o calendário é cíclico e segue ancorado nos fenômenos da natureza, com 7 dias, dos quais 5 deles correspondem aos dias da semana ou

dias de trabalho e 2 (o 6º e 7º dias) são destinados ao final dessa semana, ao descanso para início de uma nova semana. (FERRARI, 2011)

Analogamente ao exemplo dado por Fillmore (1982), trazendo para o contexto do *corpus*, para ter acesso ao grupo de verbos *ofender*, *desonrar*, é necessário acessar o frame de VIOLÊNCIA SEXUAL para interpretá-los e, assim, perceber que estão alicerçados ao domínio da MORALIDADE. Destacamos que este conhecimento armazenado na memória da sociedade pode ser pautado nas experiências descritas, crimes sexuais ocorridos, sendo que, para ter teor de crime, uma atitude de uma pessoa ou um grupo delas deve ser reprovável socialmente.

Alguns estudiosos pontuam que as expressões *frame* e Modelo Cognitivo Idealizado (doravante MCI) são compreendidas como sinônimas. Segundo Lakoff (1987), as duas partes do princípio de que o conhecimento é estruturado, armazenado na memória de longo-prazo e organizado através da esquematização da experiência vivida pelos seres humanos. Ainda conforme Lakoff (2013 [2006]; 2016 [1996]), os *frames* são estruturas mentais que propiciam aos humanos entenderem e elaborarem o que chamamos de realidade; além disso, são utilizados, na maioria das vezes, de maneira inconsciente, automática e de modo a facilitar as interações humanas com o mundo, através da elaboração e estruturação de suas ideias e conceitos, dando formas ao modo de raciocínio, bem como impactando na percepção e delimitando o jeito de se comportar e agir diante da vida (ALMEIDA, 2020).

Desse modo, são os *frames* que determinam temas, através deles os problemas são caracterizados, as causas determinadas, as culpas repartidas e as soluções reduzidas, pois, ao definirem temas, caracterizam problemas, determinam causas, repartem culpas, reduzem soluções, porque os *frames* são estruturas mentais que influenciam e constroem a forma de ver o mundo e agir nele (ALMEIDA, 2020).

O MCI, na proposta desenvolvida por Lakoff (1987), releva o cunho experiencialista ao se ancorar nos estudos da categorização humana desenvolvidos na Psicologia Cognitiva Experimental⁵, e possui uma base prototípica. Lakoff (1987) designa como fenômenos prototípicos as inferências, cálculos, planejamentos, comparações, julgamentos, todos no campo do pensamento, mas também os fenômenos prototípicos que categorizam relações, as entendem e, se necessário, as subcategorizam (LAKOFF, 1987).

⁵ Conteúdo aprofundado no capítulo **A semântica cognitiva prototípica de George Lakoff** de Feltes, H. P. de M. (2013). A Semântica Cognitiva Prototípica de George Lakoff. *Letras De Hoje*, 27(3). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16070>

Mas, segundo o autor, esses fenômenos prototípicos são uma “face da moeda”, porque são superficiais, uma vez que suas fontes são os Modelos Cognitivos Idealizados – resultados da cognição humana (SPERANDIO, 2010).

No percurso teórico de Lakoff (1978), a TMCI dá sustentação a uma semântica conceitual baseada na capacidade da conceptualização humana e, nessa perspectiva é que o autor pondera que a categorização é somente possível através de um MCI. Desta forma, o MCI é uma estrutura complexa que abarca os efeitos prototípicos como uma espécie de subprodutos e a TMCI identifica as fontes de tais efeitos (SPERANDIO, 2010).

Por saber que o conceito de MCI explica a nossa organização conceptual, a maneira como organizamos o mundo, entendemos, então, que os MCIs são os nossos conhecimentos estruturados e “[...] são idealizados, porque são determinados por necessidades, propósitos, valores e crenças, não sendo necessária uma ligação direta com o mundo, uma vez que são resultados da interação do aparato cognitivo humano, corporificado, e a realidade, via experiência”(SANTANA, 2019, p. 33-34). Lakoff (1987) exemplificou, como aqui já apresentado, o conceito de MCI através a expressão *terça-feira*, tal palavra só pode ser compreendida dentro de um MCI de uma semana com sete dias, dito isto, é possível compreender que a *terça-feira* é a terça parte da semana, como aqui também antes salientado

Ainda pensando no exemplo da *semana*, vale salientar que entender a semana como aquela que tem sete dias, que as partes são divididas desta forma, passa pelo pensamento e cultura ocidentais e, deste modo, Santana (2019), em sua tese, traz o exemplo trabalhado por Lakoff (1987) quando ele aponta que na cultura Balinês as semanas são organizadas de maneira diferente. Sendo assim, o MCI de tal cultura é pautado em três estruturas de semana: uma de cinco, uma de seis, e uma de sete dias (LAKOFF, 1987). O que prova, conforme já mencionado, que os MCIs se constroem em nossa mente através das influências sociais, culturais e conexões com o mundo que nos cerca.

O MCI, para Lakoff (1987), é dependente de quatro tipos de princípios ao ser estruturado, são eles: a estrutura proposicional; esquemas imagéticos (ou Esquemas – I) – relacionados aos espaços, como CONTÊINER ou RECIPIENTE, PARTE-TODO, FRENTE-TRÁS, CIMA-BAIXO, ORIGEM-TRAJETO-DESTINO ou ainda FORÇA, EQUILIBRIO, dentre outros; o mapeamento metafórico – recursos cognitivos que auxiliam na conceptualização/categorização do mundo, porque consideramos um domínio conceptual através de outro, assim conseguimos ter uma organização coerente de experiência (SIQUEIRA; PEREIRA; FERRARI; LOPES, 2017); e o mapeamento metonímico – um mecanismo cognitivo associado à constituição das metáforas; também se configuram como intra-domínio

e destacam uma relação de inclusão em um mesmo modelo cognitivo (SIQUEIRA; PEREIRA; FERRARI; LOPES, 2017).

Enfim, Lakoff (1987) tipifica os MCIs, a partir de cinco pontos contribuintes para estruturação de experiências nossas nos campos físico, conceitual e linguístico, são eles:

1. Modelo metafórico, [que] possibilita mapeamentos entre domínios fonte e alvo;
2. Modelo metonímico, [que] mapeia relações entre elementos de um mesmo domínio;
3. Modelo de esquema de imagem, [que] estrutura os MCIs;
4. Modelo proposicional, [que] especifica propriedades e relações entre domínios;
5. Modelo simbólico, [que está associado] a elementos conceituais em um modelo cognitivo. (SANTANA, 2019, p. 34)

Um outro aspecto importante dos MCI's é que os mesmos apresentam *efeitos prototípicos simples* ou *complexos*. Lakoff (1987), para explicar o funcionamento dos MCI, traz dois exemplos, o MCI para os conceitos de *bachelor* (solteirão, em inglês) e *mãe*. Dentre os exemplos trazidos aqui, focalizaremos no conceito *mãe*.

Historicamente, o conceito cultural de mãe, na sociedade brasileira, é tido como “a mulher que deu à luz a uma criança”. Assim, tal conceito se relaciona com uma representação prototípica do MCI de nascimento, em que um ser humano (o bebê) é concebido após gestação no corpo da mulher. Mas há também modelos cognitivos que associam à mãe para a criação, o significado de mãe, agora, passa para o MCI da criação, em que a mãe já não é, necessariamente, aquela que deu à luz, mas quem cria/criou alguém; mãe se associa também para o MCI da genética que traz à mãe o conceito de que ela é “aquela que contribuiu com o material genético”; além dos MCIs citados, Lakoff (1987) aponta ainda para: o MCI da genealogia, em que mãe é o ancestral feminino de parentesco mais próximo (se aplica a casos em que a criança é criada pelas avós, tias, irmãs que são consideradas como mães); o MCI da nutrição (a mulher que nutre a criança através do aleitamento) e conjugal (a esposa do pai) (FERRARI, 2011).

Se no século XX, principalmente nos seus primeiros anos, o modelo de casamento pautado na positividade do sexo após o matrimônio era mais prototípico, agora, no início do século XXI, ainda que aquele modelo não tenha desaparecido, outro, o que concebe normalmente o sexo antes do casamento passa a ocupar um lugar mais próximo do centro da categoria, enquanto aquele, antes mais prototípico, se direciona para a periferia categorial. Só em nível de exemplificação, ao lermos uma publicação do século XXI, especificamente, em 2017 (**figura 11**), não há o olhar de sexo como desmoralizante e permitido somente no casamento, conforme se determinava no princípio do século XX.

Figura 11 : Manchete acerca do sexo para a mulher do século XXI

"Transei com um desconhecido": Obrigado 10

3 histórias reais vividas por mulheres ousadas

Quando o desejo supera o pudor, ir para a cama com um estranho pode tornar-se uma experiência muito excitante. E sem culpa



[Transar com um desconhecido](#) pode ser muito excitante.
© iStockphoto.com

Numa sociedade cheia de desequilíbrio na [igualdade de gêneros](#), **transar sem compromisso** continua a assombrar muitas mulheres. Embora o desejo não faça distinção de gênero, o comportamento sexual feminino ainda é regido por uma certa repressão.

Fonte: A revista da mulher, 2017.⁶

Logo na manchete, há uma afirmação improvável para as mulheres pertencentes à sociedade dos primórdios do século XX. A ação de copular não era cabível para uma mulher antes do casamento naquele período e se o ato sexual era consumado por ela antes do casamento era censurado e, inclusive não poucas vezes, quando descoberto, era punido socialmente, uma

⁶ Disponível em: <<https://www.arevistadamulher.com.br/faq/28629-transei-com-um-desconhecido-3-historias-reais-vividas-por-mulheres-ousadas>>. Acesso 04 mai. 2019.

vez que ela passava a ser concebida como imoral e o seu parceiro podia inclusive ser condenado por defloramento.

A mulher dita “de bem”, ou seja, bem aceita moralmente pela sociedade do começo do século XX, geralmente, não “transava com o primeiro homem que visse”. O sexo era uma obrigação do casamento (condição civil que dava o *status* moral à mulher) e, nesse sentido, a mulher “de bem” precisava manter relações sexuais somente com o marido, se houvesse sexo antes do casamento era, para a lei de 1890 e também de 1940, um crime de defloramento (sexo com consentimento da vítima, por meio de sedução ou promessas de casamento) ou de estupro (realizado por meio de violência sexual), conforme fora discutido anteriormente.

Assim, a mulher apresentada na **figura 11** é destoante do MCI mais prototípico de sexo do início do século XX e, por conseguinte, do *corpus*. A mulher trazida na *A revista da mulher*, do século XXI, ao praticar o sexo com desconhecido, pode ser “ousada”, “sem culpa” e tem “uma experiência muito excitante” ao fazer sexo não com o marido, mas com quem ela estivesse vontade. Como aspecto positivo, depreendemos, por meio d da manchete, que ir para a cama com um estranho pode tornar-se uma experiência muito excitante e sem culpa. Também é possível compreender a reverberação de um aspecto negativo, ao se pensar que, transar sem compromisso de constituir um relacionamento continua a assombrar muitas mulheres.

No contexto, sobretudo do século XX, a mulher transar com alguém que não fosse o seu marido, era motivo de *desonra* e ofensa. Nesse sentido, é possível compreender que se recorre ao esquema-I, conforme fora mencionado anteriormente, para proceder à conceptualização de VIOLÊNCIA SEXUAL. Deste modo, Feltes (2007, p. 206), ao tratar dessa categoria, pontua que:

[...] os atos violentos sejam dirigidos a algo ou a alguém, então é possível que o esquema ORIGEM-PERCURSO-META possa estar presente como princípio da categoria. De fato, na construção de modelos proposicionais que atuassem como condições de pano de fundo para a definição dos membros da categoria, certamente, seria necessário um cenário que contivesse, por exemplo, um agente/ (ORIGEM), uma ação/ (PERCURSO) e um paciente/vítima/objeto (META)[...].

Dessa forma, na sentença (03), “ [...] o denunciado / quem a estuprou / quando passou pela / travessa da rua Se- / nhor dos Passos ⁷[...] (CrE E. C. dos S., f.18r, linhas 29-33) [...]” traz o esquema I – que o denunciado é o agente (ORIGEM), o estupro é a ação (PERCURSO) e a vítima – no caso E. C. dos S. – é a (META); tal esquema é possível de ser compreendido dentro da metonímia instanciada ESTUPRO POR CRIME, que tem denunciado e vítima.

⁷ o denunciado, quem a estuprou, quando passou pela travessa da rua Senhor dos Passos (Edição Modernizada)

Outros Esquema-I que se formam através da base pré-conceptual da categoria VIOLÊNCIA observados no corpus são o Esquema-I FORÇA, a partir do olhar cinestésico de base corporal, que seria um esquema cinestésico de base corporal, mais especificamente; o esquema-I BLOQUEIO, se observarmos que a vítima estava realizando um trajeto com uma direção, mas foi impedida, pois o denunciado bloqueou e violentou a vítima que outrora caminhava livremente.

Nas linhas seguintes, tratamos das metáforas, como foi conceituada ao longo do tempo e a perspectiva adotada nesta tese.

4.1.1 Metáforas: mecanismo de conceptualização

Uma lata existe para conter algo / Mas quando o poeta diz "lata" / Pode estar querendo dizer o incontível // Uma meta existe para ser um alvo / Mas quando o poeta diz "meta" / Pode estar querendo dizer o inatingível // Por isso, não se meta a exigir do poeta / Que determine o conteúdo em sua lata / Na lata do poeta tudo nada cabe / Pois ao poeta cabe fazer / Com que na lata venha caber / O incabível // Deixe a meta do poeta, não discuta / Deixe a sua meta fora da disputa / Meta dentro e fora, lata absoluta / Deixe-a simplesmente metáfora [...] (GIL, Gilberto. *Metáfora*. Disponível em: <http://www.lettras.terra.com.br>. Acesso em: 12 maio 2021).

A música *Metáfora* – utilizada como epígrafe – geralmente, em alguns estudos, é abordada dentro da perspectiva das figuras de linguagem, por conta do jogo entre as palavras *lata* e *meta* através, principalmente, da comparação subjetiva, ainda por levar à metáfora aos usos do poeta, da literatura.

Sobre a perspectiva retórica da metáfora, acredita-se que Aristóteles (384 a.C.- 322 a.C.) a trouxe como o espectro que costumeiramente vemos na tradição dos estudos no ensino médio: uma figura de linguagem, ou como uma espécie de decoração da mesma, como um enfeite para a poesia. Entretanto, esse legado arrastado, por meio da abordagem cognitiva passou a ser questionado e, por conseguinte, mais ampliado. Vale destacar que Umberto Eco (2013) nos mostra que Aristóteles já via a metáfora também como uma figura com valor cognitivo e que a sua restrição como figura de linguagem deve-se a problemas de tradução.

Uma nova perspetivação do fenômeno metafórico, diferente da tradição atribuída ao pensamento aristotélico, foi possível através dos estudos desenvolvidos pela LC, que trazem o fenômeno metafórico por meio das mentes humanas corporificadas, correlacionando linguagem, pensamento e experiências. Assim, a Teoria da Metáfora Conceptual ou Teoria

Cognitiva da Metáfora nos faz pensar nos órgãos do sentido⁸, observando a maneira de tratar dos humanos, por assim dizer, refletidos na linguagem.

Dentro da LC, a elaboração do pensamento metafórico se configura como um fenômeno cognitivo que constrói as várias maneiras de pensar de um povo e/ou grupo de povos. As metáforas são recorrentes em todas línguas e não são arbitrárias, por se constituírem através das experiências e elas são diferentes por conta dos aspectos socioculturais de cada sociedade. Deste modo, “[...] nos gestos, na pintura, no comportamento, nos objetos, na língua, e, nesse caso específico, através de expressões metafóricas” (ALMEIDA, 2014, p. 4598), vivenciamos a vida por meio de metáforas conceptuais.

4.1.1.1 Sobre a Teoria da Metáfora Conceptual (TMC)

Estudar metáfora é mergulhar em possibilidades e a Teoria da Metáfora Conceptual (doravante TMC) nos permite, ao ser aplicada nesta tese, um diálogo da linguística com a sociologia, história, só para citar algumas áreas do conhecimento humano com que a TMC se relaciona. Vale ressaltar, inclusive, que é a TMC que oferece base para estudarmos empiricamente as metáforas conceptuais.

Desta forma, é preciso marcar o início das coisas e Lakoff e Johnson, como antes assinalado, em 1980, publicaram uma obra intitulada *Metaphors we live by* em que a metáfora é ressignificada, redimensionada, transcendente ao papel figurativo, como aqui já pontuado.

Lakoff e Johnson (1980) buscaram, como também já anteriormente destacado, romper com dicotomias: linguagem figurada e não figurada; linguagem objetiva x subjetiva; e, até mesmo, de metáfora para ser usada em textos somente literários, não cabíveis para os não-literários, quando se propõem que as metáforas emergem por meio de experiências cotidianas, com as redes que estabelecemos com pessoas e o mundo que nos cerca.

Se tomarmos por exemplo o seguinte trecho da tradução da obra *Madame Bovary*, de Gustav Flaubert [(1857)2001, p. 178] que diz:

Um homem, pelo menos, é livre; pode percorrer as paixões e os lugares, atravessar os obstáculos, consumir as felicidades mais distantes. Mas a mulher é impedida continuamente. Inerte e flexível a uma só vez, tem contra si as molezas da carne com as dependências da lei. Sua vontade, como o véu de seu chapéu preso por um cordão, palpita a todos os ventos; há sempre algum desejo que carrega, alguma conveniência que detém.

⁸ Designados como receptores externos dos estímulos sensoriais (tato, visão, audição, olfato e paladar).

Poderíamos entender que Flaubert, na obra *Madame Bovary*, trouxe a metáfora do *homem livre* e da mulher condenada, como em uma situação de julgamento em que o homem, por sua liberdade, percorre lugares, atravessa obstáculos e pode vivenciar seus próprios desejos, suas paixões; já a mulher, fica inerte, aprisionada nas questões sociais, nas dependências da lei, apesar de possuir desejos, mas as questões sociais a detém.

Essa assertiva só é possível ser feita, porque, por muito tempo, estudar metáfora estava atrelado a ver signos linguísticos, como uma figura de linguagem presente no texto literário, sem um olhar cognitivo. A metáfora era categoria de análise do texto literário, porém passou a ser identificada e classificada também nos contextos interacionais através do olhar de Lakoff e Johnson (2002 [1988]), que trazem uma ruptura desse paradigma tradicional.

As metáforas depreendidas do trecho de *Madamy Bovary*, obra de Flaubert, nos põe diante da realidade de que

[é] possível que os indivíduos descubram os significados metafóricos, não se baseando primeiramente no conhecimento lexical, mas em virtude de sua sensibilidade ao contexto cognitivo, visual, corpóreo ou situacional, e os estudos em ciências cognitivas em finais da década de 70 trazem uma nova maneira de encarar a linguagem, opondo-se ao que George Lakoff e Johnson (2002 [1980]) chamam de 'cognição objetivista', que, segundo estes autores, ignora o papel do corpo humano na caracterização de significados (MOREIRA, 2015, p.87, grifos da autora).

Dentro dos estudos da TMC, de Lakoff e Johnson (2002 [1980]), há três categorias de metáforas conceituais:

a) as estruturais – aquelas que formam um conceito em termos de outro e são responsáveis pela estruturação de nosso sistema conceptual (constituem nosso modo de perceber, agir e pensar).

b) as orientacionais – que organizam todo um sistema de conceitos com relação a outro, têm uma base em nossas experiências culturais e físicas, e estão relacionadas à orientação espacial: em cima/ embaixo, dentro/fora; orientacional: feliz/cima, triste/baixo.

c) as ontológicas – aquelas que transformam conceitos abstratos em entidades – coisas ou seres (animais ou humanos).

Os estudos mais recentes sobre a metáfora nos dizem que ela:

[...] pass[ou] a ser interpretada como sistema próprio de pensamento, categorização e ação humanos. Contrasta com a ideia de alguns dos termos que outrora eram utilizados para caracterizá-la, como: comparação, analogia, similaridade, entre outros. Tais termos são diferentes dos utilizados pelos cognitivistas que recorrem ao uso de predicadores, tais como: metáfora conceptual, correspondência, interação, mapeamento, paralelismo, representação, reflexo, referência, projeção, inferência, e também conceitos

que emergem significações, tais como: metáforas novas, metáforas velhas, metáfora de uso, metáfora como processo, metáfora cristalizada, metáfora *in praesentia*, metáfora *in absentia*. De acordo com Zanotto (2007), esse comportamento reafirma o redirecionamento para o estudo acerca da metáfora, preocupando-se em demonstrar a interrelação entre linguagem, cognição e mundo com base na experiência corpórea (MOREIRA, 2015, p. 141-142).

Por meio da TMC, é notório compreender que a metáfora não é prioridade das palavras, como costumeiramente trazem os livros didáticos e alguns teóricos de outros campos do saber. Isso ocorre, porque, as dicotomias linguísticas não são o modelo base para tal teoria. A ideia central da TMC é que os conceitos propiciam à metáfora, através, principalmente, do pensamento e linguagem, desta maneira: “[...] uma metáfora conceptual é uma maneira convencional de conceptualizar um domínio de experiência em termos de outro” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 4). E, já que o ser humano idealiza o conceito das situações, experiências, objetos, entre outros, nada mais justo que a metáfora ser compreendida como conceptual.

Ainda sobre os usos e concepções da metáfora, através da TMC, utilizamos o seguinte exemplo: (4) Ela é gostosa!, uma vez que a LC vê a metáfora como processo cognitivo, a metáfora propicia conceber e imprimir ideias de domínios concretos em outros domínios, estabelecendo um papel de destaque para o sistema conceptual humano. Deste modo, é possível aproximar dois domínios conceptuais (mulher e comida), e ter a metáfora geral: SER HUMANO É ALIMENTO/MULHER É ALIMENTO, em que o domínio-fonte, neste caso, é a “comida” e o domínio-alvo a “mulher”. Conforme vemos, a metáfora geral que é O SER HUMANO É ALIMENTO é imbuída de fatores psicológicos e culturais que determinam essa e as muitas conceptualizações feitas sobre a mulher como objeto comestível e de prazer que, de certa forma, permeiam o pensamento social percebido através do *corpus*.

À luz da TCM, é possível compreender o domínio-alvo – domínio mais abstrato da nossa vivência a partir do domínio-fonte – o que é mais evidente e concreto dentro de nossa experiência. Almeida (2014, p. 4598) define o que é o domínio-fonte e o domínio-alvo, quando afirma que:

[n]o processo de metaforização, os seres humanos utilizam seus conhecimentos acerca de um domínio, geralmente concreto ou próximo das suas experiências físicas, para estruturarem outro domínio que, por sua parte, é, frequentemente, mais abstrato ou mais distante das suas vivências. Em general(*sic*), utiliza-se informação de um domínio concreto e/ou perceptual para estruturar outro domínio mais abstrato e/ou de apreensão experiencial sensório não imediata. O domínio fonte, por ser mais acessível, é a origem da estrutura conceptual importada, enquanto o domínio alvo é o que se busca compreender, é o domínio sobre o qual são sobrepostos o que é importado do [domínio] fonte. As projeções entre domínios são associações sistemáticas entre elementos do domínio fonte e do alvo e essas associações resultam em um conjunto de inferências.

Ainda sobre a TMC, a definimos como uma teoria em que se é possível desenvolver estudos sobre metáfora conceptual, em diversos níveis – lexicais, gramaticais, discursivos, e também se ocupa de compreender os esquemas de imagens ou padrões de movimento no espaço, a maneira com que lidamos com objetos e as percepções nas nossas diversas formas de interação.

A metáfora, portanto, é questão da mente e está relacionada com a forma que mapeamos os domínios conceptuais (domínio-fonte e domínio-alvo) ou como compreendemos domínios conceptuais metaforicamente estruturados (MOREIRA, 2015). Entender metáfora é saber que não estamos restritos ao plano da linguagem, porque a forma com que o ser humano compreende o mundo transcende a linguagem, está, também em pensamentos, ações, atitudes e, tudo isso passou a ser compreendido no plano da conceptualização metafórica (MOREIRA, 2015).

Mas é preciso lembrar que a metonímia também se insere na compreensão da linguagem, pois, assim como é a metáfora, a [...] metonímia é um fenômeno onipresente na linguagem comum” (PANTHER; THORNBURG, 2017, p. 278)⁹. Lakoff e Johnson (1980) nos trazem a metonímia como um mapeamento dentro do mesmo domínio, que se diferencia da metáfora através de dois domínios conceptuais distintos.

Por muito tempo, a metonímia foi vista como um recurso poético, retórico entre outros aspectos dentro da linguagem. Nela há, predominantemente, a ideia de ser considerada como um recurso referencial da linguagem, mas é preciso salientar, também, que para Lakoff e Johnson (2002, p.93), ela não é vista apenas como “[...] um mero recurso referencial, [pois] [a metonímia] também tem a função de propiciar o entendimento”. Assim, a metonímia, como fenômeno cognitivo, tem papel preponderante para a organização do significado e na produção e interpretação dos enunciados (SEGURA, 2017).

O mundo e a linguagem, vistos por meio do olhar metonímico, pode abarcar níveis diferentes de concepção. Sobre isso Panther e Thornburg (2017), que designam as metonímias como esquemas naturais de inferência, as apresentam como associações entre conceitos, que são ativados facilmente.

Temos a seguinte metonímia SEXO FORÇADO POR ESTUPRO. O verbo entregar é compreendido como verbo transitivo que alude ao fato de “fazer chegar”, “dar”. Então, quando a vítima é obrigada a se entregar, ela, metaforicamente, é o objeto que o agressor penetrará

⁹ No original: “[...] metonymy is a ubiquitous phenomenon in ordinary language” (PANTHER; THORNBURG, 2017, p. 278).

forçosamente. Esse pensamento pode ser corroborado, pois, ao se fazer o exame de corpo de delito, dentre as falas recolhidas em testemunhos, o que se observava como veredicto para o crime sexual era a falta do hímen na vagina da vítima. Deste modo, uma outra conceptualização é evocada, a metonímica quando uma parte (vagina sem hímen) que caracterizava o todo, a mulher estuprada.

No inconsciente do agressor, nos documentos estudados, O CORPO DA VÍTIMA É OBJETO DE POSSE, uma metáfora que evoca outra: VAGINA É O OBJETO DE COBIÇA, é parte alvo do desejo e a entrega desse órgão precisa ser estabelecida a qualquer custo.

Trazer aspectos da psicanálise são cabíveis nesta tese, se compreendermos que Lacan (1998), em seus estudos, apresentava uma linguagem metafórica, metonímica e permeada de trocadilhos (BONFIM, 2014). Além disso, a significação, nos estudos lacanianos, é produzida pelas metáfora e metonímia (processo primário do inconsciente). Dessa forma, a significação retoma sempre a outra significação, seja por um acréscimo dela (metáfora), seja uma diminuição da significação (metonímia) (BONFIM, 2014).

Enfim, é preciso pontuar que metonímias perpassam os símbolos que construímos culturalmente. Barcelona (2012, p. 126 *apud* SANTANA, p.43) nos assinala que a metonímia é

[...] a projeção assimétrica de um domínio conceptual, chamado fonte, sobre outro domínio conceptual, chamado meta, situados ambos dentro do mesmo domínio conceptual funcional e conectados por uma função pragmática. O resultado da projeção é a ativação mental da meta.

Desta forma, conforme já exposto em algumas análises, há basicamente três tipos de metonímias: PARTE PELO TODO; TODO PELA PARTE e PARTE PELA PARTE (BARCELONA, 2012) Deste modo, são nossos gestos, nossas maneiras de representar e apresentar a vida através de sensações olfativas e gustativas, além das representações visuais que se configuram como metonímias (RADDEN, 2005).

Outras considerações podem e devem ser tecidas sobre a LC, a TMC e a noção de conceptualizações metafórica e metonímica, deste modo, esperamos, na seção seguinte, “representar”, para quem lê, algumas maneiras de como o estupro e o corpo feminino violentado são conceptualizados, até que cheguemos à análise das ocorrências no *corpus*.

5 O CORPO FEMININO VIOLENTADO: ALGUNS PONTOS

A mulher, ao longo do tempo, tem sido vista e designada para papéis e posturas construídos socialmente. A ela, dificilmente, a audição de sua voz foi concebida a fim de que suas vontades, desejos, sentimentos fossem expressos. Em *História da sexualidade III*, Foucault (2005 [1985]) nos chama atenção para este tipo de mulher, a que não poderia ter prazer, estava atrelada às obrigações matrimoniais por conta de toda a construção ideológica social, como se pode ver em:

Desconfiança face aos prazeres, insistência sobre os efeitos do seu abuso para o corpo e para a alma, valorização do casamento e das obrigações conjugais, desafeição com as significações espirituais atribuída ao amor pelos rapazes: existe no pensamento dos filósofos e dos médicos, no decorrer dos primeiros séculos [...] (FOUCAULT, 2005, p. 45).

Nesse sentido, a mulher pode ser vista como um corpo inserido em um contexto sócio-histórico que precisa atender às expectativas impostas pela sociedade. Em uma outra obra também de Foucault (1985), *História da Sexualidade I: A vontade de saber*, há uma discussão a respeito do sujeito ser compreendido a partir do conceito de dispositivo – como máquinas, como táticas que podem configurar corpos e almas e, também, produzir populações a fim de atender uma determinada urgência histórica: a escola, o hospital, o exército, a oficina, a prisão, a família, entre outros dispositivos.

Além disso, Foucault (1985) nos oferece elementos para pensar as sexualidades de mulheres quando pontua sobre os discursos autorizados pelos médicos, religiosos, filósofos e outros que a colocam, muitas vezes, como corpo objetificado.

A seguir, traremos um exemplo retirado de *Grey's Anatomy* (no Brasil, A Anatomia de Grey), um seriado norte-americano exibido no horário nobre da rede ABC (no Brasil é transmitido pelo *streaming* Netflix - até 2022 e, atualmente, exibida exclusivamente pelo Star+). O episódio piloto foi transmitido pela primeira vez em 27 de março de 2005 nos Estados Unidos, sendo um seriado criado pela escritora e roteirista Shonda Rhimes para abordar o universo médico e os inúmeros conflitos dentro da área da saúde, além das relações intrapessoais. Por tal razão, diversos temas são tratados e, no episódio 19 da 15ª temporada, nos deparamos com a personagem Abby, uma mulher negra (exposta na **figura 12**) vítima de estupro.

Figura 12: Mulher avaliada na cena do episódio *Silent All These Years*¹⁰ da 15ª de *Grey's Anatomy*¹¹.



Fonte: Grey's Anatomy, Netflix, 2018-2019

Quando Abby diz: “–Seu kit vai convencê-los que eu não estava flertando?” A mesma está se referindo ao exame para coletar as evidências do estupro nela. Durante o episódio, a personagem se mostra aterrorizada, após ter sido violentada por um estranho, e é amparada pelas médicas Jo Karev e Teddy Altman (personagens).

O diafragma de Abby foi rompido diante da violência sexual, necessitando de cirurgia, mas o trauma de Abby era tão grande que a presença de qualquer funcionário do sexo masculino a apavorava. Deste modo, o desfecho trazido pela série se dá através de todas as mulheres funcionárias do hospital – *Grey Sloan Memorial* – se dedicando a acompanhar a vítima no corredor e na sala de cirurgia, impedindo a presença masculina naquela circunstância.

É uma narrativa de um seriado que demonstra uma realidade para as vítimas de estupro, primeiramente porque o episódio foi, segundo a roteirista - Krista Vernoff – inspirado no caso ocorrido com Christine Blasey Ford acerca do juiz da Suprema Corte Brett Kavanaugh (GUGLIELMELLI, 2019). Deste modo, Christine Blasey Ford acusou Brett Kavanaugh, juiz indicado pelo presidente Donald Trump para uma vaga na Suprema Corte, de, em uma festa realizada no ano de 1982, ter ficado bêbado, forçando-a a se deitar em uma cama, além de apalpá-la e tentar tirar suas roupas, antes de ela conseguir escapar. Na época, ele tinha dezessete anos e ela, quinze (GUGLIELMELLI, 2019).

Este cenário, infelizmente, se repete pela dor, pelo medo, pavor e/ou culpa carregada pelas vítimas de violência sexual ao serem examinadas devido a um crime que sofreu. A fala

¹⁰ Em silêncio todos esses anos.

¹¹ Anatomia da Grey.

da Abby não garantiria perante ao júri sua dor, mas a tentativa de minimizá-la veio pelo cuidado dos profissionais para a realização do exame de corpo de delito.

O contexto histórico-sócio-cultural, dentro do recorte temporal que o *corpus* desta tese está situado, nos possibilita estabelecer um paralelo entre o caso da personagem da série e os documentos escolhidos para o *corpus*. Diferentemente da Abby, as vítimas dos dois documentos estudados, quando foram submetidas ao exame de corpo de delito, não se tem registro escrito (uma vez que por conta da época é o material que temos acesso) de diálogos ocorridos entre vítimas e peritos, lemos, apenas, seus depoimentos quando intimadas, à rogo dos escrivães da época.

As vítimas E. S. dos S e L(a) R. (violentadas sexualmente) foram avaliadas por peritos e, nos contextos explicitados nos documentos, pareciam ser prioritariamente corpos a serem *dissecados* na eminência de achar ou não o hímen feminino.

Como já mencionado outras vezes nesta tese, a honra feminina historicamente estava associada à preservação da virgindade e o desvirginamento antes do casamento era considerado um crime e proporcionava a desvalorização moral, religiosa e familiar da mulher, além de toda a família da qual era pertencente.

No *corpus* comumente encontramos itens lexicais como *ofendida*, *deflorada menor ofendida*, *desventurada*, *deflorada*, *pobre vítima*, *subjugada*, entre outras, nos dando uma prova de que o saber linguístico é projetado, conforme Chiavegatto (2009) diz, entre domínios distintos. A LC, portanto, nos dá subsídios para observar usos linguísticos que nos levam a compreender como o estupro e o corpo feminino violentado foram conceptualizados na documentação estudada.

Podemos conferir, no **figura 13**, como a vítima L(a) R. foi apresentada e como seu corpo foi compreendido pela verificação dos peritos.

Figura 13: Detalhes do corpo de L(a) R. A. na visão dos peritos

Fragmento do facsímile do fólho 3r de L(a) R. A e parte inicial do fólho 3v

....., e as testemunhas infra assina-
das, todos residentes nesta Cidade, a autoridade deferiu aos peritos o compromisso legal, de
bem e fielmente desempenharem a sua missão, declarando com verdade o que encontrarem e
descobrirem e o que em suas consciencias entenderem, e encarregou-lhes de procederem ao
exame de corpo de delito, na pessoa de.....
....., e de responderem aos quesitos seguintes:—PRIMEIRO — Se
houve defloramento. SEGUNDO — Qual o meio empregado. TERCEIRO — Se houve copula
carnal. QUARTO — Se houve violencia para fins libidinosos. QUINTO — Qual o meio empre-
gado, se força fisica, se outros meios que privasse a mulher da possibilidade de resistir e de-
fender-se. — Em consequencia passaram os peritos a fazer o exame ordenado, findo o qual de-
clararam: que examinando I....., brasileira, par-
da, de treze anos de idade, natural e residente no lugar denomina-
do CALINDÉ, neste Municipio, de serviço domestico, a qual informa
que foi estuprada, mais ou menos ha dois mezes, em sua propria re-
sidencia, por seu cunhado II....., sob promessa de casa-
mento, verificamos o seguinte: A) EXAME GERAL) - Estado geral - regu-
lar; constituição - longilínea; temperamento - exquesotimico; psychismo
normal; B) - EXAME DOS SEIOS) - Forma - globulosa; volume - medio; consis-
tencia - turgida; areola - pigmentada; mamilos - bem formados; secos a ex-
pressão. C) EXAME LOCAL) - Posição - ginacologica; monte de venus - reves-
tido de pêlos; grandes labios de coloração - cutanea; pilosos; espes-
sos; não coaptam-se bem; pequenos labios de coloração - cutanea; sime-
tricos - não; pigmentados nas bordas; excedendo os grandes; clitoris -
volumoso; de coloração cutanea; erecto; vestibulo: coloração da muco-
sa - roseo - claro; meato urinario - fenda circular; hymem de situação
normal; forma anular; consistencia - carnosa; não tem decotes congeni-
tos nem entalhes; orificio hymenal de forma anular; permeabilidade

Fragmento da edição semidiplomática do fólho 3r de L(a)R. A e parte inicial do fólho 3v

....., e as testemunhas infra assina-
10 das, todos residentes nesta Cidade, a autoridade deferiu aos peritos o compromisso legal, de
bem e fielmente desempenharem a sua missão, declarando com verdade o que encontrarem e
descobrirem e o que em suas consciencias entenderem, e encarregou-lhes de procederem ao
exame de corpo de delito, na pessoa de L(a). R. de A.
....., e de responderem aos quesitos seguintes: - PRIMEIRO — Se
15 houve defloramento. SEGUNDO - Qual o meio empregado. TERCEIRO - Se houve copula
carnal. QUARTO - Se houve violencia para fins libidinosos. QUINTO - Qual o meio empre-
gado, se força fisica, se outros meios que privasse a mulher da possibilidade de resistir e de-
fender-se. - Em consequencia passaram os peritos a fazer o exame ordenado, findo o qual de-
20 clararam: que examinado L. R. de A., brasileira, par-
da, de treze anos de idade, natural e residente no lugar denomina-
do CALINDÉ, neste Municipio, de serviço domestico, a qual informa
que foi estuprada, mais ou menos ha dois mezes, em sua propria re-
sidencia, por seu cunhado H. F., sob promessa de casa-
25 mento, verificamos o seguinte: A) EXAME GERAL) - Estado geral - regu-
lar; constituição - longilínea; temperamento - exquesotimico; psychismo
normal; B) - EXAME DOS SEIOS) - Forma - globulosa; volume - medio; consis-
tencia - turgida; areola - pigmentada; mamilos - bem formados; secos a ex-
30 pressão. C) EXAME LOCAL) - Posição - ginacologica; monte de venus - reves-
tido de pêlos; grandes labios de coloração - cutanea; pilodos; espes-
sos; não coaptam-se bem; pequenos labios de coloração - cutanea; sime-
tricos - não; pigmentados nas bordas; excedendo os randes; clitoris -
volumoso; de coloração cutanea; erecto; vestibulo: coloração da muco-
sa - roseo - claro; meato urinario - fenda circular; hymem de situação
35 normal; forma anular; consistencia - carnosa; não tem decotes congeni-
tos nem entalhes; orificio hymenal de forma anular; permeabilidade

- aos dedos; rupturas hymenaeas-quatro; sede-uma em cada quadrante hymenal; todas de bordos cicatrizados e labios evertidos, notando-se ainda a presença de carnuculas; fossa navicular-hyperhmiada; furcula-normal; caracteres psychicos-não há; exame microscopico-Prejudicado; não ha corrimento vaginal nem uretral; glandulas vulvo-vaginaes, vagina, utero e cólo, perineu e anus-normais; não ha signaes de lita nem de violencia fisica. Conclusão- A vista das rupturas apresentadas conclue-se que ~~_____~~, está estuprada, ha mais de trinta dias. RESPOSTAS AOS QUESITOS- Ao primeiro-Sim; ao segundo-O penis em ereção; ao terceiro-Sim; ao quarto-Não; ao quinto-Prejudicado. E são estas as declarações que de consciencia podemos fazer a respeito do exame ordenado. Nada mais havendo mando Delegado encerrar este auto, que rubrica e assina com os peritos testemunhas e comigo ~~_____~~ Escrivão, que da tilografei.

- 5 - aos dedos; rupturas hymenaeas - quatro; sede-uma em cada quadrante hymenal; todas de bordos cicatrizados e labios evertidos, notando-se ainda a presença de carnuculas; fossa navicular-hyperhmiada; furcula-normal ; caracteres psychicos-não há; exame microscopico-Prejudicado; não corrimento vaginal nem uretral; glandulas vulvo-vaginaes, vagina, utero e cólo, perineu e anus-normais; não há signaes de lita nem de violencia fisica. Conclusão - A vista das rupturas apresentadas conclue-se que L. R. de A., está estuprada, há mais de trinta dias. RESPOSTAS AOS QUESITOS - Ao primeiro-
- 10 - Sim; ao segundo - O penis em ereção; ao terceiro - Sim; ao quarto - Não; ao quinto - Prejudicado. E são estas as declarações que de consciencia podemos fazer a respeito do exame ordenado. Nada mais havendo mando Delegado encerrar este auto, que rubrica e assina com os peritos testemunhas e comigo E. V. dos R., Escrivão, que da-
- 15 tilografei Eu, E. V. dos

Deste modo, sobre o corpo de L(a) R., os peritos descrevem os seus seios de *consistencia turgida*¹² e com *mamilos bem formados* e, quanto a vulva da vítima, foi verificada que continham *pelos*, que os lábios vaginais não eram *simétricos*, tinham *coloração cutanea* e que havia quatro *rupturas hymenaeas* porém algumas partes estão cicatrizadas, são descritas como *bordos*¹³, comprovando que houve o estupro há mais de trinta dias.

Neste contexto, é preciso destacar que, na medicina legal da época,

[o] hímen é outro elemento da anatomia feminina abordado pelos médicos. Sua percepção é, entretanto, de caráter muito mais moral do que físico. Fisiologicamente (*sic*), ele pode até ser considerado como “um órgão inútil ou prejudicial”, na medida em que, na prática, só serve como obstáculo à primeira relação sexual feminina. Entretanto, no âmbito moral, o hímen adquire uma enorme relevância. Várias são as passagens que atestam esse fato. Em crianças nascidas sem hímen, por exemplo, os pais deveriam, de imediato, procurar um médico que atestasse documentalmente a ocorrência, para “evitar-lhes dissabores, calúnias, crimes futuros” (LUZ, 1996, p. 34).

Sendo assim, o hímen de L(a) R., comprovado pelos peritos como rompido, foi o ponto moral relevante para a legitimação do crime sexual e, conseqüentemente, que precisava de um “conserto”, uma “reparação moral”.

Assim, algumas metonímias foram compreendidas por meio da **figura 13** referentes ao processo crime de L(a) R. de A., e entendemos a metonímia ESTUPRO POR CRIME, esquema – I PARTE/TODO com base no trecho:

[...] que examinado L(a). R. de A., brasileira, par- / da, de treze anos de idade, natural e residente no lugar denomina- / do CALINDÉ, neste Municipio, de serviço domestico, a qual informa / que foi estuprada, mais ou menos ha dois mezes, em sua propria re- / sidencia, por seu cunhado H. F., sob promessa de casa- / mento [...] ¹⁴ (CrE. de L(a).R. de A., 1941, fólho 3r, linhas 20-25)

Um outro exemplo é definido quando a queixa sobre o crime foi apresentada ao Departamento de Polícia Preventiva, em 20 de novembro de 1941. Nela, o pai da vítima L. R. A:

[...] queixando-se de seu genro H. P., por ter / o mesmo estuprado sua filha menor de treze anos L(a). / R. de A., nomeio peritos para procederem a exame / medico-legal

¹² Ou túrgida (ortografia atual) – adjetivo que significa inchado(a) (LUFT, 1995, p. 657).

¹³ Lábios vaginais.

¹⁴ [...] que examinado L(a). R. de A., brasileira, parda, de treze anos de idade, natural e residente no lugar denominado CALINDÉ, neste Município, de serviço doméstico, a qual informa que foi estuprada, mais ou menos ha dois mezes, em sua própria residência, por seu cunhado H. F., sob promessa de casamento [...] (Edição Modernizada)

na ofendida, os Doutores S. de A. e / R. S. S., que prestarão o compromisso legal e pro- / cederão ao exame em presença de duas testemunhas que serão / citadas, tomando-se por termo as declarações do queixoso [...]”¹⁵ (CrE. de L(a). R., 2r, linhas 15-20)

Ao examinarmos a fala do mesmo suplicante, o pai, a respeito da filha, quando diz que H. tendo “[...] estupro sua filha de treze ano L(a). R. /de A., a qual xxxxxxxx apesar de lutar e gritar muito com H, / dele não pode livra-se, pois não há um só visinho alí perto.”¹⁶ (CrE. de L(a). R., 4r, linhas 13-15) é possível compreender que por meio da expressão linguística lutar, foi possível compreender que metaforicamente ESTUPRO É GUERRA, porque é violência sexual é uma ação não consentida e que a vítima resistiu, gritou, lutou bravamente e não foi ouvida, respeitada, constituindo uma relação bélica entre agressor e agredida. Tal compreensão pode ser alicerçada pelos esquemas – I FORÇA, CONTATO e PERTO/LONGE, acionados pelas expressões linguísticas *lutar*, *não pode livra-se* que revelam a existência de força, a aproximação e prisão, pois a vítima queria se livrar e, por conseguinte, evitar o contato físico.

No exemplo acima mencionado, também, algumas metáforas já ditas nesta tese foram evocadas, são elas: VÍTIMA DE ESTUPRO É OBJETO DE POSSE e O CORPO DA VÍTIMA É TERRITÓRIO A SER EXPLORADO, pois H, o estupro, não a respeitou, tomando-a por posse – pois L(a). R de A. não pôde se defender, ter vontade própria, sair daquele contexto e não ser violentada.

Vale salientar que as inferências que fazemos ao ler o *corpus* nos dão mais possibilidades de reconhecer metáforas e metonímias porque, como já dito anteriormente, o nosso pensamento é, também, construído através de redes de experiências. Por isso, Lima (2009, p.57) vai nos dizer que “Metáfora e metonímia são fenômenos exemplares para explorar o papel dessas redes conceituais/inferenciais no processo de recategorização, ampliando, assim, seu tratamento, de modo a explorar uma interface com a Linguística Cognitiva.”

Diante disso, pela leitura do *corpus* é possível inferir que o corpo da vítima é território, por ser explorado, invadido violentamente pelo estupro, além de ser analisado pelos peritos, os quais depois dos exames geral, dos seios e do local, descrevem os órgãos genitais e dão um veredicto para aquele contexto.

¹⁵ [...] queixando-se de seu genro H. P., por ter o mesmo estupro sua filha menor de treze anos L(a). R. de A., nomeio peritos para procederem a exame médico-legal na ofendida, os Doutores S. de A. e R. S. S., que prestarão o compromisso legal e procederão ao exame em presença de duas testemunhas que serão citadas, tomando-se por termo as declarações do queixoso [...] (Edição Modernizada)

¹⁶ “[...] estupro sua filha de treze ano L(a). R. de A., a qual apesar de lutar e gritar muito com H, dele não pôde livra-se, pois não há um só vizinho alí perto.(Edição Modernizada)

Naquela época, as mulheres desvirginadas de 15 a 18 anos poderiam sofrer muito mais com às consequências da própria violência sexual, uma vez que elas necessitavam provar perante à justiça sua honestidade e/ou seu caráter de *mulher higienizada*¹⁷. Tais características sobre a moral definiam os comportamentos vinculados à conduta feminina. Conforme já mencionado nesta tese, à mulher, caberia os espaços religioso e familiar, pois eram os contextos considerados para a preservação da honra.

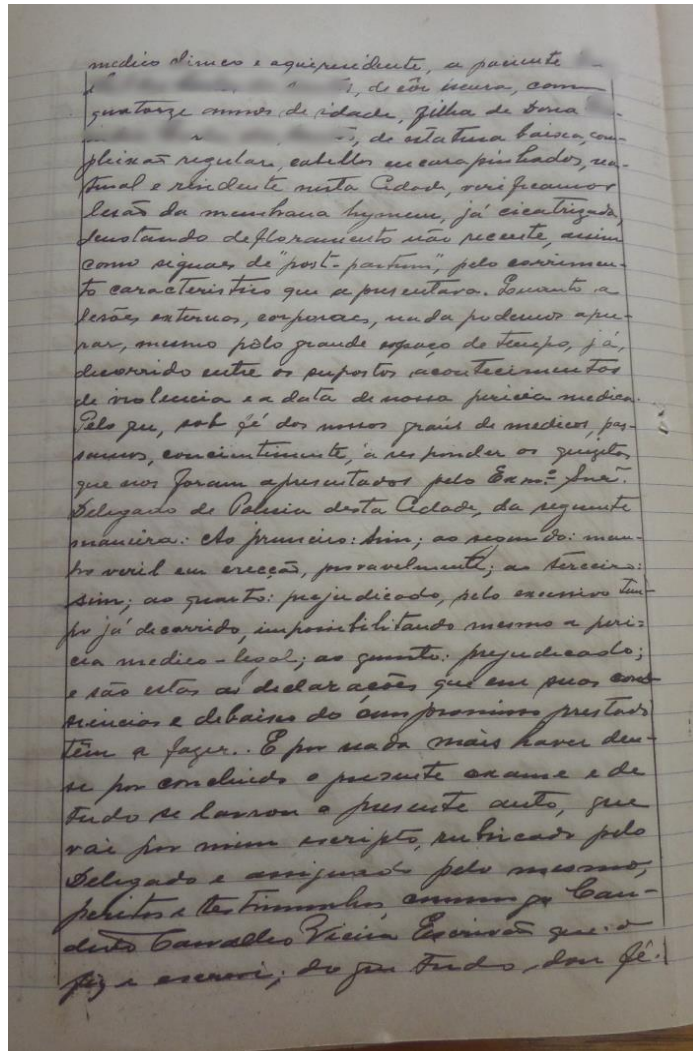
Adiante, veremos, na **figura 14** como é possível notar o mesmo contexto de himenolatria¹⁸ para o exame de corpo de delito de E. S dos S

¹⁷ A mulher que não era mais virgem antes do casamento era considerada suja, desonesta. A visão de mulher pura e limpa era dada para mulher que se casou virgem e que se mantinha nos padrões morais da época.

¹⁸ A supervalorização do hímen e da virgindade feminina na cultura brasileira (CAULFIELD, 2000).

Figura 14: Detalhes do exame de corpo de delito de E. S. dos S.

Facsimile do fólio 7r de E. S dos S



Edição semidiplomática do fólio 7v de E.S dos S

f. 7v

- medico clinico e aqui residente, a paciente E. C. dos S., de côr escura, com quatorze annos de idade, filha de Dona L. C. dos S., de estatura baixa, com plexão regular, cabellos encarapinhados, natural e residente nesta Cidade, verificamos lesão da mebrana hymem, já cicatrizada, denotando defloramento não recente, assim como siguar de "post-partum", pelo corrimento característico que a apresentava. Quanto a lesões externas, corporais, nada podemos apurar, mesmo pêlo grande espaço de tempo, já decorrido entre os supostos acontecimentos de violencia e a data de nossa pericia medica. Pelo que, sob fé dos nossos graús de medicos, passamos concientemente, a responder aos quizitos que nos foram apresentados pelo Exelentissimo Senhor Delegado de Policia desta Cidade, da seguinte maneira: Ao primeiro: sim; ao segundo: membro viril em erecção, provavelmente; ao terceiro: sim; ao quarto: prejudicado, pelo excessivo tempo já decorrido, impossibilitando mesmo a pericia medico-legal; ao quinto: prejudicado; e são estas as declarações que em suas consciencias e debaixo do compromisso prestado têm a fazer.. E por nada mais haver deuse por concluido o presente exame e de tudo se lavrou o presente auto, que vai por mim escripto, rubricado pelo Delegado e assignado pelo mesmo, peritos e testemunhas, commigo C. C. V. Escrivão que o fiz e escrevi; do que tudo, dou fé.

No caso de E. S., notamos que os peritos detectaram uma *lesão da membrana hymem já cicatrizada* o que denotava um *defloramento não recente*. Em algumas passagens, tratam o estupro acontecido há *excessivo tempo*, o que prejudicaria, segundo os peritos, mais detalhes do exame.

No crime ocorrido com E.S há uma conceptualização metonímica definida como VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, pois está descrito nas palavras do escrivão que, quando os examinadores médicos analisavam a vagina da vítima, detectaram que o crime tinha um “[...] grande espaço de tempo, já / decorrido entre os supostos acontecimentos / de **violencia** e data de nossa pericia medica¹⁹” (CrE. de E. S., 1936, fôlio 7v, linhas 13-15)

Diante da metonímia VIOLÊNCIA POR ESTUPRO, podemos, também, compreender algumas conceptualizações metafórica e metonímica, respectivamente, são elas: CORPO DA VÍTIMA DO ESTUPRO É OBJETO DE POSSE e HÍMEM VAGINAL POR HONRA. Tais análises são depreendidas da leitura do *corpus*, como já foi mencionado anteriormente, e no exemplo (4)²⁰

Além disso, a metáfora VÍTIMA É OBJETO DE POSSE, que também evoca a metáfora O CORPO DA VÍTIMA É OBJETO DE POSSE (pois, conforme dito anteriormente, o pensamento da vítima, a mente, não são objetos do estuprador), a metonímia DESHONRA POR ESTUPRO e a metáfora TER HÍMEN É TER HONRA, porque é como se a ausência do hímen provasse que houve violência sexual e, ao mesmo tempo, expusesse à vítima para a exclusão de sua honra e moral, como uma espécie de mancha na identidade do ser mulher, conceptualizações que foram aprofundadas por meio da leitura dos exames de corpo de delito das vítimas.

Sendo assim, ao conferimos o exemplo: “[...] às 9 horas da noite do mez / de Outubro, pelo Senhor C. Sapateiro o qual / usando de uma faca amedrontando-a forçou **des- / honrando-a** e em seguida disse-lhe que se des- / cobrisse seria morta.”(CrE. de E. S., 1936, f.4r, linhas 14-18)

É notório que, ao *força-la*, o agressor a *deshonra* e há, então, o acionamento d a metonímia DESONRA POR ESTUPRO, através do modelo metonímico CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA, no qual a referência à desonra (consequência) é o estupro (causa), em que o Esquema – I é FORÇA.

¹⁹ [...] grande espaço de tempo, já decorrido entre os supostos acontecimentos de violência e data de nossa pericia medica (Edição Modernizada)

²⁰ [...] estuproado sua filha de treze ano L(a). R. /de A., a qual xxxxxxx apesar de lutar e gritar muito com H, / dele não pode livra-se, pois não há um só visinho alí perto. (CrE. de L(a). R., 4r, linhas 13-15)

Diante desta discussão, lembremos da dissertação intitulada *Mulheres e doutores: discurso sobre o corpo feminino, Salvador, 1890-1930*, em que se percebe uma discussão entre medicina legal e o corpo feminino, demonstrando que os pensamentos sociais traziam o corpo feminino como inferior, como a metáfora de receptáculo e do gozo masculino, pois

[...] essa inferioridade “natural” baseava-se, principalmente, na constituição corporal interna diferenciada de homens e mulheres. Tal idéia, revestida de variadas formas, predominou até o século XIX, baseada na crença de que “... o útero feminino fosse um receptáculo vazio que recebia o sêmen masculino e que somente este trabalhava para dar origem ao novo ser humano” e de que o feto masculino adquiria alma aos quarenta dias, e o feminino, aos oitenta” (MURARO, 1992, p. 91 *apud* LUZ, 1996, p. 18-19).

No *corpus*, são evocados estes mesmos pensamentos e, é preciso compreender que as mulheres retratadas no estudo de Luz (1996, p. 80-81) são apresentadas, em sua maioria, para serem avaliadas quanto à comprovação ou não se estavam grávidas, mas a subalternização das mulheres especialmente pobres, como daquelas documentadas no *corpus* desta tese, nos traz à lume o pensamento de que, naquela época, as:

[...] mulheres que aparecem nas observações médicas são, em sua maioria, oriundas das classes populares, como provam as profissões por elas declaradas, e deviam passar por maiores privações materiais e enfrentar maiores dificuldades no período da gestação, que as mulheres pertencentes aos setores mais abastadas. As mulheres estudadas nas teses, enfim, só procuravam assistência médica quando os seus problemas extrapolavam a esfera das curas pelas parteiras, pelas ervas e pelas rezas. Segundo Rachel Soihet, uma suspeita de aborto levaria as mulheres a vivenciarem situações vexatórias, como, por exemplo, o relato de suas relações sexuais e a submissão a um exame médico constrangedor (SOIHET, 1989, p. 332).

No exame de corpo de delito, as vítimas expostas no *corpus* passaram pelo constrangimento de serem avaliadas quanto a presença do hímen ou não e, neste caso, por homens, bem como os padrões de comportamento das mesmas, como se vê na declaração de uma das testemunhas do Sumário de Estupro de E. dos S., cujas iniciais do nome são R.F.S., homem com idade de quarenta e cinco anos que disse: “[...]a offendi- / da sempre tem bom / procedimento”²¹ CrE. de E. S., 1936, fôlio 13r, linhas 10-12).

Uma outra testemunha depoente no Sumário de Estupro, designada como M. de A. B., possuía, na época, cinquenta anos, e, ao dizer, em seu depoimento que “[...] a ofendida / não lhe declarou / o motivo de haver / guardado segredo tanto / tempo” (CrE. de E. S., 1936, fôlio 13r, linhas 10-14), nos chama atenção para o olhar da sociedade da época, que considerava demasiadamente grave uma mulher não ser mais virgem antes do casamento.

²¹ [...]a ofendida sempre tem bom procedimento (Edição Modernizada)

Destacamos a hipersexualização atribuída à mulher, pois tanto L(a) R. como E. C. dos S. foram tidas como objeto sexual, como objeto para a realização dos *libidinosos instintos* dos seus estupradores. E, mais especificamente, E. C. dos Santos é, infelizmente, um exemplo da hipersexualização da mulher negra e muito jovem, pois tinha

[...] côr escura, com / quatorze annos de idade / [...] [e] cabelos encarapinhados [...] ²²
[e que] [...] o denuncia- / do lhe agarrou-lhe / empunhando uma / arma e levou para / o Salto do Bode, onde / deflorou-a e disse-lhe / que, se contasse / a alguém matal- / ia; que não gritou / socorro, porque / ficou amedron- / tada e não levou le- / vou o facto ao con- / hecimento de sua / mãe pelo mesmo / motivo; que nun- / ca saber estar gra- / vida e só veio / saber quando teve / dores, que conhe- / cia apenas de vista / o denunciado, mas / elle nunca lhe di- / rigiu pilheria algu- / ma [...] ²³” (CrE. de E. S., 1936, fôlio 7v, linhas 1,2 e 5 e fôlio 17r, linhas 9 a 33)

O que corrobora o pensamento de que:

[...] raça, gênero e geração são elementos na base da construção da sexualidade de mulheres negras e são alicerces enviesados pelo estereótipo de uma sociedade escravista e patriarcal. Essa leitura hegemônica dos signos, dos corpos e da cultura ainda persiste em discriminações atuais (CASTRO, 2010, p.18)

É preciso salientar que, no Brasil, as ideias eugênicas se delineavam como um *possível melhoramento* da sociedade, pois o embranquecimento da população, neste sentido, representaria um higienismo social (LUZ, 1996). Desse modo, “[t]anto o higienismo quanto a eugenia giravam em torno de um elemento central - o corpo. Com o conhecê-lo e classificá-lo, para, então, normatizá-lo em função da saúde da pátria” (LUZ, 1996, p.12). Embora estejamos numa seção acerca dos estudos em linguística cognitiva, destacamos que, de acordo com os estudos foucaultianos, os séculos XIX e XX foram primordiais para problematizar a sexualidade feminina, pois, neles, houve a classificação, a normatização dos prazeres sexuais, todos com a intenção de disciplinar a sexualidade, sobretudo, feminina. (FOUCAULT, 1992).

Deste modo, olhar a forma com que as vítimas são delineadas no *corpus* desta tese, de acordo com a leitura da época, nos influi na assertiva de que a moral, a constituição fenotípica descrita pelos escrivães dos documentos e a composição anatômica dos corpos também defendidas pelas pessoas que envolvidas nos processos criminais estudados são elementos construídos por meio de metáforas e de metonímias que se apresentam no *corpus* através dos discursos dos peritos e da própria justiça da época. Com isso, entendemos que os discursos médicos eram pautados na caracterização do corpo feminino objetificado predominante na

²² [...] cor escura, com quatorze annos de idade [...] [e] cabelos encarapinhados [...] (Edição Modernizada)

²³ [...] o denunciado lhe agarrou-lhe, empunhando uma arma e levou para o Salto do Bode, onde deflorou-a e disse-lhe que, se contasse a alguém iria matá-la; que não gritou socorro, porque ficou amedrontada e não levou o fato ao conhecimento de sua mãe pelo mesmo motivo; que nunca sabia estar grávida e só veio saber quando teve dores, que o conhecia apenas de vista, mas ele nunca lhe dirigiu pilheria alguma [...] (Edição Modernizada)

construção de identidades socio-linguístico-sexuais de mulheres, colocadas, por exemplo, como prontas para reproduzir e saciar os prazeres dos homens ao longo do tempo (LUZ, 1996).

Finalizemos esta seção com a composição *A carne*, interpretada por Elza Soares que nos ensina a “[b]rigar sutilmente por respeito / brigar bravamente por respeito / brigar por justiça e por respeito (pode acreditar) / de algum antepassado da cor / brigar, brigar, brigar, brigar [...] (JORGE; YUKA; CAPPELETTE. 1998, pelo contexto que a música traz por meio denúncias cantadas na letra. *A carne* é a representação da desvalorização do negro no mercado de trabalho, designado para estarem nos cárceres, na marginalização e, Elza Soares, mulher negra, marcada pela quebra de paradigma, resistente em todas as áreas da vida e do trabalho nos auxilia a elucidar a importância da escolha e estudo deste *corpus*, por tecermos discussões à luz de teorias e defender que a mulher, sobretudo negra, precisa *brigar bravamente por respeito* e ter pesquisa que verbalizem, comuniquem tal luta.

Apresentadas algumas reflexões teóricas pautadas em exemplos dos documentos e além deles, a seguir, serão expostos os procedimentos metodológicos adotados para proceder ao estudo desse *corpus*.

5.1 PROCEDIMENTO DE CONSTITUIÇÃO E TRATAMENTO DO *CORPUS*

Quem pesquisa precisa explicitar cada passo, cada escolha que tomou, qual/quais teoria(s) adotou, tudo de maneira detalhada. Sem ter a pretensão de termos escolhido a melhor metodologia, pontuaremos aqui os procedimentos metodológicos que compreendemos como mais adequados uma abordagem qualitativa, pois esta pesquisa tem o teor descritivo, explicativo e documental. É importante dizer que a abordagem qualitativa implica a quem pesquisa compreender, interpretar quais sentidos, significações e processos os quais as pessoas estabelecem suas falas, ações, comportamentos, ou seja, os significados, além de descrever aquilo que elas significaram (BOGDAN; BIKLEN apud PIMENTEL, et al., 2009a).

Os números, a quantificação são indicadores importantes, mas, nesta tese, a complexidade e as particularidades dos envolvidos nos crimes, de toda formação social, ideológica, linguística, cultural precisam ser analisadas de tal maneira que expor os resultados sobre as conceptualizações do estupro e do corpo feminino violentado através do *corpus* se torne o menos generalista possível e mais singular. Necessário se faz ponderar que nesta tese seguimos algumas etapas, a saber:

Etapa 1 – Por meio Filologia, dos caminhos que podem ser percorridos por ela, trouxemos a função desta disciplina tão adequada no que se refere, principalmente, ao

tratamento científico em documentos manuscritos. Escolhemos os dois crimes sexuais para primeiro fazermos a edição fac-similada (que ficou apenas para consulta das orientadoras e pesquisadora, a fim de preservar a identidades da vítima, conforme já foi justificado nesta tese). Em seguida, realizarmos a edição semidiplomática. Destacamos que, nesta etapa, compreendemos o aporte filológico como o ideal para a salvaguarda dos textos, além da conservação do suporte em que os documentos estão escritos, que, neste caso, é o papel almaço (em ambos os documentos), bem como propicia o acesso aos textos, que, decerto, são dados sócio-histórico-linguísticos, político-ideológicos e culturais que constituem a história de um povo e/ ou um grupo de povos e que podem ficar disponíveis em outros suportes (papel A4 desta tese impressa e nos meios digitais).

Etapa 2 – Foram realizadas a leitura, compreensão e exame dos conteúdos dos documentos através das edições semidiplomáticas. Assim, o conhecimento de como ocorreram os crimes (vítimas, acusados, lugares, instâncias judiciais, locais do crime, familiares, contextos) foram delimitados por meio dos depoimentos da vítima, testemunhas e acusado, exames de corpo de delito e outros gêneros textuais que compuseram cada crime sexual.

Etapa 3 – As edições semidiplomáticas realizadas nos documentos foram essenciais para a concretização do estudo à luz da L.C, porque, com base nelas, selecionamos e examinamos os dados reconhecidos através da leitura constante dos documentos e, então, coletamos as expressões linguísticas que fazem parte do vocabulário utilizado nos processos crimes estudados. Além disso, identificamos as metáforas e metonímias conceptuais, bem como analisamos metáforas/metonímias (expressões metafóricas e metonímicas) existentes no *corpus*; pesquisamos, no *corpus*, as ocorrências de metáforas e metonímias conceptuais identificadas através das expressões linguísticas; apresentamos, para cada unidade lexical/conceito, o significado contextual; descrevemos os dados. Ressaltamos, também, que seguimos outros passos para o estudo por meio LC, seguindo os critérios de Almeida (2016) com algumas adaptações:

- 1) numeramos os exemplos em ordem crescente e em algarismo arábico;
- 2) colocamos em negrito as partes dos exemplos que documentam expressões linguísticas;
- 3) entre parênteses, inserimos as abreviaturas CrE de E.S ou CrE de L(a).R., a depender do documento que encontramos o dado, seguida de uma vírgula, colocamos o número do fólio em que está situado o dado e, por fim, a(s) linha(s) demarcada(s) naquele mesmo

fólio. Conservamos a ortografia daquela época nos exemplos trazidos, além de que mantivemos a pontuação e a acentuação circunscritas no *corpus*.

4) As metáforas e metonímias conceptuais aparecem na análise sempre em CAIXA ALTA;

5) Nos casos em que os dados perpassam duas linhas ou mais, sinalizamos com uma barra e, para casos em que há mudança de parágrafo, utilizamos duas barras.

Exemplo: [...] o Senhor C., Sapateiro, o qual usando / de uma faca para amedronta-la, forçou-a / **deflorando-a**, e em seguida dizendo-lhe que (CrE de E.S, fólio 3r, linhas 14-16).

Utilizando o modelo de Santana (2019) com adaptações, fizemos, após leitura na íntegra do *corpus*, uma compilação das formas de conceptualização do estupro e do corpo feminino violentado identificadas nos documentos, bem como identificamos os *frames* e esquemas-I através das expressões linguísticas destacadas. Depois desta detecção, agrupamos os contextos dos processos crimes por domínios da experiência, para enfim, discutir os dados.

Sendo assim, com o objetivo de expor os resultados do estudo das conceptualizações do estupro e do corpo feminino violentado no *corpus*, seguimos esta ordem: a exposição do contexto em que está o dado para análise; a possibilidade de leitura interpretativa do dado em análise, levando em consideração os aspectos sócio-históricos, culturais e ideológicos que atravessam o *corpus*; as conceptualizações encontradas, os mecanismos utilizados no *corpus*, partindo do MCI de que sexo, antes do casamento, é crime.

Exposto o percurso metodológico, na sequência, serão aduzidos os resultados alcançados com o estudo do *corpus*.

6 CONCEPTUALIZAÇÕES NO *CORPUS*

Diante do caminhar metodológico antes mencionado e, através da leitura e adaptações do modelo de análise trazido por Moreira (2015) e por Araújo (2021), elencamos metáforas e metonímias em quadros-sínteses identificadas no *corpus*, seguidos de análises e explicações para cada um deles.

6.1 CONCEPTUALIZAÇÕES DE CRIME SEXUAIS

Compreendemos que, no *corpus*, ESTUPRO é apresentado como parte do conceito global de VIOLÊNCIA SEXUAL, ato sexual forçado através de violência física, como parte do conceito de CRIME nas épocas em que os documentos foram lavrados.

A violência sexual, nos documentos estudados, apareceu também como DEFLORAMENTO (previsto pela lei como outra espécie de crime). Neste último caso, temos a metáfora ESTUPRO É PERDA DA FLOR, que se atrela ao domínio FLORA, como podemos ver em “[...] verificamos / lesão da membrana hymem, já cicatrizada, / denotando **defloramento** não recente [...] (CrE de E. S. 1936, f.7v, linhas 6-8)

Assim

[u]ma mulher vitimada pelo estupro não é só alguém manchada na honra, como pensavam os legisladores do início do século 20 [...], mas alguém temporariamente alienada da existência. Honra, dignidade, autonomia são ignoradas pelo estuprador, é verdade. Mas o estupro vai além: é um ato violento de demarcação do patriarcado nas entranhas das mulheres. É real e simbólico. Age em cada mulher vitimada, mas em todas as mulheres submetidas ao regime de dominação. (DINIZ, 2013)

Dessa forma, ao se conceptualizar os crimes sexuais, duas metonímias foram instanciadas no *corpus*, são elas VIOLÊNCIA POR ESTUPRO e CRIME POR ESTUPRO. Sendo assim, no **quadro 6**, explanamos melhor as conceptualizações compreendidas.

Quadro 5: Síntese das Conceptualizações dos crimes sexuais

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do <i>Frame</i>	Análise
Estupro	<p>Documento - CrE de E. S. (1936) [...] o denunciado, arma / do de uma faca, forçou a menor de 14 / annos {E.} {C.} dos{S.}, a en- / tregar-se a ele (fólio. 2r, linhas 23-26)</p>	<p>Metafórico</p> <p>CORPO DA MULHER ESTUPRADA É OBJETO</p>	FORÇA	Entregar-se	A expressão nos permite compreender que a vítima é estuprada, violentada, forçada pelo estuprador, o que leva-nos a compreender o Esquema I - FORÇA
Estupro	<p>Documento - CrE de E. S. (1936) [...] o denunciado / quem a estuprou,/ quando passou pela / travessa da rua Se- / nhor dos Passos [...] (f.18r, linhas 28-32)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942) [...]L. R. de / A. queixando-se de seu genro H. P., por ter/ o mesmo estuprado sua filha menor de treze anos L. / R. de A., nomeio peritos para procederem a exame / medico-legal na ofendida [...] (f.2r, linhas 14-18)</p> <p>[...] queixar-se de seu genro H. F., por ter o mesmo, na ausência / dele respondente, estuprado sua filha de treze ano L. R. / de A., a qual xxxxxxxx apesar de lutar e gritar muito com H,/ dele não poude livra-se, pois não há um só visinho alí perto. [...] (fólio 4r, linhas 12-15)</p>	<p>Metonímico</p> <p>CRIME POR ESTUPRO</p> <p>Metafórico</p> <p>CORPO DA MULHER ESTUPRADA É RECIPIENTE</p>	PARTE-TODO	Estuprou Estuprado Do estupro Do seu estupro	Observamos que o estupro é compreendido como crime, mas há uma especificação do tipo de crime que é apresentada por meio das expressões “do estupro” e “do seu estupro”. Essa compreensão está ancorada pela

	<p>[...] P - se foi ele respondente o autor do estupro da menor L. / R. de A., sua cunhada? R - que nada deve a menor L. R. / de A., pois nunca teve relações sexuaes com esta menor; que tem a ale- / gar que L. R. de A., viaja sempre para a Vila de Santa Bar- / bara, afim vender ali carne de porco, e deixa sosinha em casa a menor L. [...] (f.9r, linhas 9-13)</p> <p>[...] ele respondente sabe por ouvir dizer que a menor L(a). R. de / A. acusa a H. F. da S. de autor do seu estupro. P- / se ele respondente já ouviu alguém detratar da honra de L(a). R. / de A.? R: - que nunca ouviu. P - se tem alguma cousa a dizer do / procedimento da menor L(a). R. de A. é regular. P - se sabe ter L(a). / fugido de casa de seus parentes para vir para esta xxxxxxx Cidade [...] (f.17r, linhas 21-26)</p> <p>[...] Ouvidas cin- / co testemunhas, todas sabem por ouvir dizer que foi H. F. DA / S., o autor do estupro da menor L(a). R. de A. [...] (f.19r, linhas 24-26)</p> <p>Não foi possível, embora os esforços des- / pendidos, trazer aos autos a prova de idade da / offendida; que não foi registrada civilmente (folhas 4) // Assim, para um estupro presumido, fa- / lharia essa prova, como tambem para o / crime de seducção, ainda os elementos co- / lhidos não alicerçariam uma acusação / nesse sentido, em face da lei penal actual.(f. 21r, linhas 31-34 e f.21v, linhas 1-4)</p>				<p>metonímia PARTE PELO TODO, se pensarmos que o crime de estupro é um tipo de crime que se vincula a metonímia CRIME POR ESTUPRO, do tipo TODO PELA PARTE. A conceptualização é feita pelo esquema-I PARTE/TODO, pois o estupro, também, é parte do todo crime. Além disso, é sob o corpo da vítima que o crime recai e, nesse caso, um autor a violenta, fazendo do corpo da vítima receptáculo da sua brutalidade, da sua visão de posse, do seu crime.</p>
--	--	--	--	--	--

Estupro	<p style="text-align: center;">Documento – CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] a qual informa / que foi estuprada, mais / ou menos ha dois mezes, em sua propria re- / sidencia, por seu cunhado H. F., sob / promessa de casa- / mento [...] (fólio3r, linhas 22-25)</p> <p>[...] tendo a menor declarado que / havia sido estuprada por H. F., marido de sua irmã e cunhado / dela L [...] (fólio 7r, linhas 21-23)</p>	Metonímico	PARTE-TODO	Estuprada	<p>As vítimas de estupro - E. S. e L(a). R.- são alvo do crime, sofrem a seus corpos sofrem a consequência do ato criminoso. Sendo assim, as vítimas já não são identificadas pelo nome e, sim qualificadas, como estupradas, o que deixa em evidência o Esquema I – PARTE-TODO.</p>
---------	--	------------	------------	-----------	--

6.2 CONCEPTUALIZAÇÕES DO CORPO FEMININO VIOLENTADO NO *CORPUS*

Dentro da narrativa dos crimes estudados, verificamos que, nas conceptualizações dos crimes sexuais, o corpo feminino é lido como objeto, posse, o que traz, nesse contexto, o caráter opressor e hegemônico do poder masculino nas relações sociais, bem como o caráter de subalternidade feminina, um processo que tem por base a hierarquia de gênero, a invisibilização das violências sofridas pelas mulheres e seus corpos.

6.2.1 Domínio JUSTIÇA

Comumente, atrelamos o conceito de justiça com o do Direito e, pela consciência social são vistos, muitas vezes, como iguais (FILHO, 2002). Nesse sentido, o que é justo passa pelo crivo dos princípios morais e, por isso, o que tido por justo é atravessado por valores culturais, sociais, ideológicos, históricos, entre outros.

Cavaliere Filho (2002, p. 58) nos chama atenção que:

[...] a idéia de Justiça engloba valores inerentes ao ser humano, transcendentais, tais como a liberdade, igualdade, fraternidade, dignidade, equidade, honestidade, moralidade, segurança, enfim, tudo aquilo que vem sendo chamado de direito natural desde a antigüidade. O Direito, por seu turno, é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural concebido como técnica para a pacificação social e a realização da justiça. Em suma, enquanto a Justiça é um sistema aberto de valores, em constante mutação, o Direito é um conjunto de princípios e regras destinado a realizá-la. E nem sempre o Direito alcança esse desiderato, quer por não ter acompanhado as transformações sociais, quer pela incapacidade daqueles que o conceberam, e quer, ainda, por falta de disposição política para implementá-lo, tornando-se por isso um direito injusto.

Nesse sentido, ao observar Domínio JUSTIÇA, no contexto do *corpus*, vemos que o mesmo se atrela aos frames: estupro, crime de sedução, fatos criminosos e prisão. Tal olhar é reforçado, pois há, no *corpus*, a compreensão do CRIME POR ESTUPRO que instancia outros conceitos. Destacamos, também, que tal domínio não se dissocia dos domínios POSSE, MORALIDADE e VIOLÊNCIA, que são discutidos mais à frente.

É preciso dizer que os crimes de estupro, defloramento e de sedução trazem em seu bojo a concepção de honestidade e desonestidade somente para a mulher, ou seja, o fato de ser virgem confere a mesma, na época de produção dos textos estudados nesta tese, o título de *mulher honesta* e o fato de perder a virgindade antes do casamento (forçosamente ou não) a

desqualifica como *mulher desonesta* e não há nenhuma referência para o homem, o que transgredir o mandamento constitucional da isonomia (PIAZZETA, 2001).

No domínio JUSTIÇA, então, a mulher é a vítima, alvo de violências, que sofre desqualificação moral por conta de um crime.

Preferimos alocar, através de quadro-síntese, os contextos do *corpus*, o tipo de mapeamento, os esquemas-I e as expressões da linguagem acionadas no frame e análise traçados neste domínio.

Quadro 6: Síntese do domínio JUSTIÇA

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do <i>Frame</i>	Análise
Fatos criminosos	Documento - CrE de E. S. (1936) o denunciado é apon- / tado como autor de / iguaes factos criminosos / e dentre outros o da / menor C. / empregada do Coronel J. (fólio 15 v, linhas 17-23)	Metonímico FATOS CRIMINOSOS POR ESTUPRO	PARTE-TODO	Factos criminosos	Estupro é um fato, é um crime cometido contra as vítimas (neste caso E. S e C.) A metonímia funciona como um mecanismo gerador de eufemismo. Assim, fatos criminosos é compreendido no Esquema – I PARTE-TODO, por ser considerado uma parte do crime estupro e, não ele propriamente dito.
Crime	Documento - CrE de E. S. (1936) [...] nesta Cidade, / cerca de 21 horas, o denunciado, arma- / do de uma faca, forçou a menor de 14 / annos {E.} {C.} dos{S.}, a en- / tregar-se a elle e conseguindo o seu inten- / to desvirginou a referida menor, promet- / tendo matal-a,	Metonímico CRIME POR ESTUPRO	PARTE-TODO	Crime	O crime referido é o estupro, sendo que o crime é o todo e o estupro é a parte. Definição do estupro

	caso descobrisse o seu crime . (CrE E. C. dos S., f.2r, linhas 23-29)				(ver no item anterior – Factos criminosos)
Crime de sedução	<p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>Não foi possível, embora os esforços des- / pendidos, trazer aos autos a prova de idade da / offendida; que não foi registrada civilmente (folhas 4) // Assim, para um estupro presumido, fa- / lharia essa prova, como também para o / crime de sedução, ainda os elementos co- / lhidos não alicerçariam uma acusação / nesse sentido, em face da lei penal actual.(f. 21r, linhas 31-34 e f.21v, linhas 1-4)</p>	<p>Metonímico</p> <p>CRIME DE SEDUÇÃO POR ESTUPRO</p>	TODO - PARTE	Crime de sedução	<p>O crime de sedução reforça a ideia de desigualdade de gênero, pois “[...] [s]eduzir, em sentido léxico, é desviar da disciplina ou moral sexual” (PIAZZETA, 2001, p. 151). Tal vocábulo entrou no Código Penal de 1940 para substituir o nome <i>defloramento</i>, que era utilizado pelo Estatuto de 1890, mas fica mantida a ideia de ambos que o crime ocorre quando há perda da virgindade antes do casamento. Deste modo, o crime de sedução é uma parte de crime, assim como o crime de estupro é uma parte de crime, o que justifica o Esquema - I TODO-PARTE</p>
Prisão	<p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] queixar-se de seu genro H. F., por ter o mesmo, na ausência / dele respondente, estuproado sua filha de treze ano L. R. / de A., a qual xxxxxxxx apesar de lutar e gritar muito com H./ dele não pode livra-se, pois não há um só visinho alí perto. [...] (CrE L(a) R. de A., f.4r, linhas 12-15)</p>	<p>Metafórico</p> <p>ESTUPRO É PRISÃO</p>	PARTE-TODO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO ESCALA	Não pode livrar-se	<p>A estuproador exerce força e prende a vítima. A vítima tenta livrar-se, o que aciona o Domínio JUSTIÇA e a conceptualização que</p>

					<p>a vítima é presa, dominada, violada e que tenta sair, manter distância, livrar-se do criminoso. Deste modo, os esquemas PARTE-TODO e FORÇA-CONTATO são acionados à medida que se entende que o estupro é prisão e a vítima é forçada. Os esquemas PERTO-LONGE, PROCESSO, ESCALA fica instanciado à medida que compreendemos que a vítima tenta livrar-se da prisão, sair, porém não consegue se livrar da prisão.</p>
--	--	--	--	--	--

6.2.2 Domínio MORALIDADE

Uma vez que falamos de moralidade no tópico e como este domínio está diretamente ligado à virgindade, a uma *ofensa*, uma *desonra* para a o corpo feminino violentado.

Ao observarmos o trecho - “o denunciado é apon- / tado como autor de / iguaes factos criminosos / e dentre outros o da / menor C. / empregada do Coronel J. (CrE de E. S., fólio 15 v, linhas 17-23, 1936) – que já foi citado na tabela anterior, é possível notar a expressão linguística *autor de iguaes factos criminosos*, que vincula o denunciado ao ato de desmoralizar, através do estupro, não só E. S., mas outra vítima (C. que é empregada do Coronel J.) o que será analisado levando-se em conta o Esquema-I LIGAÇÃO. Esquema este que irá se repetir em outros contextos trazidos neste domínio.

Dentro desse escopo, há uma projeção metonímica *PARTE-TODO*, uma vez que o ESTUPRO/DEFLORAMENTO atinge um corpo completo, o CORPO FEMININO que, com agressividade, violência física, desrespeito atinge à moral, a imagem de “desonra”, “desventura” e desqualificação conferida à vítima. Deste modo, ESTUPRO é parte do todo VIOLÊNCIA SEXUAL e CÓPULA CARNAL acionado pelas expressões linguísticas *não poder livra-se*²⁴ do agressor, mesmo com *esforços despendidos* o que configura o esquema I- de FORÇA que estão dentro dos domínios MORALIDADE, VIOLÊNCIA e SEXO.

²⁴ [...] queixar-se de seu genro H. F., por ter o mesmo, na ausência / dele respondente, estupro sua filha de treze ano L. R. / de A., a qual xxxxxxx apezar de lutar e gritar muito com H./ dele **não pode livra-se**, pois não há um só visinho alí perto. [...] (CrE L(a). R. de A., f.4r, linhas 12-15)

Quadro 7: Síntese do domínio MORALIDADE

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do <i>Frame</i>	Análise
Desonra	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>usando de uma faca amedrontando-a forçou des- / honrando-a e em seguida disse-lhe que se des- / cobrisse seria morta. (fólio 4r, linhas 16-18)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>se conhece L. R. de A., quantos anos pode ter a mesma e / se já ouviu detratar de sua honra? R - que conhece de poucos dias, calcula / ter a mesma, uns quinze anos e nun[c]a ouviu detratar da honra da mesma. P - / se sabe o paradeiro de H. F. R - que não sabe, pois nem o conhe- / ce. P - se é verdade que a menor L. R. de A. [...] (fólio 7r, linhas 26-30)</p> <p>P - / se ele respondente já ouviu alguém detratar da honra de L(a).? R – que / S. de tal, residente neste Municipio, viu L(a). entrar para a ven- / da de F. de tal, já á noite, para dormir com ele, e aí com ele passou (fólio 9r, linhas 32-35)</p> <p>[...] P - se já ouviu alguém detra- / tar da honra da menor L(a). R. de A.?R - que não. Nada mais / havendo mandou o Delegado encerrar este auto, que assina, com o interroga- / do e comigo E. V. dos R., escrevão, que datilografei. (fólio 15r, linhas 24-27)</p> <p>A. acusa a H. F. da S. de autor do seu estupro. P- / se ele respondente já ouviu alguém detratar da honra de L(a). R. / de A.? R: - que nunca ouviu. P - se tem</p>	<p>Metonímico</p> <p>CONSEQUÊNCIA</p> <p>PELA CAUSA</p> <p>(DESONRA POR</p> <p>ESTUPRO /</p> <p>DESMORALIZAÇÃO</p> <p>POR ESTUPRO</p>	<p>LIGAÇÃO</p> <p>FORÇA</p> <p>CIMA-</p> <p>BAIXO</p>	<p>Deshonrando</p> <p>Detratar de sua honra</p> <p>Detratar da honra</p> <p>Detratar da honra da menor</p>	<p>A vítima, ao ser estuprada, fica socialmente em desonra, perde o valor moral na sociedade. Assim, quando sua a vítima é “detratada em sua honra” é diminuída na visão social. É preciso levar em consideração que, no caso, a vítima foi forçada à deshonra, o que nos lembra do esquema – I FORÇA, além disso, quando sua honra é detratada, acionamos o esquema – I CIMA-BAIXO, pois socialmente à vítima é desmoralizada, minimizada após não ser mais virgem antes do casamento.</p>

	alguma cousa a dizer do / procedimento da menor L(a). R. de A. é regular. [...] (fólio 17r, linhas 22-25)				
Ofensa	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>[...] falhas, que frequentan-/do a casa da offendi- / da, nunca notou / falta alguma do seu / proceder e nem, / tão sabe tivesse algum namorado [...] (fólio 11v, linhas 20-26)</p> <p>a saber de facto e a / offendida lhe disse/ que ao passar na / travessa que vai ter / ao Salto do Bode, o / denunciado cha- / mou-a e armado / de uma faca subju- / gou-a; disvirginan- / do-a; [...] (fólio 13r, linhas 1-10)</p> <p>[...] que a offendida / não lhe declarou / o motivo de haver / guardado segredo tanto / tempo; [...] (fólio 13r, linhas 10-15)</p> <p>[...] que a offendi- / da sempre teve bom / procedimento e nun- / ca se fallou dela / com ninguém, sen- / do uma surpresa / tornar-se grávida / e dar a luz; [...] (fólio 14v, linhas 10-17)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] nomeio peritos para procederem a exame / medico-legal na offendida [...] (fólio 2r, linhas 17-18)</p> <p>[...] que prestarão o compromisso legal e pro- / cederão ao exame em presença de duas testemunhas que serão / citadas, tomando-se por termo as declarações do queixoso, ou- / vindo-se em auto de perguntas a offendida, seguindo-se as de- / mais diligencias. (fólio 2r, linhas 19-23)</p>	Metonímico	FORÇA	Offendida Ofendida Menor ofendida	<p>Entendendo que a vítima estuprada é a ofendida. Mas é importante perceber que a expressão linguística <i>ofendida</i> não se pauta apenas na área jurídica e, sim, na concepção de desonra feminina. Em outras palavras, a culpa era projetada na vítima como decorrente desta violência. Se tal violência não fosse denunciada, impediria que as vítimas se casassem, por não ser mais virgem. Além disso, cita-se que tal ofensa atingiria a vítima, e, também, a todas as mulheres (da casa) pertencentes às famílias das vítimas.</p> <p>Nos contextos, a vítima é subjugada, forçada sexualmente. É preciso destacar, também, o fato do estupro (CAUSA)</p>

	<p>[...] ouvindo e tomando / por termo as declarações, da / ofendida e do queixoso, res- / petivamente. (fólio 2v, linhas 16-19)</p> <p>encerrar este auto, que assina, fazendo a rogo da menor ofendida e in- / terrogada [...] (fólio 6r, linhas 2-3)</p> <p>O Escrivão, intime as testemunhas apresen- / tadas pela ofendida para serem ouvidas / nesta Delegacia, no dia vinte cinco as dez / horas com a presença do acusado. (fólio 6r, linhas 21-24)</p> <p>Certifico e dou fé que / intimei as testemu- / nhas apresentadas pe- / la ofendida [...] (fólio 6v, linhas 2-5)</p> <p>Submetida a exame medico-legal n²⁵a menor ofendida, ficou, pelo mes- / mo, constatado o desvirginamento, folhas 3 e V, deste inquerito. (fólio 19r, linhas 17-18)</p> <p>Não foi possível, embora os esforços des- / pendidos, trazer aos autos a prova de idade da / ofendida; que não foi registrada civilmente (folhas 4) (fólio 21r, linhas 31-33)</p> <p>[...] deixava a desejar a attitudo reprovavel da offen- / dida, após o seu alegado desvirginamento, fu- / gindo da casa de seus paes [...] (fólio 21v, linhas 7-9)</p> <p>em que a ofendida é nimiamente pobre, solicito que Vossa Exelencia se / digne de certificar ao pe deste,</p>			<p>levar a vítima à condição de ofendida (CONSEQUÊNCIA).</p>
--	---	--	--	--

²⁵ Risco vertical no n

	qual e teôr de assentamento do baptismo (fólio 23r, linhas 14-15)				
Hímen	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>[...] residente nesta Cidade, verificamos / lesão da mebrana hymem, já cicatrizada, / denotando defloramento não recente [...] (fólio 7v, linhas 6-8)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] hymem de situação / normal; forma anular; consistencia-carnosa; não tem decotes congeni- / tos nem entalhes; orificio hymenal de forma anular; permeabilidade //</p> <p>- aos dedos; rupturas hymenaes - quatro; sede-uma em cada quadrante / hymenal; todas de bordos cicatrizados e labios evertidos, notando- / as ainda a presença de carnuculas;[...] (fólio 3r, linhas 33-35 e fólio 3v, linhas 1-3)</p>	Metonímico HÍMEM POR HONRA LESÃO DA MEMBRANA POR ESTUPRO	PARTE - TODO	Membrana hymem Orificio hymenal Rupturas hymenaes Quadrante hymenal	A perda do hímen, antes do casamento, mesmo de maneira forçada, indicava para a mulher uma condição moral de inferioridade. Deste modo, o Esquema – I PARTE-TODO é acionado quando compreendemos que a falta do hímen ou ruptura desta membrana (parte) configuraria como perda da honra (todo) e, também, como o estupro (todo).

6.2.3 Domínio VIOLÊNCIA

O conceito de violência é muito amplo e, a depender do interesse e nível de discussão, diferentes aspectos são envolvidos. Michaud (1989) etimologicamente define violência como:

[...] [aquela que] vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou bravio, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir. Tais termos devem ser referidos a *vis*, que quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. Mais profundamente a palavra *vis* significa a força em ação, o recurso de um corpo para exercer sua força e, portanto a potência, o valor, a força vital. (MICHAUD, 1989, p.8, grifos do autor)

Destarte, a violência abrange aspectos físicos, psicológicos, morais, entre outros fatores que evocam os papéis de quem agride e da vítima. Nesta tese, o domínio VIOLÊNCIA está imbricado no conceito de violência sexual, em que o agressor acaba por violentar a mulher. A materialização da violência está presente no *corpus* através dos itens lexicais *violência* e *violência carnal*, bem como outras expressões linguísticas como *autor do seu estupro*²⁶.

A seguir apresentamos o quadro-síntese com as análises feitas sobre o domínio VIOLÊNCIA.

²⁶ Esta expressão se atrela a subseção **6.2.4 domínio POSSE**

Quadro 8: Síntese do domínio VIOLÊNCIA

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do <i>Frame</i>	Análise
Corpo de delito	<p>Documento - CrE de E. S. (1936) [...] e de responderem aos quesitos seguintes: - PRIMEIRO – Se / houve defloramento. SEGUNDO - Qual o meio empregado. TERCEIRO - Se houve copula / carnal. QUARTO - Se houve violencia para fins libidinosos. (CrE L(a). R. de A., f.3r, linhas 15-17)</p> <p>[...] de procederem o exame de violencia car- / nal na pessoa da menor E. C. / dos S. e de responderem aos quizitos [...] (fólio 17r, linhas 18-20)</p>	<p>Metonímico</p> <p>TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO)</p> <p>PARTE PELO TODO (VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO)</p>	<p>PARTE/TODO FORÇA ORIGEM/PERCURSO/META</p>	<p>Violencia para fins libidinosos</p> <p>Violencia carnal na pessoa da menor E. C. dos S.</p>	<p>O estupro é conceptualizado por violência para fins libidinosos, ou seja, em busca do prazer sexual, o estuprador usa de força e desrespeito para com a vítima. Desta forma, os esquemas I – PARTE-TODO, FORÇA, ORIGEM-PERCURSO-META são acionados à medida que compreendemos que violência é uma parte que representa o todo (crime de estupro) e, para a realização deste crime, foi impetrada a força do estuprador sobre a vítima, bem como ele atingiu o seu objetivo, a sua meta, que era estuprar a vítima.</p>

					No segundo exemplo vemos que a violência carnal (parte) e o estupro (todo). É preciso destacar que, no esquema – I ORIGEM-PERCURSO-META, notamos que o estupro é violência carnal em o estuprador compele (percurso) o corpo da menor E. C. dos S. (meta alcançada).
Ameaça	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>[...] nesta Cidade, / cerca de 21 horas, o denunciado, armado de uma faca, forçou a menor de 14 / annos {E.} {C.} dos{S.}, a en- / tregar-se a elle e conseguindo o seu inten- / to desvirginou a referida menor, promet- / tendo matal-a, caso descobrisse o seu crime. (f.2r, linhas 23-29)</p>	Metonímico TODO PELO PARTE (CRIME POR ESTUPRO)	PARTE/TODO FORÇA ORIGEM/PERCURSO/META	Forçou a menor	O acusado força a vítima à situação de violência sexual, o que nos leva a compreender o como o Esquema – I FORÇA é empregado. Ao ameaça-la de morte, caso alguém descobrisse o crime, ou seja, há uma violência psicológica exercida sobre a vítima, percebemos também o emprego do esquema-I – ORIGEM-PERCUSO-META uma vez que o objetivo (estuprar a vítima) é atingido

					após empregar as várias violências.
Subjugar	Documento - CrE de E. S. (1936) [...] o / denunciado cha- / mou-a e armado / de uma faca subju- / gou-a; disvirginan- / do-a; (fólio 13r, linhas 5-10)	Metonímico PARTE PELO TODO (SUBJUGAR POR ESTUPRAR)	LIGAÇÃO CONTATO CICLO FORÇA	O denunciado [...] subjugou-a	Reafirmação de força, poder e propriedade masculina através do estupro, da subjugação da vítima. Deste modo, os esquemas I – LIGAÇÃO, CICLO, CONTATO e FORÇA são acionados, à medida que vemos que à vítima é ligada (por meio da violência e da força) à vítima, quando o mesmo a estupra. Existe um CICLO, pois o denunciado está armado, exerce violências (física e psicológica) sobre a vítima e, a subjuga. Ou seja, passos para que um ciclo se forme.

Não podemos deixar de pontuar que a FORÇA também está dentro do esquema conceptual, pois, no CrE de L(a).R. de A, pergunta-se, se houve *cópula carnal* e ainda *se houve violência para fins libidinosos*²⁷. Por fim, não menos importante, ESTUPRO está vinculado a um esquema de LIGAÇÃO, pois a VIOLÊNCIA SEXUAL se dá pelo ato sexual não consentido, o que é corroborado ao ver as expressões de linguagem *carnal*, *perda da membrana hymem*, *desvirginada*, *deflorada* que acionam tais esquemas e sugerem que os conceitos se correlacionam com a perspectiva do corpo feminino que sofreu violência.

Apresentados os resultados observados para o domínio VIOLÊNCIA, trataremos do domínio POSSE na subsecção a seguir.

6.2.4 Domínio POSSE

Sabemos que o conceito de posse em um contexto de violência sexual é abrangente. Não nos esqueçamos que, desde o contexto da Antiguidade, existe uma repressão no que se diz respeito à relação sexual forçada, de maneira especial quando a vítima é mulher. Essa conduta, comumente acontecida nas sociedades, recebeu o título de estupro.

Conforme se está discutindo ao longo desta tese, o estupro se encaixou, ao longo do tempo, em um contexto de crime jurídico, porém, conforme observa Vigarelo (1998), a polêmica é uma característica basilar de tal crime, uma vez que julgar um estupro, ao longo dos séculos, mobiliza o questionamento sobre o possível consentimento da vítima, além da análise das decisões da mesma e se houve vontade e autonomia da estuprada.

Por esse pensamento, veiculado ao longo dos anos, é que se observa que a vítima do estupro é considerada, mesmo que inconscientemente, coadjuvante na posse violenta do seu corpo, mesmo resistindo fisicamente ao ataque (BITTENCOURT, 1971). Assim, algumas teorias vitimológicas partem do pressuposto que existem mulheres que não são violadas verdadeiramente, credenciando o pensamento de que elas, em certa medida, podem provocar o agressor ou possuir uma relação. Desta maneira, a vítima é vista como, em parte, culpada quanto à violência sexual (VENTURA, 2015).

²⁷ Primeiro, si houve defloramento; / segundo, qual o meio empregado; terceiro, / si houve **copula carnal**; quarto, si houve / violencia para fins libidinosos; [...].(CrE de E. S. (1936) f.7r, linhas 21-24) e [...] e de responderem aos quesitos seguintes: - PRIMEIRO – Se / houve defloramento. SEGUNDO - Qual o meio empregado. TERCEIRO - Se houve **copula / carnal**. QUARTO - Se houve violencia para fins libidinosos. .(CrE L(a) R.(1941/1942), f.3r, linhas 15-17)

Porém, com base na leitura do *corpus*, nos estudos expostos aqui e nas concepções defendidas pelas mãos que escrevem esta tese, é preciso considerar que a posse do corpo feminino, no contexto do estupro, é relacionada ao poder, à ideia de propriedade, ao direito que o estuprador acredita ter de possuir a vítima. Dessa forma, o estuprador age como se fosse o proprietário daquele corpo feminino, coisificando-o e, no **quadro 10** podemos observar tal aspecto.

Vale destacar que no presente domínio, depreendemos a conceptualização metafórica ESTRUPRO/DEFLORAMENTO É VIOLÊNCIA FÍSICA e conceptualização metonímica de que A VÍTIMA É POSSE e CORPO FEMININO É TERRITÓRIO.

Quadro 9: Síntese do domínio POSSE

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do <i>Frame</i>	Análise
Objeto possuído	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>Promotoria contra C. de tal, au-/tor do defloramento da menor de 14 an- / nos de idade E. C. dos S, / visto haver o mesmo reparado, pelo casa- / mento, o crime praticado (fólio 20r, linhas 18-22)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] quem foi o autor do seu estupro? R - que o autor do seu es- /tupro foi seu cunhado H. F., ha dois mezes mais ou menos, á / noite, em casa dela respondente, sob promessa de casamento, num momento [...] (fólio 5r, linhas 12-14)</p> <p>[...]se foi ele respondente o autor do estupro da menor L(a). /R. de A., sua cunhada? R - que nada deve a menor L(a). R. / de A., pois nunca teve relações sexuaes com esta menor; [...] (fólio 9r, linhas 9-11)</p> <p>[...] ele respondente sempre a respeitou. P - se não sendo ele respondente o /autor do desvirginamento de L(a). R. de A., sabe quem foi? R - / julga que o autor do desvirginamento de L(a)., foi C. de tal [...] (fólio 9r, linhas 24-26)</p>	Metafórico CORPO DA VÍTIMA É POSSE	RECIPIENTE	<p>C. de tal, autor do defloramento da menor de 14 anos</p> <p>Autor do seu estupro</p> <p>Autor do estupro da menor L(a). R. de A.</p> <p>Autor do desvirginamento de L(a). R. de A. que o autor do desvirginamento de L(a)., foi C. de tal</p> <p>Autor do desvirginamento da sua filha</p> <p>O autor do seu desvirginamento havia sido o acusado presente H. F. da S.</p>	<p>O autor do crime, C. de tal, deflora a vítima e <i>repara</i> o crime casando-se com a mesma., a posse é retratada com a expressão <i>da menor</i>.</p> <p>Já H. F. da S., autor do estupro de L(a). R. de A, em que a posse fica explicita em <i>autor do estupro, autor do desvirginamento de L(a).</i></p> <p><i>R. de A.</i> entre outras expressões, porém no desfecho da história não há <i>reparação do mal</i>. Deste modo, as expressões destacadas nos permitem inferir que o estupro e</p>

	<p>[...] L. R. de A. contra ele respondente, acusado do / autor do desvirginamento da sua filha? R - que não mais nem menos que uma [...] (fólio 10r, linhas 10-11)</p> <p>[...] que o autor do seu desvirgina- / mento havia sido o acusado presente H. F. da S. P- se du- / rante este dois dias em que a menor L(a). R. da O. [...] (fólio 11r, linhas 25-27)</p> <p>[...] foi H. F. da/ S., o autor do estupro da menor L(a). R. de A. [...] (fólio 19r, linhas 25-26)</p> <p>[...] ele respondente sabe por ouvir dizer que a menor L(a). R. de / A. acusa a H. F. da S. de autor do seu estupro. (fólio 27r, linhas 21-22)</p>			<p>H. F. da S. [...] autor do seu desvirginamento</p> <p>H. F. da S., autor do estupro da menor L(a). R. de A.</p> <p>A menor L(a). R. de A. acusa H. F. da S. de autor do seu estupro</p>	<p>defloramento ficam na vítima e os autores, que objetificam o seu corpo, tem a posse e autoria dos crimes.</p>
Transferência de posse	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>[...] nesta Cidade, / cerca de 21 horas, o denunciado, arma- / do de uma faca, forçou a menor de 14 / annos {E.} {C.} dos{S.}, a en- / tregar-se a elle e conseguindo o seu inten- / to desvirginou a referida menor, promet- / tendo matal-a, caso descobrisse o seu crime. (fólio 2r, linhas 23-29)</p>	<p>Metonímia</p> <p>CORPO FEMININO POR OBJETO DE POSSE PARA SER ENTREGUE</p>	<p>FORÇA LIGAÇÃO</p>	<p>A menor a entregar-se a elle</p>	<p>A vítima é forçada a <i>se entregar</i>, como uma metonímia para o estupro., esse corpo feminino é objetificado pelo agressor, sendo, também obrigado a ser entregue para ser desvirginado. Desta fora a vítima perde a pureza, ou seja, quando a vítima é obrigada a manter relações sexuais pela intimidação, ela é considerada impura.</p>

					<p>É importante perceber, ainda, que há uma chantagem e uma ameaça de morte, caso o crime fosse descoberto. Deste modo, os esquemas- I FORÇA e LIGAÇÃO são acionados pois a vítima é forçada ao crime e está ligada ao agressor quando é vitimada por ele.</p>
--	--	--	--	--	--

6.2.5 Domínio FLORA

Conforme já mencionado anteriormente, os crimes sexuais que constituem o *corpus* são estupros, porém, com uma leitura mais minuciosa dos documentos, é possível compreender a expressão *defloramento*, já discutida nessa tese como perder a virgindade por meio de violência. Segundo Fernandes (1993), deflorar significa tirar a flor, seduzir uma donzela. Para o Poder Judiciário, deflorar ou desflorar vem do latim *desflorare*, tirar a flor de laranjeira, no seu sentido próprio, violar a virgindade ou desvirginar uma donzela (FERNANDES, 1993)., embora seja um eufemismo, no contexto do *corpus*, para tratar a violência sexual.

Quadro 10: Síntese do domínio FLORA					
Frame	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do Frame	Análise
Flor	<p>Documento - CrE de E. S. (1936) [...] pelo o Senhor C., Sapateiro, o qual usando / de uma faca para amedronta-la, forçou-a / deflorando-a, e em seguida dizendo-lhe que / se ella dissesse a alguém que a matava [...] (CrE E. C. dos S., f.3r, linhas 14-17)</p>	<p>Metafórico</p> <p>ESTUPRO É DEFLORAMENTO</p> <p>DEFLORAMENTO É PERDA DA FLOR</p>	ORIGEM/PERCURSO/META CICLO	Deflorando-a	Perda da virgindade de maneira forçosa, ou seja, um eufemismo para tratar da violência sexual, como, também, uma forma de culpabilizar a vítima.
Flor	<p>Documento - CrE de E. S. (1936) [...] na pessoa da menor E. C. / dos S. e de responderem aos quizitos se- / guinte: Primeiro, si houve defloramento; [...] (f.7r, linhas 19-21)</p> <p>[...] verificamos / lesão da mebrana hymem, já cicatrizada, / denotando defloramento não recente [...] (f.7v, linhas 6-8)</p> <p>[...] impurtar-se ao de- / nunciado o deflora- / mento de C. / empregada da casa / J. B. [...] (f.13v, linhas 13-15)²⁸</p> <p>Promotoria contra C. de tal, au- / tor do defloramento da menor</p>	<p>Metafórico</p> <p>ESTUPRO É DEFLORAMENTO</p> <p>DEFLORAMENTO É PERDA DA FLOR</p>	PARTE/ TODO LIGAÇÃO	Defloramento	<i>Idem</i> ao sentido anterior

²⁸ Apesar do Crime de Estupro ter por vítima E. C. dos S., esse fragmento demonstra que o acusado, em outro momento, já havia deflorado outra vítima designada como C. – que era empregada J.B.

	<p>de 14 an- / nos de idade E. C. dos S, / visto haver o mesmo reparado, pelo casa- / mento, o crime praticado (fólio 20r, linhas 18-22)</p> <p>empregada do Coronel J / B. de C., / que mora perto do / depoente e sempre / via o denunciado / passar lá; que exce- / pção desses factos / é bom o proceder / do denunciado; que / nunca vim impu- / tar a outra pessoa o // facto do defloramen- / to da menor E. (f.15v, linhas 23-33 e f.16r linhas 1-2)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] e de responderem aos quesitos seguintes: - PRIMEIRO – Se / houve defloramento. SEGUNDO - Qual o meio empregado. TERCEIRO - Se houve copula / carnal. QUARTO - Se houve violencia para fins libidinosos. (CrE L(a). R. de A., f.3r, linhas 15-17)</p>				
--	---	--	--	--	--

6.2.5 Domínio SEXO

A expressão linguística *cópula carnal* denota o emprego do eufemismo por metáfora, ao levarmos em consideração que abranda a negatividade do item léxico *estupro*. O que se trata por *cópula carnal*, como se fosse sexo, é o crime de estupro. É possível fazer tal análise utilizando o Esquemas – I CONTATO e LIGAÇÃO, pois remete à ligação e contato sexual através do estupro.

Abaixo construímos um quadro para tratar deste domínio.

Quadro 11: Síntese do domínio SEXO

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagemacionadas do <i>Frame</i>	Análises
Cópula	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>Primeiro, si houve defloramento; / segundo, qual o meio empregado; terceiro, / si houve copula carnal; quarto, si houve / violencia para fins libidinosos; [...].(f.7r, linhas 21-24)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] e de responderem aos quesitos seguintes: - PRIMEIRO – Se / houve defloramento. SEGUNDO - Qual o meio empregado. TERCEIRO - Se houve copula / carnal. QUARTO - Se houve violencia para fins libidinosos. .(f.3r, linhas 15-17)</p>	<p>Metonímico</p> <p>CÓPULA POR ESTUPRO</p>	<p>PARTE/TODO</p> <p>CONTATO</p> <p>LIGAÇÃO</p>	<p>Copula carnal</p>	<p>A vítima é violentada e, por isso, há uma ligação forçada, o que configura como uma cópula específica. O esquema- I PARTE TODO é acionado quando cópula representa o estupro e, os esquemas – I CONTATO e LIGAÇÃO são acionados pois, por meio da cópula, a vítima está ligada ao agressor.</p>
Relação sexual	<p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] o intento dele H. era viver com ela respondente. / P - quantas vezes teve relações sexuaes com H? R - que tres vezes. / P - se lutou com H. afim de que este não a desvirginasse ou se co- / sentiu no seu desvirginamento? r- que ela respondente lutou e gritou (fólio 5r, linhas 22-25)</p> <p>[...] tendo a menor declarado que / havia sido estuprada por H. F., marido de sua irmã e cunhado / dela L., tendo a dita menor respondido a ele respondente quando in- / terrogada por si, se tinha tido relações com</p>	<p>Metafórico</p> <p>ESTUPRO É SEXO</p>	<p>LIGAÇÃO</p> <p>CONTATO</p>	<p>Relações sexuaes</p> <p>Relações sexuais</p>	<p>Existe uma relação estabelecida e não é qualquer relação, é sexual. Nesse caso, há de se pensar em no uso de eufemismo para o estupro, pois o mesmo é um crime e uma violência. O esquema – I é acionado quando o estupro provoca uma ligação entre vítima e agressor.</p>

	<p>outro homem antes de H / que foi H o unico homem com o qual ela teve relações sexuais [...] (f.7r, linhas 21-25)</p> <p>[...] pois nunca teve relações sexuaes com esta menor; que tem a ale-/ gar que L. R. de A., viaja sempre para a Vila de Santa Bar- / bara, afim vender ali carne de porco, e deixa sosinha em casa a menor L. / como responsavel pela casa; que ha dois mezes mais ou menos, ele res-/ pondente viajou para o reconcavo e agora na sua volta teve noticia de que / a menor L(a)., dois dias depois fugiu da casa do pai, vindo para esta / Cidade; que a menor L(a). na sua viagem para esta Cidade, dormiu em ca-/ sa de F. de tal, vulgo C., passando toda a noite com este; / que ele respondente como já disse nunca teve relações sexuaes com a menor / L, alegando ainda que são falsas as acusaçõess [...] (f.9r, linhas 11-20)</p>				
--	--	--	--	--	--

6.2.6 Domínio GUERRA

Entendemos que o termo guerra está intrinsecamente ligado ao combate, luta, confronto, resistência, entre aspectos bélicos. No *corpus*, então, no domínio GUERRA encontramos compreensões do estupro instanciadas por itens léxicos como *forçar* e *matar* e, não podemos deixar de relacionar o domínio GUERRA às noções de moralidade e ao crime estupro, pois, dentro do escopo crime de estupro, a vítima possuía *características prototípicas* relacionadas à posição social e à cultural amalgamadas pela visão de mundo das décadas de 1930 e 1940, conforme já dito nesta tese.

Sendo assim, nos crimes sexuais estudados, os escreventes detalham que aquelas comunidades categorizam o estupro como *crime* – em relação especificamente à *honra feminina*.

Essa noção de *honra feminina* é compreensível dentro de um contexto em que a violência sexual se realiza, ora percebida no CrE E. C. dos S, quando o acusado de estuprar E. C. dos S foi C. Sapateiro; outrora causada pelo acusado – H. F. da S. – estuprador e cunhado da própria vítima L(a). R. de A. Isso acontece porque, a sociedade do século XX e ainda a dos dias de hoje, é marcada pelo patriarcado e crimes sexuais eram comumente cometidos por familiares, por pessoas consideradas respeitadas por um padrão social, econômico e/ou cultural *mais elevado*, como era o caso dos patrões, sacerdotes e outros líderes (religiosos, educacionais) que, conseqüentemente, silenciavam suas vítimas seja por promessas, ameaças de morte, coerção.

É preciso pontuar que a força masculina e a intimidação eram veiculadas também através do próprio corpo do agressor e isso não é novo, Brownmiller (1975, p. 15, *apud* CAMPOS *et al*, 2017, p. 984) pontua que:

[a] descoberta do homem de que sua genitália poderia servir como uma arma para gerar medo deve ser classificada como uma das descobertas mais importantes dos tempos pré-históricos, juntamente com o uso do fogo e o primeiro machado de pedra bruta. Dos tempos pré-históricos até o presente, creio eu, o estupro tem desempenhado uma função crítica. Isto é nada mais nada menos do que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de medo.

Desse modo, a vítima, que estava em guerra, não só queria defender-se do seu agressor, mas também evitar ser violada além de buscar uma compreensão sobre o impacto que seria a

perda da virgindade, pois essa figuraria como uma *perda da guerra* contra os valores morais, sociais e que trouxessem dignidade à mesma. E que, quando o estuprador força a vítima, muitas vezes, ameaçando-a de morte, caso o crime fosse descoberto, entendemos que o estuprador violenta física, sexual e psicologicamente a vítima, sem levar em consideração o seu grito, o direito de ser respeitada. Essas conceptualizações são muito perceptíveis no quadro a seguir:

Quadro 12: Síntese do domínio GUERRA

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do <i>Frame</i>	Análises
Luta	<p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942) [...] queixar-se de seu genro H. F., por ter o mesmo, na ausência / dele respondente, estupro sua filha de treze ano L. R. / de A., a qual xxxxxxx apezar de lutar e gritar muito com H./ dele não pode livra-se, pois não há um só visinho alí perto. [...] (CrE L(a). R. de A., f.4r, linhas 12-15)</p>	<p>Metafórico</p> <p>ESTUPRO É GUERRA</p>	<p>PARTE/TODO FORÇA CONTATO PERTO/LONGE PROCESSO ESCALA</p>	Lutar	<p>A vítima luta para não ser estuprada. Deste modo, o esquema I – PARTE / TODO remonta o sentido bélico que é um estupro, em que a vítima tenta se livrar, lutando (esquemas – I FORÇA, CONTATO, PERTO/LONGE, PROCESSO, ESCALA) e é vitimada na guerra através do estupro.</p>
Forçar	<p>Documento - CrE de E. S. (1936) [...] nesta Cidade, / cerca de 21 horas, o denunciado, arma- / do de uma faca, forçou a menor de 14 / annos {E.} {C.} dos{S.}, a en- / tregar-se a elle e conseguindo o seu inten- / to desvirginou a referida menor, promet- / tendo matal-a, caso descobrisse o seu crime. (CrE E. C. dos S., f.2r, linhas 23-29)</p>	<p>Metafórico</p> <p>ESTUPRO É GUERRA</p>	<p>FORÇA CONTATO PROCESSO</p>	<p>Forçou Forçou-a Matal-a Matava Seria morta</p>	<p>Forçar a menor, significa estuprá-la e, então trata-se de uma suavização da conceptualização, não dando inclusive o devido nome ao ato de violência cometido contra a menor. Para além disso, uma série de ameaças são feitas após a o estupro. Deste modo, sucessivas violências ocorrem com a vítima.</p>

	<p>[...]pelo o Senhor C., Sapateiro, o qual usando / de uma faca para amedronta-la, forçou-a / deflorando-a, e em seguida dizendo-lhe que / se ella dissesse a alguém que a matava / conforme a referida menor já declarou [...]</p> <p>(CrE E. C. dos S., f.3r, linhas 14-19)</p> <p>[...] usando de uma faca amedrontando-a forçou des- / honrando-a e em seguida disse-lhe que se des- / cobrisse seria morta.</p> <p>(CrE E. C. dos S., f.4r, linhas 18-20)</p>				
Estupro	<p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] P - se foi ele respondente o autor do estupro da menor L. / R. de A., sua cunhada? R - que nada deve a menor L. R. / de A., pois nunca teve relações sexuaes com esta menor; que tem a ale- / gar que L. R. de A., viaja sempre para a Vila de Santa Bar- / bara, afim vender ali carne de porco, e</p>	Metafórico ESTUPRO É RELAÇÃO SEXUAL	CONTATO	Relações sexuais	No auto de perguntas feito ao acusado de estupro registra-se <i>relações sexuais</i> como uma metáfora para a violência sofrida pela menor.

	deixa sosinha em casa a menor L. [...] (f.9r, linhas 9-13				
--	--	--	--	--	--

6.2.7 Domínio PUREZA

No *corpus*, é notório que o *corpo feminino* é violentado, forçado, desrespeitado, diante das ameaças e da construção cultural da época. Ao contrário do *corpo masculino*, que é violentador, agressivo e agente da ação de violentar.

Novamente, é importante pontuar que a violência sexual cometida nos crimes de estupro estudados, naquela época, poderia impossibilitar a vítima de casar com alguém. Nestes casos, a justiça, quando o crime era comprovado, tinha duas possíveis soluções: a prisão do acusado ou a realização do casamento do mesmo com a vítima, como uma forma de “reparar o mal” feito à mulher.

Como já mencionado, naquela época, as mulheres desvirginadas de 15 a 18 anos poderiam penar muito mais com às consequências do crime sofrido, uma vez que elas necessitavam provar perante a justiça sua honestidade e/ou seu caráter de *mulher higienizada* e tais características acerca da moral se relacionavam a comportamentos vinculados à conduta feminina. À mulher, caberia em dois espaços: a família e a igreja, que são locais para em preservar a pureza.

Desse modo, o domínio PUREZA é acionado, porque a *moça pura* era virgem, pronta para casar e a partir do momento que era desvirginada antes do casamento, perdia a pureza, e, por consequência, a dignidade .

Sobre a pureza feminina e qualidades morais das mulheres havia um forte sentido edificado sobre um discurso ambíguo que ora as elevava como preservadoras da raça, ora condenava qualquer ideia de sexualidade, necessária para essa mesma reprodução da espécie. (ALMEIDA, 2013, p. 188)

Esta citação marca a relação entre *honra, respeito, sexualidade, moralidade e corpo feminino, desvirginamento*. Desse modo, os corpos femininos eram pensados para procriação dentro do casamento e, se em algum momento se encontrassem sob a suspeita de ter sofrido o crime sexual, eram malvistas, pois figurava como uma mancha na honra da mulher.

No domínio da PUREZA, o *frame* desvirginar é a demarcação de uma ruína para a honra e moralidade da vítima. Isso porque, a virgindade e o controle do desejo sexual foram elementos norteadores para o casamento e tal pensamento é vigente desde o século III, época em que a igreja católica instituiu o recato e a pureza (leia-se como virgindade) como condição indispensável para um bom casamento (VAINFAS, 1986).

Quadro 13: Síntese do domínio PUREZA

<i>Frame</i>	Fragmento	Tipo de mapeamento	Esquema-I	Expressões da linguagem acionadas do <i>Frame</i>	Análise
Desvirginar	<p>Documento - CrE de E. S. (1936)</p> <p>[...] nesta Cidade, / cerca de 21 horas, o denunciado, arma- / do de uma faca, forçou a menor de 14 / annos {E.} {C.} dos{S.}, a en- / tregar-se a elle e conseguindo o seu inten- / to desvirginou a referida menor, promet- / tendo matal- a, caso descobrisse o seu crime. (fólio 2r, linhas 23-29)</p> <p>Documento - CrE L(a) R.(1941/1942)</p> <p>[...] Senhor J. P., tendo esta confessado que fora desvirginada pe- / lo acusado presente H. F. da S., seu cunhado [...] (fólio 12r, linhas 26-27)</p>	<p>Metonímia</p> <p>DES VIRGINAR POR ESTUPRAR (CAUSA/ CONSQUÊNCIA)</p>	CONTATO PROCESSO	<p>Desvirginou a referida menor</p> <p>Fora desvirginada</p>	<p>Perder a virgindade, o hímen, antes do casamento, significava perder a pureza. Assim, quando a vítima é estuprada, perde a pureza, por que a perda da virgindade a coloca na condição de impura.</p>

6.3 OS CORPOS FEMININOS NA VIOLÊNCIA SEXUAL

Diante de toda a discussão sobre o corpo feminino, a sua *pureza* – que seria a presença do hímen na vagina, associada os comportamentos morais que deveriam ser seguidos pela moça, além do fato do corpo delas ser considerado *impuro* quando violado, é preciso pontuar que o corpo feminino antes de ser considerado *puro novamente*, por meio do casamento como reparação de honra, era analisado pela justiça, ou seja, era objeto de análise.

Após autos de perguntas, depoimento das testemunhas, o exame de corpo de delito era feito. Os peritos examinavam o corpo da vítima, como podemos conferir no caso de L(a). R. A, por exemplo, em que há um rompimento das estruturas hímenais e entende-se que houve um estupro há mais de trinta dias. Não podemos deixar de trazer à tona que este exame foi realizado através dos dedos dos peritos e, dando detalhes das partes do corpo, como falta de corrimento vaginal, e por meio da observação de que vagina, útero, colo, períneo e anus estavam sem sinais de violência física. Tais fatos podem ser conferidos em:

[...] urinário-fenda circular; hímene de situação / normal; forma anular; consistência-carnosa; não tem decotes congêni- / tos nem entalhes; orifício hímeneal de forma anular; permeabilidade // - aos dedos; rupturas hímenais - quatro; sede-uma em cada quadrante / hímenal; todas de bordos cicatrizados e lábios evertidos, notando- / as ainda a presença de carúnculas; fossa navicular-hiperemiada; / fúrcula-normal ; caracteres físicos-não há; exame microscópico-Pre- / prejudicado; não corrimento vaginal nem uretral; glândulas vulvo-va / ginaes, vagina, útero e cólo, perineu e anus-normais; não há sinais / de luta nem de violência física. Conclusão - A vista das rupturas a- / apresentadas conclui-se que L. R. de A., está estu- / prada, há mais de trinta dias²⁹ (CrE L(a). R. de A., f.3r, linhas 33-35/ f. 3v, linhas 1-9)

Ou seja, o estado que está a vagina da vítima, bem como a ausência do hímen, delimitam se a mesma foi estuproada. Nessa perspectiva, a HONRA FEMININA está traduzida pela presença do HÍMEN, o que configura as metáforas HÍMEN É HONRA, PERDER O HÍMEN É PERDER A HONRA pois o mesmo é procurado na VAGINA das vítimas, sendo que a falta dele (hímen) aciona uma série de expressões linguísticas: *desventurada*, *pobre vítima*, *desonrada*, entre outros – designados no vocabulário jurídico, ou seja, todo esse aparato nos

²⁹ [...] urinário-fenda circular; hímen de situação normal; forma anular; consistência-carnosa; não tem decotes congênicos nem entalhes; orifício hímeneal de forma anular; permeabilidade // aos dedos; rupturas hímenais - quatro; sede - uma em cada quadrante hímenal; todas de bordos cicatrizados e lábios evertidos, notando-as ainda a presença de carúnculas; fossa navicular-hiperemiada; fúrcula-normal ; caracteres físicos-não há; exame microscópico - prejudicado; não corrimento vaginal nem uretral; glândulas vulvovaginais, vagina, útero e cólo, períneo e anus-normais; não há sinais de luta nem de violência física. Conclusão - A vista das rupturas apresentadas conclui-se que L. R. de A., está estuproada, há mais de trinta dias (Edição Modernizada)

leva a compreender as metáforas de que o CORPO FEMININO É OBJETO SEXUAL e CORPO FEMININO VIOLADO É IMPURO

Com estas interpretações acerca do crime estupro, as conceptualizações sobre o corpo feminino violentado podem ser explanadas de maneira mais coerente com o escopo que desenhamos.

O CORPO FEMININO VIOLENTADO é estruturado por origem-percurso-meta, em que, metaforicamente:

- ✓ o estado inicial = Menor virgem (origem)
- ✓ o estado intermediário = o corpo violentado, vagina penetrada, hímen dilacerado que marcava a perda da *honra* (o percurso se dá em um cenário - lugares considerados inapropriados, naquela época, para moças virgens)
- ✓ o estágio final = a vítima, após a violência sexual sofrida, em busca da justiça através da denúncia do crime (a meta é buscar no cenário jurídico a reparação para aquele crime)

Desse modo, os cenários nos põem numa ontologia formada por pessoas, lugares, ações, relações pessoais, judiciais e busca por identidades sociais consideradas adequadas.

Destacamos, na seção a seguir, metáforas conceptuais que tragam essa premissa.

6.3.1 Metáfora Conceptual O CORPO DA VÍTIMA É RECIPIENTE e O CORPO DA VÍTIMA É OBJETO

No exame local exposto no CrE L.R.A, é possível detectarmos metáforas e metonímias conceptuais, no exemplo a seguir : [...] não tem decotes congeni- / tos nem entalhes; **orifício hymenal** de forma anular; permeabilidade / **aos dedos** [...] (f.3r, linhas 35-36 e f.3v, linha 1, CrE L.R. A.)

No exemplo, depois do ato sexual, a vítima precisa fazer um exame de corpo de delito, nesse contexto, vemos a identificação da metáfora conceptual de que O CORPO DA VÍTIMA É RECIPIENTE, que recebe os dedos dos profissionais que realizavam o exame no *orifício himenal* da vítima. Esse recipiente, no contexto, tem a concepção metonímica (PARTE PELO TODO) de que o CANAL VAGINAL(parte) é a VAGINA (todo).

Sabemos, com isso, que as metáforas e a metonímia, ora apresentadas, partem da experiência humana com a violência sexual. No contexto em análise, foi notória a conceptualização: O PÊNIS (MEMBRO VIRIL), utilizado é o elemento que provoca o estupro, o que nos leva a acionar o esquema – I PARTE/TODO, pois há uma metonímia latente aí na qual a relação sexual foi compreendida apenas com um dos domínios da experiência humana.

Enfim, pela análise realizada, podemos considerar, com base no *corpus*, que as mulheres eram vistas como seres dotados de atributos, especialmente, a pureza e brandura, para serem consideradas de boa moral e conduta (ALMEIDA, 2013).

7 QUANDO O CORPO ESTÁ (IN)COMPLETO: ALINHAVOS FINAIS DA PESQUISA

TODAS MARIAS

Eram todas Marias. Maria Juliana, Maria José, Maria Francisca. Filhas, netas, mães de Marias.

Eram também Marias das Dores, dos Amores, dos Dissabores. Traziam nas mãos as mesmas sinas, as mesmas linhas tortuosas, as mesmas feridas.

Marias que desejavam um amor, um companheiro, um aconchego. Sonhavam com o casamento, com um lar, com as crianças livres pelos quintais.

Maria Juliana encontrou Bento, que a enganou com promessas de montar casa e lhe dar o sustento. Maria Juliana se entregou. Deu o que tinha de puro. Se enganou.

Maria José encontrou Laudelino, que sua honra levou, blasfemando que ela não seria de mais ninguém, porque o seu mais precioso fruto ele devorou.

Maria Francisca, tão pequenina, iludida por uma bolacha de coco, viu sua flor ser maculada, em lágrimas ficou.

Eram todas Marias, não importa o tempo e o lugar. Todas defloradas, enganadas, ultrajadas.

Maria Juliana, sem eira e nem beira, ao lodaçal da prostituição se atirou.

Maria José, senhora de si, Laudelino para a prisão levou.

Maria Francisca, tão inocente, foi obrigada a casar com seu agressor.

Todas Marias, sem flor, sem amor. Conjugando o mesmo verbo: respeitem-nos!

(Rita Queiroz, 2021)

Chegamos ao fim deste trabalho, mas as inquietações são cada vez maiores. Nesse sentido, o texto da epígrafe muito resume as questões entendidas nesta tese e a primeira delas é que o corpo feminino é entendido como subjugado e é objetificado por meio das ideologias racistas, misógenas e sexistas que herdamos.

Tal questão foi desvelada através do labor filológico realizado no *corpus*, o que nos trouxe à baila as vidas de E. C. dos S³⁰ e L(a) R. A.³¹, duas meninas violadas sexualmente e psicológica e socialmente. Com isso, lançamos mão da edição semidiplomática para trazer à lume as histórias, seus detalhes, porém preservando o nome das vítimas e envolvidos, por entender que é dolorido e delicado demais tratar desse tema. À filologia, também coube o papel de tirar do esquecimento essas meninas subalternizadas social, cultural e historicamente, preservando a materialidade dos textos, visto que, pela existência da edição, os estudos futuros não mais precisarão da manipulação dos originais, o que auxiliará na preservação deles.

Antes de trazer, nessa tese, as conceptualizações do estupro e do corpo feminino violentado, trouxemos alguns casos de estupro: o de Mariana Ferrer e três casos encontrados no Antigo Testamento da Bíblia Sagrada, ambos usados para explicitar os pontos de convergência e divergência acerca dos desdobramentos do crime.

³⁰ Compreendida no sumário de estupro lavrado em 1936 na localidade de Santa Bárbara-BA, com 22 fólios

³¹ Compreendida no inquérito policial de estupro, lavrado em 1941-1942, com 25 fólios, de Feira de Santana - BA

A preocupação de trazer exemplos bíblicos vem da percepção de que tal obra é uma literatura universal e norteadora de grupos sociais. O registro atual de Mariana Ferrer – vítima de estupro e que teve o caso julgado em 2020 e, a reportagem de Feira de Santana, aparecem na tese por representarem que as mulheres ainda são vítimas desse crime tão bárbaro que é a violência sexual.

O acesso ao *corpus* e aos crimes sexuais trazidos nesta tese nos atestam que os “[v]alores culturais são dinâmicos, uns de longa duração, outros de curta duração e as relações dos sujeitos com o vasto repertório simbólico dependem de suas posições nas relações de poder” (CAMPOS *et al*, 2017, p. 982). Desse modo, consideramos que há uma significativa duração no que se refere à violência sexual perpetuada ao longo dos anos, muito embora a justiça tenha sido acionada historicamente (com a existência de leis e denúncias) e, nos dias atuais, por meio das mídias, haja maior divulgação e a sociedade tenha se manifestado com mais frequência, através do uso de *hashtag* nas mídias sociais, como foi o caso da Mariana Ferrer. quando as redes foram invadidas com o símbolo #justicapormariferrer, além da mobilização dos movimentos sociais.

Porém, achamos importante comparar o desfecho de um caso extraído do *corpus* – o estupro de L(a). R. A. com o estupro de Mari Ferrer, pois respectivamente houve o arquivamento do inquérito porque, segundo a justiça da época, a moça, após o crime sofrido teve uma *attitude reprovavel*: dormir na casa de um homem. Naquele contexto, era uma vítima pedindo socorro, abrigo, consolo, mas à cultura da época, essa atitude não era permitida. Semelhantemente, Mari Ferrer foi recriminada pelas autoridades jurídicas durante o julgamento do seu crime, pois eles alegaram que a mesma não utilizava roupas adequadas, que o horário em que estava na rua era impróprio, entre outras falas que revitimizam a vítima.

As mídias trouxeram o caso de Mari Ferrer à tona e esta tese, através do labor filológico, apresenta o caso de L(a). R. A. McLuhan (1964, p. 7) diz que: “O meio é a mensagem”, ou seja, os meios de comunicação exercem efeitos e influências sobre o indivíduo e a sociedade. E acreditamos que, ao analisar o *corpus* e trazer a discussão ao ambiente acadêmico, há a veiculação de uma outra mensagem: a reflexão sobre os corpos femininos violentados cotidianamente.

As mídias, especialmente televisiva e das redes sociais, elemento não presente na época dos estupros trazidos no *corpus*, trouxeram à Mari Ferrer a popularização do seu caso. Que apesar de ser violentada, como foram E. C. e L(a). R. A., encontrou algum apoio, solidariedade e protestos contra a decisão jurídica.

Sobre as vítimas descritas no *corpus* é importante pontuar que elas precisavam denunciar os crimes para, de alguma maneira, *recuperar a honra perdida*. O que nos leva a

pensar que “[q]uando o modelo é o de uma sexualidade masculina impulsiva, há uma naturalização do estupro, o que poderia explicar a dificuldade [de muitas] vítimas denunciarem agressores, especialmente os conhecidos.” (CAMPOS *et al*, 2017).

Nos casos de E. C. e o de L(a). R. A. houve denúncia, composição de autos de perguntas, testemunhas falaram do proceder das vítimas. É importante perceber que, mais especificamente no caso de L(a). R. A., foi o seu pai quem denunciou o caso, atestando que a sua outra filha estava com ciúmes da vítima. Esse dado permite chegar à conclusão de que o autor do crime foi o genro, era um conhecido, o cunhado da própria vítima que praticara o crime.

Ao analisar as narrativas depreendidas, especialmente do *corpus*, foi possível compreender que [...] o modelo esperado socialmente do comportamento feminino em relação à sexualidade é o de ser discreta, não confrontar, não tomar a iniciativa declarada do ato sexual [...]” (CAMPOS *et al*, 2017, p. 985). Para além disso, comumente compreendemos que é atribuído às vítimas a atitude de “[...] seduzir e provocar o desejo masculino, [construindo] dúvidas sobre se houve estupro, pois ou não houve resistência ou houve provocação das mulheres” (CAMPOS *et al*, 2017, p. 985) e que a violência sexual só era uma resposta aos estímulos recebidos pelo agressor.

No que diz respeito ao questionamento sobre as conceptualizações de violência sexual e do corpo feminino dispostas no *corpus*, trouxemos estruturadas expressões metafóricas e metonímicas através dos esquemas-I e a organização de frames. Desse modo, a alocações em domínios: JUSTIÇA, MORALIDADE, VIOLÊNCIA, POSSE, FLORA, SEXO, GUERRA e PUREZA.

No domínio JUSTIÇA, os *frames* fatos criminosos, crime, crime de sedução, prisão foram entendidos e, os esquemas-I foram definidos dentro das conceptualizações metonímicas FATOS CRIMINOSOS POR ESTUPRO, CRIME POR ESTUPRO, CRIME DE SEDUÇÃO POR ESTUPRO e uma metáfora definida como ESTUPRO É PRISÃO. Vale destacar que esquemas-I compreendidos foram: PARTE/TODO, TODO/PARTE, FORÇA, CONTATO, PERTO/LONGE, PROCESSO, ESCALA.

No domínio MORALIDADE, tivemos os *frames* desonra, ofensa e lesão na membrana por defloramento. No *frame* desonra tivemos uma ocorrência no CrE de E. S. (1936) e cinco ocorrências no CrE L(a) R.(1941/1942). Deste modo, o mapeamento metonímico identificado foi CONSEQUÊNCIA PELA CAUSA (DESONRA POR ESTUPRO / DESMORALIZAÇÃO POR ESTUPRO, com o Esquema-I LIGAÇÃO /FORÇA / CIMA-BAIXO. Já no *frame* ofensa foram identificadas quatro ocorrências no CrE de E. S. (1936) e dez no CrE L(a) R.(1941/1942), o Esquema-I estabelecido foi FORÇA. E por último, não menos importante, o *frame* lesão na

membrana por defloração identificamos uma ocorrência no CrE de E. S. (1936) e duas no CrE L(a) R.(1941/1942) ficando evidente as metonímias HÍMEM POR HONRA e LESÃO DA MEMBRANA POR ESTUPRO no Esquema – I PARTE-TODO.

Já o domínio VIOLÊNCIA, marcado pelos *frames* corpo de delito, ameaça e subjugar - que deixam explícito que, culturalmente, o sexo é conceptualizado como violência no *corpus*. Nesse sentido, o *frame* corpo de delito foi identificado no CrE de E. S. (1936) duas vezes, através das conceptualizações metonímicas TODO PELA PARTE (VIOLÊNCIA POR ESTUPRO), PARTE PELO TODO (VIOLÊNCIA CARNAL POR ESTUPRO) e os Esquemas- I PARTE/TODO, FORÇA e ORIGEM/PERCURSO/META. O *frame* ameaça é visualizado, utilizando o mapeamento metonímico PARTE PELO TODO (CRIME POR ESTUPRO), no CrE de E. S. (1936), assim, os Esquemas-I foram PARTE/TODO, FORÇA e ORIGEM/PERCURSO/META. E o *frame* subjugar aparece uma vez no CrE de E. S. (1936) dentro do mapeamento metonímico PARTE PELO TODO (SUBJUGAR POR ESTUPRO), assim os Esquemas-I LIGAÇÃO, CONTATO, CICLO, FORÇA foram delineados.

Dentro do domínio POSSE, tivemos os *frames* objeto possuído e transferência de posse. Assim, o *frame* objeto possuído é notado nos dois crimes de estupro através da conceptualização metafórica CORPO DA VÍTIMA É POSSE deste modo, verificamos o Esquema-I – RECIPIENTE que aparece uma vez no CrE de E. S. (1936) e nove vezes no CrE L(a) R.(1941/1942); e o *frame* transferência de posse foi depreendido uma vez no CrE de E. S. (1936) por meio da metonímia CORPO FEMININO POR OBJETO DE POSSE PARA SER ENTREGUE e Esquema-I FORÇA, LIGAÇÃO.

Enquanto que no domínio FLORA, o *frame* flor foi compreendido nos mapeamentos metafóricos ESTUPRO É DEFLORAMENTO e DEFLORAMENTO É PERDA DA FLOR, mas com dois Esquemas-I: ORIGEM /PERCURSO /META e CICLO, destacados uma vez no CrE de E. S. (1936); e os Esquemas – I, PARTE/ TODO, LIGAÇÃO, destacado cinco vezes no CrE de E. S. (1936) e uma vez no CrE L(a) R.(1941/1942).

No domínio SEXO, temos os *frames* cópula carnal e relação sexual. No primeiro *frame* compreendemos o mapeamento metonímico CÓPULA POR ESTUPRO visto uma vez em cada crime sexual estruturado nos Esquemas-I PARTE-TODO, CONTATO e LIGAÇÃO. No segundo *frame* visualizamos o mapeamento metonímico ESTUPRO É SEXO dentro dos Esquemas-I LIGAÇÃO e CONTATO, depreendidos quatro vezes do CrE L(a) R.(1941/1942).

Já no domínio GUERRA, encontramos os *frames* luta, forçar e estupro. Deste modo, no primeiro *frame* constatou-se a metáfora ESTUPRO É GUERRA, com uma ocorrência no CrE L(a) R.(1941/1942) e Esquemas-I PARTE/TODO, FORÇA, CONTATO PERTO/LONGE,

PROCESSO e ESCALA. No *frame* forçar encontramos duas ocorrências no CrE de E. S. (1936) com a mesma metáfora ESTUPRO É GUERRA, cujo Esquemas-I foram FORÇA, CONTATO e PROCESSO. Já no *frame* estupro identificamos uma ocorrência no CrE L(a) R.(1941/1942) e o mapeamento metafórico ESTUPRO É RELAÇÃO SEXUAL em que o Esquema-I é CONTATO.

E, por fim, no domínio PUREZA encontramos o *frame* desvirginar, visualizado uma vez em cada documento através da metonímia DESVIRGINAR POR ESTUPRAR do tipo CAUSA/ CONSEQUÊNCIA, dentro do Esquema-I CONTATO e PROCESSO.

Destacamos que para cada *frame*, trouxemos análises designadas com base nos fatores linguísticos, sociais, culturais e históricos da época e, dentro dos oito domínios definidos neste trabalhos compreendemos que a violência de gênero é como um espelho da ideologia patriarcal, que definiu/define, de maneira explícita, quais os papéis e as relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres (CERQUEIRA; COELHO, 2014).

Dentro de domínios como VIOLÊNCIA e CRIMES SEXUAIS, identificamos *frames* vários trazendo objetificação e dominação da vítima por meio da força, intimidação e outras ameaças, o que nos alerta que o corpo feminino foi/é identificado como subproduto do patriarcalismo, através da cultura do machismo, que colocou/coloca a mulher como objeto e propriedade do homem, o que, de certa forma, acaba por legitimar diversos tipos de violência, dentre eles o estupro.

Assim, acreditamos que a pesquisa e os resultados ora apresentados nesta tese são importantes para os estudos linguísticos, sociais e culturais, pois as histórias trazidas nos crimes sexuais refletem tempo, momento e visões de mundo que foram, de maneira interdisciplinar, estudadas, também, através das conceptualizações do estupro e do corpo feminino violentado – um dos objetivos estudados nesta tese.

Deste modo, temos a noção que o tratamento filológico dado ao *corpus* abre caminhos para estudos variados, por permitir a leitura dos documentos em outros suportes, bem como facilitar o acesso do mesmo, bem como há possibilidade de estudar aspectos da escrita daquela época, dos escreventes, condições de letramento, contextos variados. Além disso, as conceptualizações apreendidas no *corpus* nos colocam de frente com os pensamentos daquela época, valores e questões sociais, além de compreender as reverberações de tais pensamentos que se repetem em alguns contextos e, em outros, se divergem. Assim, a cognição passa a ser vista não somente como um fenômeno mental, mas, também, como socialmente compartilhada e, esse caminho pode ser feito não só pela filologia e linguística cognitiva, mas também, pela linguística histórica.

Por fim, pontuamos as referências utilizadas e consultadas ao longo da escrita desta tese, tendo a certeza de que ela segue aberta aos novos olhares que podem ser construídos a cada leitura que for submetida.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA DA MULHER, leitura, devocional, estudo. 2. ed. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2014.

ACIOLI, V. L. C. **A escrita no Brasil colônia: um guia para leitura de documentos manuscritos.** 2. ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2003.

ALMEIDA, A. D. **Oh, oh, o gigante acordou! Brasil, junho de 2013: conceptualizações e metáforas das manifestações.** *Acta Scientiarum. Language and Culture*, 38(2), 139-152. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascilangcult.v38i2.25277>. Acesso em: 29 jan. 2020.

ALMEIDA, A. Ariadne Domingues. Conceptualizações da ação sexual na Idade Média: revelações das cantigas de escárnio e maldizer. In: RODRÍGUEZ, David; LOPES, Mailson (org.). **Galícia doutro lado do Atlântico: estudos galegos na Bahia.** Salvador: Ponte Atlântica, 2018. p. 61-86.

ALMEIDA, Aurelina Ariadne Domingues. O ser humano é um animal? E o que mais? Metáforas na Idade Média. **XVII CONGRESSO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL 2014)** João Pessoa - Paraíba, Brasil (p.4595-4606) Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0668-1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020.

ALMEIDA, Sandra Regina Goulart. Prefácio - Apresentando Spivak. In: SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?.** Feitosa - Belo Horizonte Editora UFviviG, 2010, p. 7-18. Disponível em: <https://ur.b-ok.lat/book/11850150/da6b1e>. Acesso em: 22 ago. 2021.

BARREIROS, Patrício Nunes. Por uma abordagem da História Cultural das práticas de escrita na edição de textos. **ALEA**, Rio de Janeiro, v. 19, ed. 2, p. 389-414, maio-agosto 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alea/v19n2/1807-0299-alea-19-02-00389.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

BARREIROS, Patrício Nunes. **O Pasquineiro da Roça, a hiperedição dos panfletos de Eulálio Motta.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2015.

BARREIROS, Patrício N. **O Pasquineiro da roça: edição dos panfletos de Eulálio Motta.** Orientador: Célia Marques Telles. 2013. 386f. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Instituto de Letras – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

BÍBLIA SAGRADA, Edição revisada e corrigida. Tradução de João Ferreira de Almeida. 5. ed. Rio de Janeiro: Junta de Educação Religiosa e Publicações (JUERP), 2006.

BONFIM, Flávia Gaze. Perspectivas sobre o escrito lacaniano: “a significação do falo”. **Analytica**: Revista de Psicanálise, São João del-Re, v. 3, n. 5, p. 157-182, julho/dezembro 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/analytica/v3n5/v3n5a09.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2022.

BRASIL. Decreto n. 847, de 11 de out. de 1890. Código Criminal, Rio de Janeiro, RJ, out.1890. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm. Acesso em: 24 abril 2021.

BRIDGERTON. Direção: Chris Van Dusen. Produção: Shonda Rhimes, Betsy Beers, Chris Van Dusen. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: https://www.netflix.com/watch/80232398?trackId=14170286&tctx=1%2C0%2Cfe80519f-426c-4f95-8c24-016821a3aad5-9532663%2C54e1ec28-f2a5-4209-8907-05c89f7290c6_67572517X3XX1611455669029%2C54e1ec28-f2a5-4209-8907-05c89f7290c6_ROOT%2C. Acesso em: 23 jan. 2021.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Tradução Sergio Goes de Paula 1. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005.

CAMBRAIA, César Nardelli. **Introdução à crítica textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CAPELLI, Marcio. Bíblia e cultura do estupro ontem e hoje. **Sistema Maxwell - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio**, [online], p. 36-38, 17 abr. 2017. DOI 10.17771/PUCRio.CRE.29675. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/29675/29675.PDF>. Acesso em: 11 abr. 2021.

CASTRO, Fabiana Leonel de. **Negras jovens feministas**: sexualidade, imagens e vivências. Orientador: Profa Dra Cecília Maria Bacellar Sardenberg. 2010. 131 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/7782/1/fabiana.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

CHARTIER, R. A mediação editorial. In: _____. **Os desafios da escrita**. Tradução Fulvia L. M. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

CHIAVEGATTO, V. C. **Introdução à linguística cognitiva**. Matruga, Rio de Janeiro, v. 16, n.24, jan./jun. 2009.

CORREIA, Andréia da Silva. “**O Judiciário é masculino, mas a justiça é feminina**”: estratégias e resistências de mulheres na justiça em Santo Antonio de Jesus/BA entre 1900 e 1940. 2011. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011. Disponível em: <http://www2.uefs.br/pgh/docs/Dissertacao/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Andr%C3%A9ia.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2021.

CUNHA, Celso. Filologia e vida. In: CUNHA, Celso; CUNHA, Cilene. **Sob a pele das palavras**: dispersos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Academia Brasileira de Letras, 2004.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta, 2011.

DIOTTO, Nariel; SOUTO, Raquel Buzatti. Aspectos históricos e legais sobre a cultura do estupro no Brasil. **XIII Seminário Internacional**: Demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea, [s. l.], 2016. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/acao-penal-publica-incondicionada-aos-crimes-contr-a-dignidade-sexual-instituida-pela-lei-13-718-18-privacidade-da-vitima-versus-o-interesse-coletivo-na-persecucao-penal/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

ENGEL, Cíntia Liara. A resposta normativa do estado brasileiro. In: ENGEL, Cíntia Liara. **As atualizações e a persistência da Cultura do Estupro no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea: [s. n.], 2017. p. 20-23. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8088/1/td_2339.PDF. Acesso em: 22 ago. 2021.

ECO, Umberto. **Da árvore ao labirinto**: estudos históricos sobre o signo e a interpretação. (Maurício Santana Dias, trad.). Rio de Janeiro, RJ: Record, 2013.

FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes. (2013). A Semântica Cognitiva Prototípica de George Lakoff. **Letras De Hoje**, 27(3). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/view/16070>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de Língua Portuguesa**, 32 ed. São Paulo: Globo, 1993

FERRARI, Lilian. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto. 2011.

FILLMORE, Charles. Frame Semantics. In: The Linguistic Society of Korea (Org.). **Linguistics in the morning calm**. Seoul: Hanshin, 1982.

FLAUBERT, Gustave. Madame Bovary. **Costumes de província**. Tradução, apresentação e notas Fúlvia Moretto. São Paulo: Nova Alexandria, 2001.

FOUCAULT, Michel. A cultura de si. In: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade III: O cuidado de si**. 8ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005, p.43-74.

FOUCAULT, Michel [1926-1984]. **A Ordem do discurso**. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder**. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

GREY'S ANATOMY. Direção: Debbie Allen. Produção: Shonda Rhimes, Krista Vernoff. [S. l.: s. n.], 2019. Disponível em: <https://www.netflix.com/watch/80988504?trackId=13752289&tctx=0%2C1%2Cb3e11f9d57ac10329372535656a429bbef6142%3A43e72f3fe76a465782015c42d753dbe1a910ca6a%2Cb3e11f9d57ac10329372535656a429bbef6142%3A43e72f3fe76a465782015c42d753dbe1a910ca6a%2Cunknown%2C>. Acesso em: 26 ago. 2021.

GUGLIELMELLI, Alexandre. **Showrunner de Grey's Anatomy revela inspiração por trás de episódio sobre estupro**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://observatoriodocinema.uol.com.br/series-e-tv/2019/03/showrunner-de-greys-anatomy-revela-inspiracao-por-tras-de-episodio-sobre-estupro>. Acesso em: 10 jun. 2021.

HAVELOCK, Eric A. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. Trad. Ordep José Serra. São Paulo: Editora da Universidade Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

HIGOUNET, C. **História concisa da escrita**. [Tradução da 13ª ed. corrigida Marcos Marcionilo]. São Paulo: Parábola, 2003.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

LAKOFF, G. JOHNSON, M. **Metáforas da vida cotidiana**. (coordenação da tradução: Mara Sofia Zanotto) – Campinas, Mercado das Letras: Educ. São Paulo. 2002 [1980].

LAKOFF, G. (1987). **Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind**. Chicago, USA: The University of Chicago Press.

LESSA, Andréia Ribeiro da Silva. **Moças abusadas: concepções de honra e conflitos amorosos em Santo Antônio de Jesus – Bahia, 1890-1940**. 2007. 157f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) - Departamento de Ciências Humanas – Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2007.

LENZ, P. Semântica cognitiva. In: FERRAREZI JR. C.; BASSO, R. (org.). **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 31-55.

LOSE, Alícia Duhá; SOUZA, Arivaldo Sacramento; BARREIROS, Patrício Nunes, DUARTE, Rosinês de Jesus. (orgs.) **Filologia, cultura escrita e estudos culturais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2018.

LUZ, Adriana de Carvalho. **Mulheres e doutores: discursos sobre o corpo feminino**. Salvador, 1890-1930. Orientador: Lídia Bellini. 1996. 162 p. Dissertação (Curso de Mestrado em História da Universidade Federal da Bahia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, [S. l.], 1996. Disponível em: https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/5_mulheres_e_doutores._discursos_sobre_o_corpo_feminino._salvador_1890-1930.pdf. Acesso em: 12 jun. 2021.

MARQUILHAS, Rita. Filologia oitocentista e crítica textual. In: ALVES, Fernanda Mota et al. (orgs.). **Filologia, Memória e esquecimentos**. Act. 20. Lisboa: Húmus, p.335-367, 2010 Universidade de Lisboa, Centro de Linguística Disponível: https://www.academia.edu/37227293/Filologia_oitocentista_e_cr%C3%ADtica_textual Acesso em: 16 mar. 2020.

MCKENZIE, Donald. F. **Bibliografía y sociología de los textos**. Tradução Fernando Bouza. Madrid: Akal, 2005.

MIRANDA, Lara Carvalho. **As construções concessivas da polaridade negativa no português do Brasil**. 2008. 160f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008 Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp073615.pdf>> acesso 14 jan. 2015.

MOREIRA, Cristiane Fernandes. **As metáforas da maré: um estudo das metáforas conceptuais nas unidades terminológicas da pesca em Baiacu/Vera Cruz/Bahia**. Orientadora: Teresa Leal Gonçalves Pereira. 2015. 422 f. Tese de Doutorado (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/4643/1/igordeoliveiracosta.pdf>. Acesso em: 12 maio 2021.

MORELLI, Liana Machado. Violência sexual em São Paulo na passagem do século XIX para o XX. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos**, Florianópolis, p. 1-12, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373329841_ARQUIVO_VIOLENCIASEXUALEMSAOPAULONAPASSAGEMDOSECULOXIXPARAOXX.pdf . Acesso em: 22 ago. 2021.

MÜLLER, Munniky. Filologia e Linguística: encontros e desencontros. **SOLETRAS**, Ano X, Nº 19, São Gonçalo: UERJ, 2010 – Suplemento 1, [s. l.], p. 149-155, jan./jun. 2010. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/15836/11988>. Acesso em: 25 abr. 2021.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. O século XVI e sua problemática linguística. **SOLETRAS**: Ano V, nº 10. São Gonçalo: UERJ, [s. l.], jul./dez.2005 2005. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4552/3328>. Acesso em: 27 ago. 2021.

NETO, João Cabral de Melo. **Auto do Frade** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=qtXXeK1jG1gC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>

PANTHER, Klaus-Uwe; THORNBURG, Linda L. Metaphor and Metonymy in Language and Thought: A Cognitive Linguistic Approach. **Synthesis Philosophica**, [s. l.], p. 271-294, fev. 2017. Disponível em: <https://hrcaak.srce.hr/file/294781>. Acesso em: 5 jan. 2022.

PASQUALI, G. **Storia della tradizioni e critica del testo**. Florença: [s/ed.], 1934.

PERROT, Michelle. **O corpo feminino em debate**. 1. ed. São Paulo: UNESP, 2003.

PICCHIO, Luciana Stegagno. **A lição do texto**: Filologia e literatura, idade média. Tradução Alberto Pimenta. Lisboa: Edições 70, 1979.

PIMENTEL et al. **Crime ou cortesia?**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1998.

PIMENTEL, Paulo Carlos Fernandes. **Impacto da Plataforma Moodle nas Escolas de Famalicão**: um estudo de caso. Orientador: Profa. Dra. Ana Amélia Amorim Carvalho. 2009a. 132 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação) - Universidade do Minho, [S. l.], 2009a. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/9677/1/Tese%20Paulo%20Pimentel.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2023.

QUEIROZ, Rita Cássia Ribeiro de. **Manuscrtos baianos dos séculos XVIII ao XX**: autos de defloração. 1. ed. Guaratinguetá - SP: Penalux, 2018. v. 1. 350p.

SACRAMENTO, Arivaldo; SANTOS, Lucas de Jesus. **A Filologia como ética de leitura**. Revista Abralín, [s. l.], v. V. 16, N. 2, 2017. p. 129-168 Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/466/459>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SANTANA, Neila Maria Oliveira. **Estudo sócio-histórico-cognitivo das conceptualizações e categorizações do AMOR em cartas dos séculos XIX e XX**. 2019. 217 f. Tese (Doutorado

em Língua e Cultura) - Programa de Pós-Graduação de Língua e Cultura - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. SPERANDIO, Natália Elvira. **O Modelo Cognitivo Idealizado no Processamento Metafórico**. 2010. 99 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, [S. l.], 2010. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES_2/o_modelo_cognitivo.pdf. Acesso em: 14 jul. 2021.
Acesso em: 22 ago. 2021.

SANTOS, Lucas de Jesus. Da palavra ao mundo: retornos à filologia. **Inventário**, [s. l.], p. 1-16, 17 dez. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/20295842/Da_Palavra_ao_Mundo_retornos_%C3%A0_filologia. Acesso em: 22 ago. 2021.

SEGURA, Laura Melissa Pissani. **Metáfora e metonímia em locuções verbais do espanhol envolvendo partes do corpo**: uma abordagem cognitiva. 2017. 122 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Letras/Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, [S. l.], 2017. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/1512043_2017_completo.pdf. Acesso em: 17 fev. 2023.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOUZA, Arivaldo. Sacramento. **Nas tramas de Greta Garbo, quem diria, acabou no Irajá**: crítica filológica e estudo de sexualidades. 2014. 358 f. + DVD. Tese (Doutorado) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/27656>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. **Fundamentos da crítica textual**: história, metodologia, exercícios. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. **Introdução à Edótica**: crítica textual. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1977.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Feitosa - Belo Horizonte Editora UFviviG, 2010. Disponível em: <https://ur.b-ok.lat/book/11850150/da6b1e>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SIQUEIRA, M.; PEREIRA, L. B.; FERRARI, C. G.; LOPES, N. Mapeamentos metafóricos e metonímicos em provérbios do português brasileiro. **ReVEL**, vol. 15, n. 29, 2017. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/3cd6f1594c564f8a72950c7b79a87996.pdf> Acesso em: 06 out. 2021.

STOLCKE, Verena. “**Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?**”. Estudos Afro-Asiáticos, (20), Rio de Janeiro: junho de 1991. P. 101-119.

WARREN, M. R. Post-Philology. In: INGHAM, P. C.; WARREN, M. R. (Eds.). **Postcolonial moves: medieval through modern**. New York: Palgrave Macmillan, 2003. p. 19 - 46.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no Ocidente Cristão**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: Violência sexual nos séculos XVI-XX** (L. Magalhães, trad.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.